

ISSN 0102-700-X

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 31 • NÚMERO • 3 • SET/DEZ • 2018



ESTADO DA ARTE
DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL | 1

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

ACERVO

© 2019 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (21) 2179-1341
E-mail: revista.acervo@arquivonacional.gov.br
Site: revista.arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista Acervo, periódico do Arquivo Nacional, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, privilegiando uma abordagem arquivística e histórica. Sua periodicidade é quadrimestral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Sergio Fernando Moro

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

Coordenador-geral de Acesso e Difusão Documental

Marcos André Rodrigues de Carvalho

Coordenadora-geral de Administração

Ana Paula Teixeira Pereira

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos

Larissa Cândida Costa

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Aluf Alba Vilar Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal

Mariana Rodrigues Carrijo

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Leticia dos Santos Grativo

Supervisora de Editoração

Mariana Simões

Supervisora de Programação Visual

Giselle Teixeira

Edição de texto e revisão

Flora Matela Lobosco | José Claudio Mattar | Maria Cristina Martins

Projeto gráfico

Judith Vieira | Alzira Reis

Diagramação

Simone Kimura | Tânia C. Bittencourt

Capa

Alzira Reis

Editor científico

Thiago Cavaliere Mourelle

Editores do dossiê

Adriana Cox Hollós | Eliezer Pires da Silva

Editora executiva

Flora Matela Lobosco

Conselho editorial

Adriano Luiz Duarte | UFSC, SC, Brasil

Ana Canas D. Martins | Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal

Ana Maria Camargo | USP, SP, Brasil

Angela de Castro Gomes | Unirio, RJ, Brasil

Beatriz Galloti Mamigonian | UFSC, SC, Brasil

Beatriz Teixeira Weber | UFSM, RS, Brasil

Caio Cesar Boschi | PUC-Minas, MG, Brasil

Celia Maria Leite Costa | MIS, RJ, Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior | UFPE, PE, Brasil

Francisco José Calazans Falcon | Universo, RJ, Brasil

Georgete Medleg Rodrigues | UNB, DF, Brasil

Heloísa Liberalli Bellotto | USP, SP, Brasil

Ilmar Rohloff de Mattos | PUC-Rio, RJ, Brasil

Ines Nercesian | Universidade de Buenos Aires, Argentina

Isa Maria Freire | UFPB, PB, Brasil

Ismênia de Lima Martins | UFF, RJ, Brasil

James Green | Brown University, Estados Unidos da América

Jane Felipe Beltrão | UFPA, PA, Brasil

José Bernal Rivas Fernández | Universidade da Costa Rica, Costa Rica

Jurandir Malerba | UFRGS, RS, Brasil

Luciana Duranti | Universidade British Columbia, Canadá

Luciana Quillet Heymann | Fiocruz, RJ, Brasil

Luís Reis Torgal | Universidade de Coimbra, Portugal

Marcia Regina Romeiro Chuva | Unirio, RJ, Brasil

Margarida de Souza Neves | PUC-Rio, RJ, Brasil

Maria Cândida D. M. Barros | Museu Paraense Emílio Goeldi, PA, Brasil

Maria Efigênia Lage de Resende | UFMG, MG, Brasil

Maria Hilda Baqueiro Paraíso | UFBA, BA, Brasil

Mercedes de Vega | Archivo General de la Nación, México

Michael Cook | Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido

Miguel Ángel Márdero Arellano | IBICT, RJ, Brasil

Norma Cortês Gouveia de Melo | UFRJ, RJ, Brasil

Patrícia Sposito Mechi | Unila, PR, Brasil

Paulo Knauss de Mendonça | UFF, RJ, Brasil

Rosa Inês de Novais Cordeiro | UFF, RJ, Brasil

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | UFBA, BA, Brasil

Selda Vale da Costa | UFAM, AM, Brasil

Sidney Chalhoub | Unicamp, SP, Brasil

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira | Uerj, RJ, Brasil

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes | USP, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

Citas Latinoamericanas em Ciências Sociais e Humanidades

Diretório de Revistas do Seer-Ibict

Directory of Open Access Journals

Google Scholar

Latindex

Open Academic Journals Index

Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Red Latinoamericana de Revistas Académicas em Ciências Sociais e Humanidades – LatinREV

Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1, (jan./jun. 1986)-. - Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986-. - v ; 24 cm.

Quadrimestral.
Sumário em português e inglês.
Descrição baseada em: Vol. 31, n. 3, (set/dez. 2018).
Cada número possui um tema distinto.
ISSN: 0102-700-X

1. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos. 3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por Natália Marques de Souza (CRB7/5223)

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Arquivo Nacional

ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	8
ENTREVISTA CON MERCEDES DE VEGA	
AN INTERVIEW WITH MERCEDES DE VEGA	10
DOSSIÊ TEMÁTICO	
Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileiros (1972-2015) Archives and archival science in the research of Brazilian <i>stricto sensu</i> graduate programs (1972-2015) Angelica Alves da Cunha Marques	15
Governança arquivística Contornos para uma noção Archival governance Outline for a notion José Maria Jardim	31
Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos Controlled vocabulary and the controlling of vocabulary in archives Johanna Wilhelmina Smit	46
Como surgem os fundos arquivísticos Administração pública e produção documental em Minas Gerais How archival fonds arise Public administration and record production in the state of Minas Gerais Renato Pinto Venancio Lidiany Silva Barbosa	57

A análise documental de imagens como processo de mediação da
informação nos arquivos

The documentary analysis of images as a process of mediation
of information in archives

[Sérgio Matias da Silva](#)

[Aline Lopes de Lacerda](#)

75

| ARTIGOS LIVRES

Centros de documentação e patrimônio documental

Direito à informação, à memória e à cidadania

Documentation centers and documentary heritage

Tights to information, memory and citizenship

[Janete Leiko Tanno](#)

88

El documento digital como fuente de memoria organizacional

The digital record as source of organizational memory

[Juan Bernardo Montoya-Mogollón](#)

[Telma Campanha de Carvalho Madio](#)

102

| RESENHA

Transversalidades entre o arquivo e a custódia

As mudanças de paradigmas na arquivologia

Transversalities between archive and custody

The changes of paradigms in archival science

[Rosale de Mattos Souza](#)

116

EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

Esta edição da revista *Acervo*, v. 31, n. 3, marca os 180 anos do Arquivo Nacional e traz um debate necessário sobre o estado da arte da pesquisa em arquivologia. Tem como editores do dossiê temático os especialistas Adriana Cox Hollós, doutora em Ciência da Informação e professora do mestrado profissional em preservação de acervos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), e Eliezer Pires da Silva, doutor em Memória Social e professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) da administração pública federal, é integrante da estrutura do Ministério da Justiça. A missão da instituição é implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

A *Acervo*, publicada pela instituição desde 1986, é uma das ações do Arquivo Nacional para alcançar esses objetivos. Ao longo de mais de 30 anos, a revista vem se aprimorando em busca de qualidade e visibilidade, publicando quadrimestralmente estudos e fontes no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente história e arquivologia.

Recebemos um grande número de submissões durante a chamada de artigos para esta edição comemorativa. Os trabalhos aqui publicados, além de terem passado pela etapa de avaliação por pares, foram selecionados pelos editores do dossiê e pelo editor científico. O resultado é uma coletânea de artigos com qualidade para se tornar referência entre os profissionais da área.

A seção Artigos Livres apresenta o texto “Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania”, de Janete Leiko Tanno, que discute as implicações sobre as memórias que são preservadas e excluídas da sociedade, além dos seus significados no campo das disputas políticas, ideológicas, simbólicas e culturais. Também compõe a seção o artigo “El documento digital como fuente de memoria organizacional”, de Juan Bernardo Montoya-Mogollón e Telma Campanha de Carvalho Madio, que debate como os documentos digitais vão se converter em fontes de memória para as organizações e de que forma tem ocorrido a transição de um suporte para o outro, muitas vezes com as mesmas políticas de gestão documental.

Agradecemos aos autores, aos pareceristas e à equipe editorial que construiu esta edição tão especial. Boa leitura!

FLORA MATELA LOBOSCO
THIAGO CAVALIERE MOURELLE

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Nacional está celebrando 180 anos e por isso lança esta edição comemorativa da revista *Acervo* dedicada ao tema “Estado da arte da arquivologia no Brasil”.

Pretendemos apresentar um panorama da arquivologia brasileira, considerando o cenário atual e as perspectivas de desenvolvimento no futuro, contemplando ainda os debates no âmbito dos documentos digitais.

As instituições arquivísticas desempenham, hoje, um papel estratégico na sociedade. Além das funções de organizar, preservar e dar acesso à informação pública, essas instituições abarcam também, em sua multidimensionalidade, o exercício da autoridade arquivística na gestão de documentos, ações culturais e de compromisso com o campo da memória social, servindo tanto à salvaguarda do patrimônio arquivístico documental quanto à gestão e governança do Estado a serviço da cidadania.

Nesse contexto, a dimensão mais fortalecida tem sido a legitimação acadêmica e institucional por meio da realização de eventos científicos e da publicação de periódicos e pesquisas acadêmicas, nas quais se percebe uma perspectiva clara sobre a configuração dos estudos arquivísticos como campo disciplinar, com especial ênfase no âmbito nacional, mediante ações de universidades no ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão em arquivologia.

Para apresentar esse panorama no âmbito da América Latina, a *Acervo* entrevista Mercedes de Vega, atual diretora do Arquivo Nacional do México e presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), referência na área como acadêmica e gestora. A entrevista procurou destacar, a partir do contexto mexicano, o papel dos arquivos nacionais na implementação dos direitos de acesso à informação e proteção de dados; a perspectiva de ampliação da ALA como espaço de diálogo entre arquivistas e instância para o compartilhamento e a difusão de produções acadêmicas; e os desafios para a concretização da multidimensionalidade dos arquivos e o fortalecimento da arquivologia.

No primeiro artigo do dossiê dedicado aos 180 anos do Arquivo Nacional, Angelica Alves da Cunha Marques procurou ilustrar o estado da arte da pesquisa em arquivologia no Brasil, a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre a identidade da área como disciplina científica. Para isso, apresenta um mapeamento com indicadores da produção científica sobre arquivos e arquivologia no país contextualizados, desde 2002. Os números levantados apontam para um campo do conhecimento em “visível expansão”. Sua reflexão considera os diálogos da arquivologia com outras áreas em uma configuração interdisciplinar baseada nessas interlocuções, além de institucionalmente vinculada à ciência da informação.

Em seguida, José Maria Jardim se propôs a problematizar a gestão arquivística a partir das diversas e complexas alterações contemporâneas que vêm ocorrendo na sociedade e no Estado brasileiros, relacionando-as à noção de governança arquivística. O autor caracterizou

os processos microarquivísticos pelos aspectos técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas e os macroarquivísticos na organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos.

Johanna Wilhelmina Smit buscou uma aproximação entre o controle de vocabulário e o processamento de acervos arquivísticos, discutindo a descrição arquivística e a importância do uso de listas normalizadas com nomes de pessoas, instituições, tipos documentais, além da classificação de funções e atividades com termos controlados e recursos remissivos. A autora reconhece ser o vocabulário controlado uma ferramenta desenvolvida pela biblioteconomia, associada à indexação de assuntos, com potencial de integrar a descrição dos documentos na medida em que a recuperação da informação não é vista como acessória.

A formação dos fundos arquivísticos é discutida por Renato Pinto Venancio e Lidiany Silva Barbosa a partir dos fundamentos conceituais da arquivologia, potencializando o desenvolvimento epistemológico da área. Os arquivos públicos podem ser considerados ambientes de custódia de acervos documentais oriundos de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, de pessoas, empresas, entidades religiosas, sindicatos, partidos políticos, mas esses conjuntos de documentos não devem ser considerados, *a priori*, “fundos arquivísticos”. Os autores enfatizam a necessidade de identificação dos contextos de produção e vínculos entre os documentos como elementos fundamentais para que sejam caracterizados dessa forma, alertando para o fato de que não basta ser relativo a uma entidade física ou à totalidade de documentos produzidos por uma instituição ou pessoa física para que seja denominado como fundo.

Em seus estudos sobre análise documental de imagens, Sérgio Matias da Silva e Aline Lopes de Lacerda abordam o processo de mediação implícita entre o documento imagético e o usuário. Adotam um modelo conceitual de análise de conteúdo de imagens considerando o caráter informativo, social e histórico do documento. Compreendem as ações do fazer arquivístico como um processo informacional que realiza a mediação desde a constituição do acervo, o processamento técnico dos documentos até o seu manuseio pelo usuário. É assim que os autores reconhecem um processo de análise documental e de conteúdo capaz de conferir sentidos ao usuário, para gerar informação e conhecimento.

A resenha do livro *O arquivo e o lugar* foi elaborada por Rosale de Mattos Souza e reconhece a contribuição da tese de doutorado de Margareth da Silva como um estudo que contempla aspectos ligados à epistemologia da arquivologia, com destaque para enfoques conceituais relacionados ao arquivo e ao seu lugar de custódia.

A publicação deste dossiê da revista *Acervo*, além de comemorar os 180 anos do Arquivo Nacional, procurou reforçar o compromisso da instituição com o desenvolvimento da arquivologia, iluminando sua interdisciplinaridade e as tendências contemporâneas da pesquisa, de modo a fomentar o debate sobre o tema arquivístico.

ADRIANA COX HOLLÓS
ELIEZER PIRES DA SILVA

ENTREVISTA CON MERCEDES DE VEGA

AN INTERVIEW WITH MERCEDES DE VEGA

Mercedes de Vega es directora general del Archivo General de la Nación (AGN) de México desde 2013 y presidenta de la Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA) para el periodo 2015-2019. Doctora en historia por El Colegio de México y en ciencias sociales por la Universidad Iberoamericana. Actualmente es profesora titular en el Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Iztapalapa.

Acervo. *Como renombrada académica y gestora de los archivos, con liderazgo en el contexto latinoamericano, ¿Qué nos puede decir sobre el estado del arte de la investigación en archivología en América Latina?*

Mercedes de Vega. Por desgracia, el estado del arte de nuestra disciplina presenta todavía grandes rezagos en relación con lo que han conseguido principalmente los países anglosajones. Sin duda, nuestra tradición archivística es muy extensa y nuestros acervos tienen una enorme importancia, sobre todo en el campo de la historia. Y precisamente ahí se encuentra una de nuestras debilidades. En América Latina, como en Iberoamérica en general, seguimos considerando que los archivos son fundamentalmente históricos, cuando en el resto del mundo se les da crecientemente la categoría de ser parte fundamental y sustantiva de la administración pública y privada. En materia de publicaciones, tanto libros como revistas, en Iberoamérica no están bien delimitadas las fronteras entre la archivística, por una parte, y la historiografía y descripción de fondos documentales, por la otra.

En nuestros países tenemos vocación por el intercambio de conocimiento e información archivísticos en eventos académicos y de especialistas, pero pocas veces se traducen en publicaciones accesibles que reflejen la riqueza de esos encuentros.

En tecnología no hemos sido capaces de actualizarnos. Las pocas revistas especializadas no tienen todavía versiones digitales y las anteriores al siglo XXI no han sido tampoco digitalizadas.

Es necesario establecer una colaboración mucho más intensa entre archivistas de Iberoamérica para elaborar índices, bases de datos y resúmenes sobre la bibliografía y artículos

que se encuentran dispersos en nuestros países, y tener así elementos para un diagnóstico completo y certero sobre el estado del arte de la archivística.

Estos temas han sido abordados brillantemente por Juan Voutsás Márquez, catedrático de la Unam, en su libro *Estado del arte de la archivística iberoamericana a través de sus publicaciones* (México, Archivo General de la Nación, 2017, Colección Teoría Archivística).

En conjunto, debe quedar claro que la archivística no adquirirá la importancia que debe tener si en cada país iberoamericano no se comprende, por parte de los gobiernos, que la calidad de una administración pública se refleja, necesariamente, en la calidad de sus archivos. Solo así se inclinarán a establecer verdaderas políticas nacionales y regionales hacia los archivos.

En México somos optimistas, pues este mismo año se promulgó la nueva Ley General de Archivos (LGA), producto de un amplio diálogo entre especialistas de todas las ramas de la archivología, profesionistas y políticos de todos los partidos políticos, elaborada con estándares que reflejan las prácticas más avanzadas en el mundo. Confiamos en que el nuevo gobierno federal tenga la voluntad política de convertir la ley en realidad. El presidente electo, Andrés Manuel López Obrador, ha ofrecido una transformación profunda del país. Si esto incluye un mejor gobierno, significará también, necesariamente, contar con mejores archivos en todo México.

Acervo. *El Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales (Inai) de México es una institución importante y ha sido referencia para la Ley de Acceso a la Información de Brasil. ¿Cuál es el papel del Archivo General de la Nación en este escenario?*

Mercedes de Vega. Todo acto de gobierno es institucional y como tal debe reflejarse en un documento público. La transparencia y el acceso a la información pública solo es posible de manera completa si se cuenta con archivos bien ordenados y funcionales. La nueva Ley General de Archivos tiene diversas referencias a la Ley General de Transparencia al describir las funciones que debe cumplir el Sistema Nacional de Archivos en relación con documentos reservados o confidenciales. De igual forma, el AGN debe coordinar sus actividades con el Inai en los asuntos relativos a documentos que contengan datos personales sensibles y sean de interés histórico. El Inai estará representado en el Consejo Nacional de Archivos, de la misma manera en que el AGN es parte del Consejo del Sistema Nacional de Transparencia. Tanto el Inai como el AGN están obligados a abrir a consulta pública los documentos que se relacionen con violaciones graves a derechos humanos.

La LGA ordena una estrecha vinculación del Sistema Nacional de Archivos con el Sistema Nacional de Transparencia y el Sistema Nacional Anticorrupción. Lo que se busca, en pocas palabras, es que las funciones de la administración pública tengan siempre los instrumentos necesarios para la transparencia, la rendición de cuentas y el combate a la corrupción; sin duda, uno de estos instrumentos son los archivos, y el AGN encabeza, por ley, el Sistema Nacional de Archivos.

Acervo. *En el actual escenario político latinoamericano, ¿Cómo evalúa el papel de los archivos nacionales en el acceso a la información pública, formación de ciudadanía y control social? ¿Estas instituciones han sido activas?*

Mercedes de Vega. No hay duda de que América Latina, en general, aunque de manera muy desigual entre países, tiene hoy un nivel mayor de transparencia en el ejercicio de gobierno. Esto implica que en una buena parte de la región se cuenta ya con mecanismos de acceso a la información pública como derecho consagrado en leyes y, en buena medida, efectivo en la práctica. Sin embargo, es todavía mucho lo que falta por hacer, y especialmente en el liderazgo que deben asumir los archivos nacionales. En varios países, estos se encuentran en procesos de cambio intensivo, como es el caso del AGN de México. Vale insistir en el ritmo desigual de estos avances.

Debemos encontrar formas más efectivas de convencer a los gobiernos nacionales y locales sobre la importancia que tienen los archivos en la administración pública, es decir, sobre su vínculo sustantivo, que los archivos no son el lugar en que acaban los documentos sino parte activa de las tareas de gobierno. Toda acción de gobierno se refleja en un documento público, que debe ser resguardado en un acervo bien ordenado y accesible permanentemente, tanto para el uso de los propios funcionarios de la administración, como para el acceso del público en general. Debemos convencer a los gobernantes de que los archivos son, a fin de cuentas, un reflejo de la calidad de nuestras democracias.

Acervo. *La Asociación Latinoamericana de Archivos ha sido tradicionalmente un importante espacio de diálogo entre las instituciones archivísticas. ¿Su gestión pretende ser una inflexión en esa trayectoria? ¿Ha sido posible incluir nuevos miembros en la composición de la asociación? ¿Qué iniciativas se han promovido para compartir y difundir las producciones académicas?*

Mercedes de Vega. De hecho, con la colaboración de los miembros, tenemos ya resultados interesantes. La ALA organizó por primera vez en Latinoamérica la Conferencia Anual del Consejo Internacional de Archivos (ICA), con el nombre de Conferencia ALA-ICA 2017, que se llevó a cabo en la Ciudad de México, con el tema *Archivos, ciudadanía e interculturalismo*. En el evento se incrementó de manera significativa el número de participantes de nuestra región, de 3% promedio histórico a 44%. Tuvimos 47 expertos latinoamericanos en los paneles de análisis y discusión.

El número de miembros de ALA se ha incrementado en la clase B, asociaciones de archivistas, aunque no todavía en la cantidad que quisiéramos.

En cuanto a las iniciativas, cabe mencionar la de comunicación social denominada #SinergiaALA, con la cual archivos de 11 países iberoamericanos tienen comunicación cotidiana con el público general mediante las redes sociales Facebook, Twitter y YouTube, y han puesto al día sus sitios web. Contribuimos de esta manera a la construcción de memoria y a ubicar a los archivos en una mejor posición de aprecio público. Esperamos que poco a poco participen más archivos.

Desde noviembre de 2016 hemos publicado cada mes el boletín digital *Arkhé* en el sitio web de ALA, que nos ha permitido comunicar todo tipo de noticias archivísticas de Iberoamérica y el mundo. El nombre de nuestro boletín proviene de la raíz griega de *archivo*, que significa, según el pensador francés Jacques Derrida, “allí donde las cosas comienzan – principio físico e histórico – [...] el principio según la ley, allí donde los hombres y los dioses mandan, allí donde se ejerce la autoridad, el orden social, ese lugar desde el cual el orden es dado”. Me parece que denota con precisión el sentido profundo de los archivos.

En efecto, hemos comenzado a publicar digitalmente títulos como *ALA el camino recorrido: momentos que han construido su historia*, y el *Directorio de instituciones archivísticas nacionales de países de tradición ibérica en América, España y Portugal y de legislaciones archivísticas nacionales de gestión y de acceso a la información pública*, compilado y editado por Jaime Antunes da Silva quien fuera director del Archivo Nacional de Brasil.

Desde nuestro sitio puede accederse a las páginas de internet de los archivos nacionales de 21 países.

Somos conscientes de que tenemos mucho por hacer, pero nuestra ALA vuela ahora más alto en el contexto mundial y tiene una identidad más definida en nuestra propia región.

Me gustaría mencionar algunos de los retos más importantes para el futuro inmediato: conseguir ingresos permanentes suficientes para contar con una sede fija, independientemente de que la Presidencia y el Comité Directivo puedan actuar desde el país de residencia de los titulares; incrementar el número de miembros, sobre todo entre archivistas jóvenes y académicos vinculados a la archivística, para lo cual debemos ofrecer más beneficios por la membresía; convertir a ALA en un instrumento efectivo de cooperación internacional; impulsar investigaciones y publicaciones sobre archivística con instituciones académicas; diseñar un programa de pasantías y estancias profesionales; consolidar la red iberoamericana de archivistas.

Acervo. *En su opinión, ¿Cuáles serían los principales desafíos, comunes a Brasil y México, en el campo archivístico, especialmente en lo que se refiere a concretar la multidimensionalidad de los archivos y el fortalecimiento de la archivología?*

Mercedes de Vega. Los archivistas en Brasil y México debemos colaborar estrechamente con el respectivo gobierno federal para diseñar y llevar a la práctica una política nacional de archivos que incluya a todas las instituciones públicas federales, estatales y municipales, y privadas de interés público, con los mejores estándares internacionales. Esto nos permitirá dejar atrás la concepción limitada de que los archivos son solo históricos o repositorios muertos de documentos, y permitir que cumplan su función sustantiva en las tareas de gobierno y para hacer efectivo el derecho a la transparencia, el acceso a la información pública, el combate a la corrupción, la defensa de los derechos humanos y culturales.

Además de las áreas administrativas vivas, debemos extender la acción archivística a todas las disciplinas científicas, artísticas, gremiales y profesionales, pues en los archivos se encuentra información de enorme valor sobre experiencias pasadas que pueden alimentar

proyectos presentes y futuros. Los archivos contienen conocimiento acumulado en todas las áreas del saber y de la acción. Nuestro reto común es abrir este conocimiento a nuestras sociedades en la forma de archivos bien ordenados y accesibles, y, en el camino, colaborar entre nosotros para conseguirlo.

Entrevista realizada por Adriana Cox Hollós e Eliezer Pires da Silva

OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIROS (1972-2015)
ARCHIVES AND ARCHIVAL SCIENCE IN THE RESEARCH OF BRAZILIAN *STRICTO SENSU* GRADUATE PROGRAMS (1972-2015)

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES | Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB).
Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB.

RESUMO

Este artigo apresenta um mapeamento de 470 pesquisas sobre arquivos e arquivologia, produzidas em 58 instituições, 60 programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre 1972 e 2015. Ao analisá-las tematicamente, traz reflexões acerca da situação, das possibilidades e das perspectivas da pesquisa em arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivo; arquivologia; produção científica.

ABSTRACT

This paper shows a mapping of 470 pieces of research on archive and archival science, carried out in 58 institutions, 60 *stricto sensu* graduate programs, between 1972 and 2015. By analyzing them thematically, we present reflections on the situation, possibilities and prospects of research in archival science in Brazil.

Keywords: archive; archival science; scientific production.

RESUMEN

En este artículo se presenta un mapeamiento de 470 investigaciones sobre archivos y archivística, producidas en 58 instituciones, 60 programas de estudios de postgrado *stricto sensu*, entre 1972 y 2015. Al analizar temáticamente, indica reflexiones acerca de la situación, las posibilidades y las perspectivas de investigación en arquivología en Brasil.

Palabras clave: archivo; archivística; producción científica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A contextualização da pós-graduação brasileira e da sua produção científica atual nos remete às primeiras décadas do século XX. Em 1920, é criada a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, como uma junção de escolas superiores isoladas e, nas palavras de Gouvêa (2012, p. 377), “uma pseudoestrutura universitária que, de maneira também formal, ‘cumpria’ a legislação educacional prescrita”. Dessa maneira, destoante de um processo organizado de constituição do sistema universitário, ainda não havia uma universidade baseada no ensino e na pesquisa, voltada para a cultura e a ciência nacionais, como afirma o mesmo autor.

Três décadas depois, no âmbito do modelo nacional desenvolvimentista, são criadas diversas faculdades que, posteriormente, originam universidades. Outras que já existiam também têm suas funções acadêmicas e tecnológicas ampliadas até o início dos anos de 1960, quando da concepção de um projeto de universidade moderna: a Universidade de Brasília (Gouvêa, 2012). Nesse contexto, é instituída uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o decreto n. 29.741, de 11 de abril de 1951, com o objetivo de “promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados” (Brasil, 1951, art. 3º, alínea f). A instituição é consolidada, legalmente, com o decreto n. 50.737, de 7 de junho de 1961, que a vincula diretamente à Presidência da República (Brasil, 1961). Esse decreto é o marco legal para o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisa nas universidades brasileiras, atreladas àquelas das instituições internacionais similares, reiterando “a relação entre o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior e as prioridades ditadas pelo desenvolvimento econômico e social do país” (Gouvêa, 2012, p. 383).

Os cursos de pós-graduação no Brasil são definidos com o parecer CESu-CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965 (Brasil, 1965). Inspirados na estrutura da universidade norte-americana – “o *college* como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão” –, o nome e o sistema de pós-graduação são apropriados e concebidos no Brasil, em dois âmbitos. A pós-graduação *lato sensu* é compreendida como “todo e qualquer curso que se segue à graduação”. A pós-graduação *stricto sensu*, por sua vez, “define o sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural”, ou seja, “o ciclo de cursos regulares, em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico” (Brasil, 1965). No mesmo parecer, a pós-graduação *stricto sensu* é, então, disposta sob a forma de mestrado e doutorado, cursos considerados relativamente autônomos. O sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu* expande-se, no Brasil, a partir dos anos de 1970, propiciando a titulação de mestres e doutores no país (Martins; Assad, 2008). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é reconhecida como fundação pública no início dos anos de 1990 (Brasil, 1992). Esse sistema é ampliado com a inclusão dos mestrados profissionais (Brasil, 1998) e aperfeiçoado mediante normas para o funcionamento dos cursos (Brasil, 2001).

De um contexto mais geral para o objeto de nosso estudo, qual é a situação das pesquisas sobre arquivos¹ e arquivologia no Brasil? Mais especificamente, qual é e onde está abrigada a produção científica sobre aspectos arquivísticos no país, considerando-se que a primeira dissertação com tema de interesse para a área data de 1972² e o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* propriamente arquivístico – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – iniciou suas atividades em 2012?

Instigados por essas questões – que retomam outra de ordem mais epistemológica, ou seja, qual é a identidade da arquivologia como disciplina científica no país? –, nos dedicamos à investigação da produção científica sobre arquivos e arquivologia, no Brasil, a partir de uma pesquisa iniciada em 2002 (Cunha, 2003). Este artigo dedica-se a identificar os temas das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso – T, D e TCC – que contemplem os arquivos e a arquivologia como temas de pesquisa, produzidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, entre 1972 e 2015. A classificação temática dessa pesquisa baseia-se na tipologia dos campos de pesquisa em arquivologia proposta por Couture, Martineau e Ducharme (1999) e na agenda de temas de pesquisa em arquivologia recomendada por Jardim (2012), ambas sob a perspectiva da classificação facetada (Guinchat; Menou, 1994). Esperamos, assim, apontar reflexões acerca das condições, possibilidades e perspectivas de pesquisa sobre os arquivos e a arquivologia no cenário nacional.

ESTUDOS ACERCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Diante da nossa questão inicial, deveríamos apresentar um quadro da pós-graduação em arquivologia no Brasil. Contudo, conforme já assinalamos, existe apenas um mestrado profissional no país, até o momento. Outros cursos de pós-graduação o precederam, mas na modalidade *lato sensu*. Diante de sua diversidade e irregularidade, seria inviável elencá-los. Entretanto, merece destaque o curso de pós-graduação *lato sensu* em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), que funcionou por 23 anos (1986-2009), capacitando profissionais de todo o Brasil e do exterior, inclusive graduados em outras áreas e que passariam a ser professores dos cursos de arquivologia brasileiros (Marques, 2007).

Quanto à produção científica sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, o primeiro estudo que identificamos a respeito é o de Rodrigues e Aparício (2002). Essas autoras fizeram o levantamento de teses e disserta-

1 Compreendemos os arquivos como: 1) fundos, objeto de estudo da arquivologia; 2) instituições e serviços voltados para a organização, preservação e custódia dos fundos; 3) instalações que abrigam os referidos serviços e fundos, assim como o mobiliário que os armazena (Camargo; Bellotto, 1996; Arquivo Nacional, 2005).

2 FREITAS, Adda Drugg de. *Processamento de informações de registros médico-hospitalares*. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Rio de Janeiro, 1972.

ções com temáticas próximas da arquivologia, pelo seu objeto e pela sua abordagem. No catálogo de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e no acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), elas identificaram 33 pesquisas, produzidas em programas de pós-graduação de biblioteconomia, ciência da informação, comunicação e história, de oito universidades brasileiras. Diante desse mapeamento, elas observaram a dispersão do objeto de estudo em arquivologia em várias áreas do conhecimento, questionaram o estatuto inter e multidisciplinar dessa disciplina, verificaram que o número de pesquisas na área ainda era pequeno e estava concentrado na Universidade de São Paulo (USP), no Ibict/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na UnB, e, ainda, que eram poucas as linhas de pesquisa de pós-graduação voltadas para a arquivologia.

Em um projeto de iniciação científica desenvolvido no curso de arquivologia, entre 2002 e 2003, partimos do levantamento de Rodrigues e Aparício (2002) e consultamos os sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação que poderiam abrigar pesquisas com temas de interesse da arquivologia. Identificamos 57 dissertações e teses, produzidas em 12 instituições e em 14 programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os programas, como os temas dessas pesquisas, eram diversos: as teses e dissertações tinham sido produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* de administração, ciência da informação/biblioteconomia/documentação, comunicação, história e tecnologia. Seus temas abrangiam organização de documentos (classificação, avaliação, descrição, recuperação da informação etc.), novas tecnologias da informação (principalmente aquelas relacionadas aos documentos digitais), diagnóstico de acervos arquivísticos e estudos de caso (Cunha, 2003).

Contudo, o método utilizado em nosso primeiro levantamento não satisfazia às nossas necessidades de conhecimento da produção científica sobre os arquivos e a arquivologia, pois, sabíamos, o mapeamento realizado estava aquém da realidade brasileira e precisávamos avançar. Nesse sentido, Fonseca (2004) ofereceu uma contribuição metodológica relevante para esse tipo de pesquisa, ao mapear 53 teses e dissertações, mediante consulta no banco de teses da Capes, utilizando como filtros temáticos “arquivos”, “arquivologia” e “arquivística”. As pesquisas identificadas por Fonseca foram produzidas em programas de pós-graduação em administração, arquitetura, ciência da informação, ciências sociais (antropologia social), comunicação, educação, engenharia de produção, história social, letras e linguística, memória social e documento, e tecnologia, de 14 universidades brasileiras.

Na dissertação que desenvolvemos entre 2005 e 2007 (Marques, 2007), ampliamos os procedimentos metodológicos e, a exemplo de Fonseca (2004), consultamos o banco de teses da Capes com os mesmos filtros temáticos. Nessa busca, chegamos a 87 teses e dissertações, produzidas em administração, antropologia, arquitetura, artes visuais, biblioteconomia/ciência da informação, história, comunicação, educação, engenharia de produção, letras e linguística, memória social, música e tecnologia, distribuídas em 19 instituições. Ao classificá-las tematicamente segundo os campos de pesquisa propostos por

Couture, Martineau e Ducharme (1999), verificamos que elas se relacionavam, predominantemente, ao objeto e à finalidade da arquivística; às funções arquivísticas; aos arquivos e à sociedade; e ao meio profissional dos arquivos.

Silva (2009), por sua vez, identificou 97 teses e dissertações, também no banco de teses da Capes, produzidas em artes, administração, arquitetura, ciência da informação, ciências sociais, comunicação, educação, engenharia de produção, história, letras, memória social, saúde pública e tecnologia. Como o autor centrou sua análise na questão informacional nos arquivos, não pudemos verificar os temas dessas pesquisas.

Dando continuidade ao mapeamento da produção científica sobre arquivos e arquivologia, repetimos os procedimentos metodológicos da nossa dissertação na tese desenvolvida entre 2007 e 2011 (Marques, 2011). Novamente, ao consultar o banco de teses da Capes, mediante os mesmos filtros temáticos indicados por Fonseca (2004), encontramos as referências de 101 dissertações e teses, produzidas em 22 instituições, em 34 programas de pós-graduação, nas seguintes áreas: administração, antropologia, arquitetura, artes, ciência da informação, comunicação, educação, engenharia de produção, história, letras, memória social, música e tecnologia. A exemplo dos levantamentos anteriores, essas pesquisas contemplavam temáticas diversas.

Posteriormente, recorremos ao mesmo método para atualização do mapeamento da produção científica sobre arquivos e arquivologia dos programas *stricto sensu* brasileiros e identificamos 247 pesquisas, inclusive trabalhos de conclusão de curso de mestrados profissionalizantes (Marques e Roncaglio, 2012). Produzidas em 38 instituições, essas pesquisas distribuíam-se em diversos programas de pós-graduação: ciência, gestão e tecnologia da informação, desenvolvimento sustentável, direito, gestão da informação, gestão pública, patrimônio cultural, psicologia, sociologia, além dos programas já identificados nos levantamentos anteriormente mencionados. Ao classificarmos essas pesquisas conforme os campos propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999), também constatamos que as T, D e TCC relacionavam-se, em sua maioria, ao objeto e à finalidade da arquivística; aos problemas particulares relativos aos arquivos (ética, acesso à informação e proteção da vida privada); a temas variados que diziam respeito aos arquivos privados/pessoais (temática que incluímos na proposta de classificação canadense); ao meio profissional dos arquivos e às tecnologias.

Em 2016, nos propusemos, mais uma vez, a atualizar o mapeamento de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia. Voltando ao banco de teses da Capes, com os mesmos filtros temáticos indicados por Fonseca (2004), recuperamos as referências de 470 pesquisas, produzidas em 58 instituições, 60 programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre 1972 e 2015. Além daqueles programas identificados nos estudos anteriores, observamos a produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia em avaliação; gestão da educação superior; gestão de documentos e arquivos; gestão pública; imagem e som; justiça administrativa; linguagens e representação; museologia e patrimônio; políticas públicas e segurança pública; e sistemas de gestão.

A partir desse último mapeamento, analisaremos, na próxima seção, a situação da produção científica sobre arquivos e arquivologia no Brasil, tendo em vista reflexões acerca de suas possibilidades e perspectivas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que identificamos no banco de teses da Capes, a partir dos termos *arquivos*, *arquivística* e *arquivologia*, foram produzidas em 58 instituições, conforme apresentado na tabela 1.³

Tabela 1 – Instituições que abrigam os cursos de pós-graduação *stricto sensu* onde foram produzidas pesquisas sobre arquivos e arquivologia (1972-2015)

Instituição	n.	%
Universidade de São Paulo - USP	58	12,34
Universidade de Brasília - UnB	53	11,28
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	40	8,51
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	39	8,30
Universidade Federal Fluminense - UFF	34	7,23
Universidade Estadual Paulista - Unesp	31	6,60
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	28	5,96
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	17	3,62
Universidade Federal da Bahia - UFBA	16	3,40
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio	14	2,98
Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ	13	2,77
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	13	2,77
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Ibict	11	2,34
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	10	2,13
Universidade Estadual de Londrina - UEL	9	1,91
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp	6	1,28
Pontifícia Universidade Católica - PUC/Campinas	5	1,06
Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP	4	0,85
Universidade Federal Fluminense/Ibict	4	0,85
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	4	0,85
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	4	0,85
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos	4	0,85
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	3	0,64
Universidade Federal do Pará - UFPA	3	0,64
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	3	0,64
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	3	0,64
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF	2	0,43

3 As tabelas e gráficos presentes neste artigo foram elaborados pela própria autora, dispensando, portanto, a indicação, em cada um, da respectiva fonte.

Instituição	n.	%
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan	2	0,43
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ	2	0,43
Universidade Estadual do Ceará - UECE	2	0,43
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2	0,43
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	2	0,43
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	2	0,43
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	2	0,43
Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - Unilasalle	2	0,43
Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet	1	0,21
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	1	0,21
Fundação Cesgranrio	1	0,21
Fundação João Pinheiro	1	0,21
Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - Inesp	1	0,21
Universidade Cândido Mendes - UCAM	1	0,21
Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc	1	0,21
Universidade Estadual de Maringá - UEM	1	0,21
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	1	0,21
Universidade Federal do Ceará - UFCE	1	0,21
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	1	0,21
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	1	0,21
Universidade Federal do Paraná - UFPR	1	0,21
Universidade Federal de Sergipe - UFS	1	0,21
Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ	1	0,21
Universidade do Grande Rio - Unigranrio	1	0,21
Universidade de Sorocaba - Uniso	1	0,21
Centro Universitário Augusto Motta - Unisuam	1	0,21
Universidade de Taubaté - Unitau	1	0,21
Universidade da Região de Joinville - Unville	1	0,21
Universidade Positivo - UP	1	0,21
Universidade São Francisco - USF	1	0,21
Universidade Severino Sombra - USS	1	0,21
Total	470	100,00

Essa produção concentra-se no centro-sul do Brasil, na USP, UnB, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal Fluminense (UFF), o que, em parte, retoma os resultados do primeiro mapeamento (Rodrigues; Aparício, 2002), segundo o qual teses e dissertações com temáticas próximas à arquivologia tinham sido produzidas, majoritariamente, na USP, Ibict/UFRJ e UnB. Ainda é interessante observar que, com exceção da USP, as outras quatro instituições abrigam cursos

de graduação em arquivologia, em que, provavelmente, há pesquisas de iniciação científica que podem ser embriões de pesquisas na pós-graduação, além da possibilidade de mobilidade de professores desses cursos de graduação para os de pós-graduação.

Dentro dessas instituições, as 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso foram produzidos em 60 programas de pós-graduação (tabela 2), predominantemente em ciência da informação (mais de 40%); história; patrimônio; educação; e gestão de documentos e arquivos. A predominância dessa produção em ciência da informação reitera os resultados da pesquisa de Fonseca (2004) e nos remete aos vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros, que estão, em grande parte, em departamentos, faculdades, centros ou institutos de ciência da informação. Além disso, a titulação dos professores desses cursos se deu, em sua maioria, em mestrados e doutorados de ciência da informação (Marques, 2007). Parece-nos, portanto, que esses dois aspectos, dentre outros, favorecem a produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação daquela área.

Merece destaque a produção científica do PPGARQ/Unirio. Apesar de aparecer em quinto lugar na produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia, este programa se destaca por ser, até o momento, o único propriamente arquivístico. Criado recentemente, em 2012, já rendeu significativos frutos, com a produção de 19 trabalhos de conclusão de curso (até 2015),⁴ sinalizando a relevância da criação de programas semelhantes para o fortalecimento da pesquisa em arquivologia no Brasil (Marques, 2017).

Tabela 2 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* onde foram produzidas pesquisas sobre arquivos e arquivologia (1972-2015)

Programa de pós-graduação	n.	%
Ciência da informação	207	44,04
História social	32	6,81
Patrimônio cultural	31	6,60
Educação	22	4,68
Gestão de documentos e arquivos	19	4,04
História	18	3,83
História, política e bens culturais	13	2,77
Memória social	12	2,55
Letras	10	2,13
Música	8	1,70
Administração	7	1,49
Ciências da comunicação	7	1,49

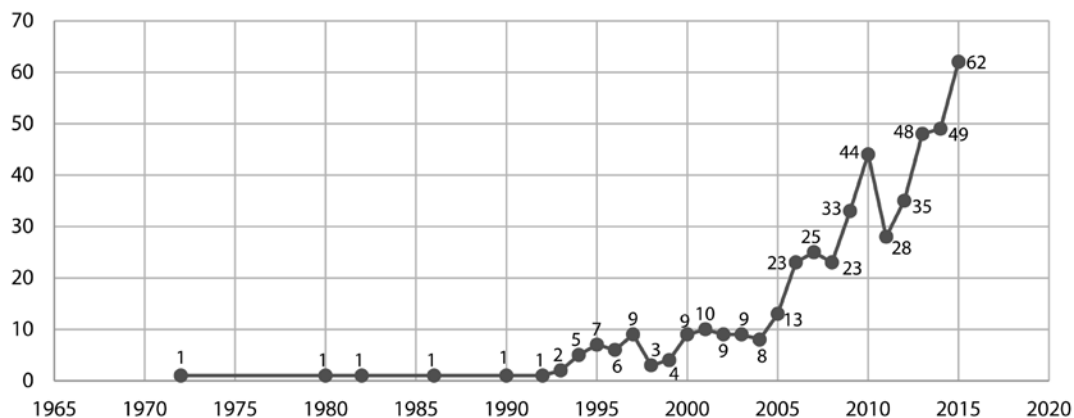
4 Conforme sítio eletrônico desse programa, de 2012 a 2015 foram produzidos 47 trabalhos de conclusão de curso, ou seja, um número consideravelmente maior do que o apontado pelo levantamento no banco de teses da Capes. Informações disponíveis em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs>>, acessadas em 2 de abril de 2018.

Programa de pós-graduação	n.	%
Artes	6	1,28
Gestão da informação	6	1,28
Biblioteconomia e ciência da informação	5	1,06
Engenharia de produção	5	1,06
Memória social e patrimônio cultural	4	0,85
Comunicação, imagem e informação	3	0,64
Filologia e língua portuguesa	3	0,64
Artes visuais	2	0,43
Ciências sociais	2	0,43
Computação aplicada	2	0,43
Comunicação	2	0,43
Comunicação e informação	2	0,43
Engenharia elétrica	2	0,43
Letras e linguística	2	0,43
Memória social e bens culturais	2	0,43
Preservação do patrimônio cultural	2	0,43
Psicologia	2	0,43
Sociologia	2	0,43
Administração pública	1	0,21
Arquitetura	1	0,21
Avaliação	1	0,21
Ciência social (antropologia social)	1	0,21
Ciência, gestão e tecnologia da informação	1	0,21
Ciência, tecnologia e sociedade	1	0,21
Comunicação e semiótica	1	0,21
Desenvolvimento local	1	0,21
Desenvolvimento regional	1	0,21
Desenvolvimento sustentável do trópico úmido	1	0,21
Direito	1	0,21
Engenharia e gestão do conhecimento	1	0,21
Engenharia geotécnica	1	0,21
Estudos literários	1	0,21
Gestão e desenvolvimento regional	1	0,21
Gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste	1	0,21
Imagem e som	1	0,21
Justiça administrativa	1	0,21
Linguagens e representações	1	0,21
Literatura brasileira	1	0,21

Programa de pós-graduação	n.	%
Literatura e cultura	1	0,21
Museologia e patrimônio	1	0,21
Patrimônio cultural e sociedade	1	0,21
Políticas públicas e gestão da educação superior	1	0,21
Psicologia clínica	1	0,21
Saúde pública	1	0,21
Segurança pública	1	0,21
Sistemas de gestão	1	0,21
Tecnologia	1	0,21
Teoria literária e crítica da cultura	1	0,21
Total	470	100,00

Observamos, ainda, que houve uma produção crescente de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia nesses programas, desde 1972 (gráfico 1). Enquanto nas décadas de 1970, 1980 e 1990 a produção científica era bastante tímida, a partir dos anos de 2000 ela aumentou significativamente, concentrando-se nos últimos três anos analisados (2013 a 2015), cada um com pelo menos 10% do total do período. Alguns fatores que podem justificar esse crescimento parecem dizer respeito à longevidade dos primeiros cursos de graduação em arquivologia (desde 1977), da sua expansão, sobretudo após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007 (Ministério da Educação, 2009), e da criação do PPGARQ/Unirio, como já mencionamos. Arquivistas motivados por questões práticas e teóricas acabam desenvolvendo pesquisas sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação diversos ou, mais recentemente, em um mestrado em arquivologia.

Gráfico 1 – Produção científica sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros



Como toda classificação, a dos temas dessas T, D e TCC representou um desafio no que se refere aos critérios a serem adotados. A fim de minimizá-lo, optamos pela conjugação de duas propostas, sob a perspectiva facetada. Os estudiosos canadenses Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) propuseram uma tipologia com nove campos de pesquisa em arquivologia: 1) objeto e finalidade da arquivística; 2) arquivos e sociedade; 3) história dos arquivos e da arquivística; 4) funções arquivísticas; 5) gestão dos programas e dos serviços de arquivos; 6) tecnologias; 7) suportes e tipos de arquivos; 8) meio profissional dos arquivos; e 9) problemas relativos aos arquivos. Além desses campos, incluímos o tema arquivos privados, recorrente nos títulos das pesquisas analisadas, conforme já apontamos (Marques; Roncaglio, 2012).

Em seguida, classificamos as pesquisas conforme a agenda de temas em arquivologia recomendada por Jardim (2012, p. 148-151): 1) perfil da atividade arquivística; 2) usos e usuários da informação arquivística; 3) gestão de serviços e instituições arquivísticas; 4) arquivos privados; 5) preservação; 6) documentos digitais; 7) normalização; 8) políticas arquivísticas; 9) percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas; 10) associativismo; 11) produção e difusão do conhecimento científico; 12) docência e docentes em arquivologia; e 13) perspectiva arquivística (perspectivas e tendências).

Considerando os títulos e, em alguns casos, os resumos das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso mapeados, a classificação temática foi realizada de acordo com a classificação facetada, proposta pelo bibliotecário indiano Ranganathan. Assim, os temas das pesquisas em análise foram contemplados em classes multidimensionais, em função de diversos pontos de vista não excludentes (Guinchat; Menou, 1994). Por exemplo, na primeira classificação (Couture; Martineau; Ducharme, 1999), pesquisas que contemplavam as “funções arquivísticas” (produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão) também poderiam ser inseridas no tema “meio profissional dos arquivos” (instituições governamentais, instituições de ensino e de pesquisa, instituições religiosas, outras instituições), pois conjugavam aqueles processos arquivísticos com as instituições e os serviços de arquivo. De modo semelhante, pesquisas relacionadas às “tecnologias” (informática aplicada aos arquivos; sistemas de informação, telecomunicação e redes) apontavam, simultaneamente, para a temática “suportes e tipos de arquivos” (arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais; microformas e outros suportes ou tipos de arquivos), ao abrangerem o processamento técnico e tecnológico e as especificidades dos documentos digitais, objeto recorrente de estudo dessas pesquisas.

Na segunda classificação (Jardim, 2012), por vezes não foi possível a categorização de uma tese, de uma dissertação ou de um trabalho de conclusão de curso em um único tema. Ilustrativamente, podemos mencionar aqueles estudos que se dedicaram à preservação dos documentos digitais, presente tanto na temática “preservação” como na temática “documentos digitais”. Pesquisas classificadas em “usos e usuários da informação arquivística” também se relacionavam, em alguns casos, à “percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas” e, às vezes, às “políticas arquivísticas”.

Gráfico 2 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros – Campos de pesquisa Couture, Martineau e Ducharme (1999)



Assim, ao classificarmos as 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, conjugando os nove campos de pesquisa apresentados por Couture, Martineau e Ducharme (1999), observamos que a maioria deles se relacionava às temáticas “meio profissional dos arquivos”, “funções arquivísticas” e “arquivos e sociedade”. Inversamente, os temas menos contemplados foram “história dos arquivos e da arquivística”, “tecnologias” e “gestão dos programas e dos serviços de arquivos”⁵ (gráfico 2). De um lado, temos, nos dois temas mais citados, as relações entre as instituições/serviços de arquivo e o seu processamento arquivístico, como já assinalamos. As questões relacionadas aos arquivos e à sociedade parecem ter se ampliado, consideravelmente, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI), que, para sua aplicação, levou a uma ampliação do protagonismo dos arquivos. Por outro lado, questões mais epistemológicas ainda são pouco contempladas, o que pode ser em parte explicado pelo estereótipo meramente aplicado dos estudos arquivísticos. Contudo, surpreende-nos temas contemporaneamente em voga (gestão e tecnologias) terem sido pouco abordados.

Ao classificarmos as mesmas pesquisas sob os 13 temas apontados por Jardim (2012), notamos a predominância da “preservação” e da “gestão de serviços e instituições arquivísticas”. Os temas menos contemplados, segundo nossa classificação, foram “associativismo”, “normalização” e “produção e difusão de conhecimento arquivístico” (gráfico 3). Quanto aos temas mais estudados, observamos relações entre ambos, uma vez que a preservação prevê “planejamento e políticas, reformatação de acervos, documentos ‘convencionais’,

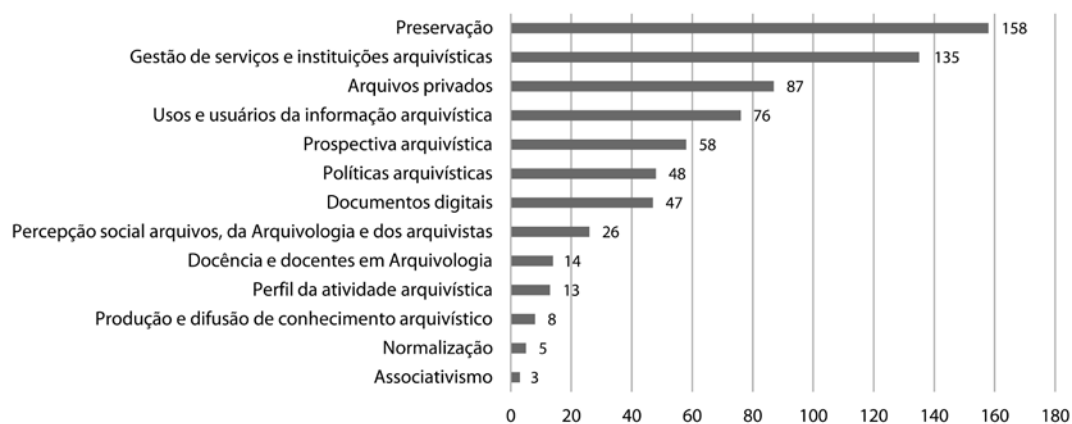
⁵ Não apresentamos essas informações em percentuais em razão da multidimensionalidade da classificação facetada. Ou seja, uma mesma tese, uma mesma dissertação ou um mesmo trabalho de conclusão de curso pode ter sido classificado em mais de um tema de pesquisa.

documentos digitais, degradação de suportes, impactos e alternativas à obsolescência tecnológica, digitalização etc.” (Jardim, 2012, p. 149) – e ainda a perspectiva histórica da preservação, em um sentido mais amplo, conforme nossa compreensão –, aspectos que convergem para gestão de serviços e instituições arquivísticas.

Precisamos explicar o que parece ser uma contradição entre os resultados da primeira e da segunda classificação (pois, naquela, a gestão foi um dos temas menos recorrentes; nesta, o contrário). Enquanto Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) apresentam a “gestão dos programas e dos serviços de arquivos” no âmbito da teoria e prática das organizações; planificação e avaliação dos programas; gestão, *marketing* e relações públicas, Jardim (2012, p. 148) compreende como “gestão dos serviços e instituições arquivísticas” um espectro mais amplo de questões: “padrões de governança, estruturas organizacionais, competências formais, grau de autonomia financeira, gestão de pessoas, tecnologia, conservação, respaldo legal, infraestrutura física, tecnológica e humana, programas arquivísticos etc.”.

Quanto aos temas menos contemplados, de acordo com nossa classificação a partir de Jardim (2012), as associações, o associativismo e a produção e difusão de conhecimento arquivístico são aspectos pontuais, que remetem à temática “história dos arquivos e da arquivística” de Couture, Martineau e Ducharme (1999), também uma das que menos aparecem na nossa análise. A questão da normalização, ainda que extremamente relevante para as práticas e a teoria arquivística (Cox, 1994; Bonal Zazo, 2000; Jardim, 2015), parece ser pouco explorada e desenvolvida no Brasil, o que pode decorrer do empirismo das práticas arquivísticas.

Gráfico 3 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros – Temas de pesquisa Jardim (2012)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento de 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia nos traz questões quantitativas e qualitativas bastante relevantes. Quantitativamente, indica o crescimento significativo dessa produção científica: em 14 anos, do primeiro levantamento a que tivemos acesso (Rodrigues; Aparício, 2002) ao nosso último mapeamento (2016), notamos um aumento de 14 vezes (Marques, 2017). Para uma disciplina científica que ainda é incipiente internacional e nacionalmente, estes números são indicadores robustos que apontam para a delimitação de um campo de conhecimento em visível expansão.

Qualitativamente, podemos inferir possibilidades de interlocução entre as práticas e os desafios advindos do mundo do trabalho, e os estudos acadêmicos cujas temáticas contemplem aspectos arquivísticos, isto é, sobre arquivos e arquivologia. Meio profissional dos arquivos (instituições), funções arquivísticas (processos, processamento, métodos e técnicas) e gestão de serviços e instituições arquivísticas (planejamento e administração) se entrelaçam nessas práticas, estudos e desafios que parecem ser objeto de investigação em pesquisas que buscam analisá-los, compreendê-los e, certamente, aperfeiçoá-los mediante reflexões críticas.

Além dessas interlocuções internas ao campo científico, podemos considerar aquelas que ultrapassam suas fronteiras, ou seja, os diálogos da arquivologia com outras áreas e disciplinas, profícuos para seu desenvolvimento como disciplina científica (Marques, 2007). Contudo, a escassez de um *locus* científico próprio para abrigá-la na academia e nas agências de fomento à pesquisa sinaliza um alerta: a arquivologia ainda é considerada, institucionalmente, como parte da ciência da informação (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984). Vinculada, administrativamente, a departamentos, faculdades, centros ou institutos de ciência da informação (outrora de biblioteconomia/documentação), a disciplina é tida como uma subárea da ciência da informação na classificação das áreas do conhecimento pelo CNPq. Assim, notamos um descompasso entre os avanços epistemológicos e teóricos da arquivologia e a sua situação político-institucional: a primeira dissertação sobre arquivos identificada é do início da década de 1970, mas somente 42 anos depois foi criado o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* próprio da área.

Essa assimetria histórico-epistemológica e político-institucional da arquivologia vai ao encontro da necessidade de verticalização de estudos que contemplem aspectos ligados à epistemologia da disciplina e que ainda são pouco investigados. Essas demandas nos chamam ao compromisso de “medir” nossos fazeres e saberes, repensando-os diante das práticas e desafios mencionados. Sem se compreender como disciplina e profissão, sem se conhecer historicamente, a arquivologia e os arquivistas ficam reféns de práticas e mesmo de estudos contingenciais que timidamente contribuem para o desenvolvimento de seu estatuto teórico-epistemológico. Sua identidade (da disciplina e dos profissionais) parece condicionar-se ao avanço de estudos dessa natureza.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BONAL ZAZO, José Luis. La normalización: base del análisis documental en los archivos. *Scire*, Zaragoza, v. 6, n. 1, p. 55-75, 2000.
- BRASIL. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Decreto n. 50.737, de 7 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50737-7-junho-1961-390256-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Parecer CESu-CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www.scielobr/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8405.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Portaria CAPES n. 80, de 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Resolução CES-CNE, n. 1, de 3 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq, 1984.
- COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: Finatec, 1999.
- COX, Richard. Standarzing archival practices: a tool for the information age. *Archivum*, n. 39, p. 165-180, 1994.
- CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. *Resumos*. Brasília: UnB, 2003.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373-397, jul. 2012.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Ibict, 1994.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. *Estudos Avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

_____. Arquivologia e normalização: diálogos e territórios em construção. In: JORNADA ARQUIVÍSTICA DA UNIRIO, 26., 2015, Rio de Janeiro.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. A investigação científica em arquivologia e a sua busca de identidade. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, p. 77-89, 2017.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MARTINS, Carlos Benedito; ASSAD, Ana Lúcia Delgado. A pós-graduação e a formação de recursos humanos para inovação. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 322-352, dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Reuni 2008 – Relatório de primeiro ano. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RODRIGUES, Georgete; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. *A noção de informação arquivística na produção do conhecimento em arquivologia: 1996-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.

Recebido em 5/6/2018

Aprovado em 4/10/2018

GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA
CONTORNOS PARA UMA NOÇÃO
ARCHIVAL GOVERNANCE
OUTLINE FOR A NOTION

JOSÉ MARIA JARDIM | Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Professor titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

RESUMO

A gestão arquivística mobiliza inovações teóricas e práticas em um cenário de profundas transformações, especialmente nas últimas três décadas. As diversas e complexas alterações na sociedade e no Estado refletem e provocam mudanças na produção, acesso e conservação de documentos em um contexto de uso intensivo das tecnologias da informação. Novos conhecimentos microarquivísticos respondem às necessidades das organizações contemporâneas, mas exigem também avanços macroarquivísticos como a construção de modelos de governança arquivística, cuja referência empírica é o cenário arquivístico brasileiro.

Palavras-chave: governança arquivística; gestão de arquivos; macroarquivologia; microarquivologia.

ABSTRACT

Archival management requires theoretical and practical innovations in a deeply changing environment, especially in the last three decades. The diversity and complexity of changes in society and the State reflect and produce changes in the production, access and conservation of documents in a context of intensive use of information technologies. New micro archival science knowledge responds to the needs of contemporary organizations but also requires macro archival science advances, such as the construction of archival governance models, whose empirical reference is the brazilian archival scene.

Keywords: archival governance; archival administration; microarchival science; macroarchival science.

RESUMEN

La gestión archivística requiere innovaciones teóricas y prácticas en un escenario en profundas transformaciones, especialmente en las últimas tres décadas. Las diversas y complejas alteraciones en la sociedad y en el Estado reflejan y producen cambios en la producción, acceso y conservación de documentos en un contexto de uso intensivo de las tecnologías de la información. Nuevos conocimientos microarchivísticos responden a las necesidades de las organizaciones contemporâneas pero también requieren avances macroarchivísticos como, por ejemplo, la construcción de modelos de gobernanza archivística, cuya referencia empírica es el escenario archivístico brasileño.

Palabras clave: gobernanza archivística; gestión de archivos; macroarchivística; microarchivística.

A gestão de uma instituição ou serviço arquivísticos, no setor público ou privado, vem se tornando cada vez mais complexa nas últimas décadas. Compreende um conjunto de aspectos diversos que vão além dos arquivos como seu objeto imediato de gerenciamento. Requer do arquivista uma profunda capacidade de identificar e atuar sobre as mudanças nas organizações contemporâneas, seus impactos nos vários procedimentos arquivísticos e nos seus entornos econômico, cultural e político-social.

Em especial a partir dos anos de 1990, a arquivologia tem se renovado como disciplina científica em um ambiente histórico de constantes reconfigurações, marcado pela presença crescente das tecnologias da informação e comunicação. Nesse cenário, os modos de produção, acesso e conservação de documentos arquivísticos demandam inovações na pesquisa científica e nas práticas de gestão dos serviços e das instituições arquivísticas.

Gestão arquivística refere-se, neste artigo, ao conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços e instituições arquivísticas.¹ Inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Envolve também os aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal, tecnológica, recursos orçamentários etc.

Embora sejam territórios clássicos da atuação do arquivista, instituição arquivística e serviços arquivísticos não são categorias evidentes na teoria e prática da área. E não apenas no Brasil. Essa fragilidade teórica, diluída na hipertrofia da dimensão microarquivística, provavelmente se faz presente na formação do arquivista com consequências em sua atuação na gestão arquivística.

Pretende-se neste artigo reconhecer alguns elementos fundamentais da gestão arquivística de forma a traçar um esboço de uma categoria: governança arquivística. O adensamento dessa noção preliminar poderá suscitar futuramente o desenho de modelos de governança aplicáveis às instituições e serviços arquivísticos. Para favorecer esse desenho inicial, serão abordados aspectos teóricos sobre governança e o atual cenário arquivístico brasileiro, sobretudo no setor público. Ao final, a noção proposta é ilustrada com os elementos que comporiam o cenário para uma governança arquivística em níveis nacional, estadual e municipal.

Apesar da busca crescente por instrumentos e métodos que favoreçam a gestão arquivística, estes parecem ainda insuficientes para atender às dinâmicas do panorama atual. Talvez os avanços microarquivísticos sejam mais evidentes do que os macroarquivísticos na teoria e prática da área.

1 Conforme Jardim (2012, p. 403), “considera[m]-se instituições arquivísticas públicas aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental [...] diferenciam-se dos serviços arquivísticos governamentais, outra categoria operacional, que se referem às unidades administrativas incumbidas de funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, no âmbito dos quais se configuram como atividades-meio [...]”.

A ideia de macroarquivologia e microarquivologia foi apresentada pela primeira vez nos anos de 1970 por José Manuel Mata Castillon, então responsável pela Subdireção-Geral de Arquivos do Ministério da Cultura da Espanha. Essas noções² ganharam contornos de possíveis categorias teóricas a partir de reflexões de Conde Villaverde (2016):

El gran desarrollo de la Archivística desde la segunda mitad del siglo XX, se ha centrado en determinados aspectos de la gestión y control, tanto físico como intelectual, de los fondos de los archivos. Es decir tomando el término de la Economía, podríamos afirmar que lo que se ha desarrollado de forma espectacular ha sido la Micro Archivística. Por el contrario, todo lo referente a la Macro Archivística, es decir, la regulación y coordinación de esos esfuerzos individuales, y sobre todo la presencia activa de los Archivos en el contexto del Gobierno y de la Administración Electrónicas, y en las Políticas Públicas de Información, no ha alcanzado todavía, en la mayoría de los países, los niveles adecuados.

A macroarquivologia e a microarquivologia não são categorias dicotômicas nem tampouco “subespecialidades” da arquivologia. Ambas, na sua dialética e interfaces, são esferas visceralmente integradas. Reconhecer as dinâmicas dessa multidimensionalidade é um requisito à gestão de serviços e instituições arquivísticas. Além disso, propicia a construção de alternativas teórico-práticas para a gestão dos arquivos em um ambiente de crescente complexificação do saber e fazer arquivísticos.

Supõe-se que um gestor ou gestora de arquivos domine o constante desafio de assegurar, nas suas atividades, a complementaridade das dimensões macro e microarquivísticas, suas lógicas, processos, agentes sociais, variedade e eventuais contradições.

A literatura de arquivologia, de forma geral, contempla pouco a dimensão macro. Por que, se ela é tão essencial? Talvez pelo fato de essa área, historicamente, derivar primordialmente da necessidade de responder às diversas indagações microarquivísticas (classificação, avaliação, arranjo, descrição etc.) do Estado moderno europeu.

Conde Villaverde (2016, p. 124) reconhece que os conteúdos da arquivologia “se han transformado y ampliado de forma desmesurada sin que todavía se haya desarrollado suficientemente un proceso de reflexión para darles la necesaria coherencia y estructura”.

As configurações do Estado contemporâneo, as mutações das organizações privadas e a ampliação das demandas sociais ao longo dos séculos XX e XXI provocaram novos patamares na teoria e prática arquivísticas. Mesmo assim, a dimensão macroarquivística parece ainda insuficiente, tanto na formação profissional quanto na produção de conhecimento.

Essas duas categorias em construção são adotadas nestas reflexões e preliminarmente caracterizadas *a partir de um viés gerencial*:

2 Noção é uma categoria aqui compreendida nos termos sugeridos por Minayo (2010, p. 177): “elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o status de conceito e são usados como ‘imagens’ na explicação do real”.

Quadro 1 – Aspectos gerenciais da macroarquivologia e da microarquivologia

Arquivologia	
Macroarquivologia	Microarquivologia
Processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho e implementação de programas, projetos, redes e sistemas; definição, execução e avaliação de políticas arquivísticas; prospectiva arquivística* etc.	Processos técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas** (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão) envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários e na administração de arquivos permanentes etc.

* Conforme Martín-Pozuelo, prospectiva arquivística refere-se à investigação que “se plantea y se desarrolla para dar respuesta a los interrogantes y la incertidumbre respecto al futuro de los archivos y de la archivística así como al estudio de los factores de cambio que determinarán ese futuro. Dicho de otra manera, la prospectiva archivística no es otra cosa que la aplicación al estudio de los archivos de las técnicas que nos hacen posible el conocimiento y la anticipación sobre su futuro con el fin de diseñar estrategias para promover su calidad y desarrollo integral”.

** Funções arquivísticas nos termos definidos por Couture e Rousseau (1998).

Supõe-se que um arquivista,³ ao atuar com mais ênfase na esfera micro, irá também mirar, do ponto de vista teórico e operacional, as implicações das suas ações na dimensão macro e vice-versa.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO CENÁRIO MACROARQUIVÍSTICO BRASILEIRO

Nos últimos quarenta anos, em paralelo a alterações no cenário político-social do país e da arquivologia, muitos arquivos públicos brasileiros passaram por profundas transformações. Na sua maior parte, porém, seguem ainda periféricos na estrutura do Estado, com pouca visibilidade social, fragilizados na sua autoridade legal e desenvoltura técnico-científica.

Muitos dos avanços alcançados por essas instituições guardam uma relação direta com a redemocratização do país a partir de 1985. As crescentes demandas sociais pela transparência do Estado, pelo direito à informação e à memória estimularam os arquivos públicos à busca de novas interfaces com a sociedade, com as administrações públicas nas quais se inserem. Essa postura implicou a revisão de vários parâmetros gerenciais e técnico-científicos que orientavam seu funcionamento. A chamada “modernização do Arquivo Nacional”, sobretudo nos anos de 1980, também repercutiu significativamente nesses percursos.

3 Dado que o termo arquivista é interpretado de forma diversa em vários países, talvez não seja redundante ressaltar que neste artigo essa categoria refere-se ao profissional com formação de nível superior em arquivologia cuja atuação envolve a gestão de todo o ciclo documental. Não se reproduz aqui a distinção existente em alguns países de língua inglesa, por exemplo, entre *archivist* e *records manager*, sendo o primeiro responsável pela administração de arquivos permanentes e o segundo, pela gestão de documentos correntes e intermediários.

A chamada Lei de Arquivos, de 8 de janeiro de 1991, estabeleceu diretrizes jurídicas que visavam fortalecer a autoridade arquivística dos arquivos públicos, sua gestão e uso social. Ofereceu-lhes um patamar de institucionalidade arquivística até então inexistente. Quase trinta anos depois, há indicadores na literatura de que esses atributos previstos na Lei de Arquivos não se plasmaram, em termos gerais, em um efetivo deslocamento das instituições arquivísticas do lócus periférico que ocupam no Estado brasileiro. Como tal, os obstáculos ao acesso às informações governamentais contidas nos arquivos públicos são ainda significativos no Brasil. A literatura é escassa a respeito: o aparente déficit de gestão e governança arquivísticas ao longo desse trajeto assimétrico e desigual necessita de mais investigações.

Desde 1978, a principal estratégia dos arquivos públicos brasileiros em termos macroarquivísticos tem sido a adoção, no plano nacional, estadual e municipal, do modelo de sistema de arquivos, difundido pela Unesco⁴ a partir dos anos de 1970, tendo como base o “conceito” de natis (national information system). Essa noção resultou de uma conferência intergovernamental sobre o planejamento das infraestruturas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos, realizada em 1974 pela Unesco, em Paris.

O modelo sistêmico proposto teve desdobramentos como, por exemplo, os sistemas nacionais de arquivos, projetados em vários países latino-americanos. Evidentemente as formas de desenho e realização desses projetos não se deram de maneira linear ou simétrica. Além disso, mostraram-se distintas em diversas realidades nacionais. Debates em eventos arquivísticos apontam para resultados variados dessas experiências, algumas supostamente positivas e outras nem tanto. É um tema cercado de retórica oficial e carece de mais investigações.

Face ao insucesso de várias dessas experiências, a Unesco diminuiu a ênfase no desenho sistêmico e imprimiu maior relevância aos modelos de políticas nacionais de informação a partir dos anos de 1980. Ampliou-se a constatação de que sistemas, redes ou outras ações semelhantes no campo informacional tendem a ser mais bem-sucedidas se referidas a políticas de informação previamente estabelecidas. Essa perspectiva, porém, é ainda pouco evidente no cenário arquivístico brasileiro.

No Brasil, a influência da perspectiva sistêmica ganha relevo no primeiro Sistema Nacional de Arquivos, instituído em 1978, assim como no atual, criado pela lei n. 8.159 de 1991. Esse modelo sistêmico foi instituído – ainda que nem sempre implementado – não apenas no plano federal, mas também em diversos arquivos estaduais e municipais: 70% das unidades da federação contam com sistemas estaduais de arquivos.

Conforme Jardim (2012), além do Sistema Nacional de Arquivos (1991) e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Federal (2003), existem sistemas estaduais de arquivos em 17 estados (63%) da federação. Dez sistemas estaduais (58%) foram instituídos antes da Lei de Arquivos de 1991. Os demais sete (42%), após. A maior incidência foi nos anos de 1980: oito sistemas estaduais (47%). Conforme Jardim (2011, p. 199), o Sis-

4 Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

tema Nacional de Arquivos não foi viabilizado até o momento pelo Conselho Nacional de Arquivos e “a política nacional de arquivos também não foi definida nem implementada”. Faltam-nos mais estudos sobre se efetivamente os sistemas estaduais foram implementados e, nesse caso, como o foram e as condições do seu funcionamento atual.

Ainda assim, há sinais nos relatos (e talvez na ausência destes) de que essa arquitetura sistêmica tem sido aparentemente pouco eficaz no fortalecimento das instituições arquivísticas no aparato do Estado e na ampliação dos usos sociais dos arquivos. Essas configurações, exceções à parte, quando emitem sinais de alguma vitalidade, parecem ignorar ou pouco dialogar com várias políticas, programas e projetos governamentais que, mesmo não sendo estritamente arquivísticos, guardam relações variadas com a qualidade dos serviços que as instituições arquivísticas devem oferecer ao Estado e à sociedade.

No que se refere às políticas públicas arquivísticas, a literatura a respeito aponta para uma escassez de iniciativas. Também nesse caso a fragilidade conceitual sobre o tema sustenta vários discursos oficiais nos quais a existência de uma política arquivística é proclamada ao sabor dos interesses políticos do momento, mesmo considerando as evidências em contrário, demonstradas pelas pesquisas.

Uma política ou sistema/rede arquivísticos não sobrevivem quando tendem ao insulamento ou à ausência de diálogos com outros sistemas/redes de políticas informacionais dentro e fora do Estado. Se sobrevivem, o fazem precariamente em termos políticos e técnico-científicos. Claro que esse pressuposto não era ignorado nos anos de 1970. Porém, os “ambientes em torno dos sistemas” eram menos complexos dos pontos de vista político-institucional, técnico-científico e tecnológico, entre outros.

Em 2018, como projetar um sistema ou rede de arquivos que seja uma ferramenta de gestão arquivística menos endógena e com uma grande capacidade de fomentar diálogos, processos e produtos com vários atores e agências do Estado e da sociedade? Como estabelecer políticas públicas arquivísticas democraticamente em um contexto de frágil institucionalidade, bem como atender diversificadas demandas políticas e sociais?

Trata-se, portanto, de refletirmos sobre modelos de governança – incluindo a governança da informação – que não faziam parte das alternativas projetadas pela Unesco nos anos de 1970, ainda hoje reproduzidas por várias instituições arquivísticas.

A construção de alternativas supõe conhecermos melhor as diversas configurações de um cenário informacional em profundas transformações que afetam direta ou indiretamente a gestão de instituições arquivísticas e seu protagonismo nas políticas e sistemas/redes arquivísticos: programas e ações de governo aberto, dados abertos, administração eletrônica, novos modelos de gestão pública, controle social, transparência do governo, leis de acesso à informação e de proteção de dados pessoais, direito à memória, direito ao esquecimento, políticas e agendas culturais sob forte influência do universo digital etc.

Nesse sentido, a noção de governança, aplicada ao universo arquivístico, pode oferecer agendas renovadoras e ferramentas de apoio à gestão macroarquivística em níveis nacional, estadual e municipal.

EM TORNO DA NOÇÃO DE GOVERNANÇA

Governança é uma categoria muito presente na literatura de administração, ciência política, economia e outros campos do conhecimento que nela buscam referencial teórico. Daí derivam noções como governança ambiental, governança de tecnologia da informação, governança corporativa, governança tributária, governança informacional, governança digital etc.

Essa concepção começa a ganhar mais evidência no início dos anos de 1990, tendo como um dos seus protagonistas o Banco Mundial que, “a partir de 1992, definiu de forma ampla as seguintes dimensões para a boa governança: administração do setor público; quadro legal; participação e *accountability*; e informação e transparência.” (Matias-Pereira, 2010, p. 116).

Dado que não existe uma teoria da governança consolidada (Silva, 2010, p. 55), parte-se do princípio, nessas reflexões, de que se trata de uma noção com várias interpretações, algumas nem sempre consistentes.

Uma das razões para a popularidade do termo governança pode ser atribuída à ambiguidade do seu conceito. Ele pode ser moldado conforme as preferências intelectuais dos autores e, portanto, ofuscar o seu significado, ao mesmo tempo em que melhora talvez o seu entendimento. O conceito frequentemente é fraco no significado e forte na extensão. A adição de vários adjetivos para delinear o significado pode ajudar na compreensão do termo governança, mas, mesmo com essas qualificações, existem inúmeras oportunidades para estender o significado do conceito além de toda utilidade, de modo que ameaça tornar-se relativamente sem sentido. A raiz da palavra governança vem de um vocábulo grego que significa direção (Zorzal, 2015, p. 70).

Apesar de pertinente, a crítica não reduz as possibilidades teóricas dessa noção e sua configuração em modelos aplicáveis a determinadas realidades.

Diniz (1996) foi uma das intérpretes pioneiras da noção de *governance* voltada à realidade brasileira, destacando a necessidade de o Estado ampliar suas interlocuções com diversos atores sociais em um desenho organizacional mais flexível.

Governance [...] diz respeito à capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses. As novas condições internacionais e a complexidade crescente da ordem social pressupõem um Estado dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades e alargar, ao invés de restringir, o universo dos atores participantes, sem abrir mão dos instrumentos de controle e supervisão (Diniz, 1996, p. 13).

A visão de Diniz coincide em muitos aspectos com tendências reconhecidas por Goldsmith e Eggers (2006) em um livro de grande impacto na administração pública em muitos países: *Governar em rede: o novo formato do setor público*. Os autores reconhecem os limites atuais da burocracia governamental hierárquica, identificada como o modelo organizacional do século XX. Consideram que a complexidade dos problemas da vida social e suas transformações, do local ao global, requisitam novos modelos de governança.

O modelo de governança em rede, proposto pelos autores, apresenta várias alternativas que merecem nossa atenção, inclusive se considerarmos os mecanismos de gestão arquivística no setor público:

- construção de uma estrutura de governança com múltiplas alianças entre setores do Estado e da sociedade;
- incentivo à comunicação entre esses atores, evitando seu isolamento como membros da rede;
- estímulo para absorver inovações, bem como oportunidades de aprendizagem entre os membros da rede;
- compartilhamento de conhecimento na rede;
- compartilhamento de tomada de decisão;
- melhor uso dos padrões de transparência;
- fomento à flexibilidade e dinamismo dos diferentes atores.

O termo governança na literatura acadêmica é analisado por Matias-Pereira (2010), que sugere uma definição ampla, calcado em Rhodes (1996): “um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo”. Chama atenção para os diversos aspectos que, nessa literatura, encontram-se relacionados

à legitimidade do espaço público em constituição; à repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; aos processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e os mecanismos de coordenação); e à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar (Matias-Pereira, 2010, p. 115).

Portanto, a governança procura responder a uma “realidade organizacional” do Estado que ultrapassa os limites das cadeias político-burocráticas tradicionais, levando em conta, no seu entorno, as ações e agentes públicos e privados. Nesse sentido, Silva (2010, p. 131) destaca que a governança vai além da gestão porque abrange vários atores “que se relacionam com uma organização, muitas vezes compondo redes nas quais a organização está inserida”.

[...] explora uma realidade organizacional em transformação, que põe em questionamento a gestão mais cartesiana das organizações. [...] outras dimensões que tornam a gestão e a governança das organizações algo muito mais complexo e fluido e, por isso, não simplificável ou reduzível aos modelos organizacionais existentes (Silva, 2010, p. 131).

Não por acaso, são frequentes as aproximações e distinções, não necessariamente conflitantes, entre praticar a governança e exercitar o governo. Compreender as diferenças e aproximações entre ambas as categorias é fundamental.

A governança, destaca Rosenau (2000), tem mais amplitude que o governo:

governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências [...] abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (Rosenau, 2000, p. 15-16).

No marco dessas reflexões, a perspectiva adotada é a de governança voltada para o setor público.

A capacidade de governança passa pela interação entre a capacidade de comando e de direção do Estado, tanto interna quanto externamente; a capacidade de coordenação do Estado entre as distintas políticas e os diferentes interesses em jogo, buscando integrá-los de forma a garantir a coerência e a consistência das políticas governamentais; e a capacidade de implementação supõe a adequação entre as diversas decisões tomadas e os recursos técnicos, humanos, informacionais, institucionais, financeiros, políticos, necessários para que as decisões se materializem. Essa gestão pública deve estar preparada para realizar as suas estratégias e políticas, usando os mecanismos disponíveis com eficiência, eficácia e efetividade, na busca de implementar ações e alcançar resultados, em particular a melhoria da qualidade de vida da população (Matias-Pereira, 2010, p. 124-125).

Em termos arquivísticos, a ideia de governança remete-nos a processos que ultrapassam os tradicionais limites da gestão arquivística. É nesse marco que se buscam a seguir os elementos para uma noção de governança arquivística.

EM BUSCA DA NOÇÃO DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

Como anteriormente mencionado, ao longo de quatro décadas foram desenvolvidas várias experiências, bem e mal-sucedidas, de sistemas e políticas de arquivos. Talvez sejam necessários novos dispositivos de gestão arquivística para a renovação e fortalecimento das instituições arquivísticas no cenário contemporâneo.

Caso contrário, tende-se a banalizar a ideia de que a gestão arquivística é um processo “natural”, decorrente do esforço de administração de elementos microarquivísticos.

Parece inevitável revigorar vários recursos teórico-metodológicos, inerentes ao tradicional “governo dos arquivos”. Isso inclui, porém, ir um pouco mais além. A governança arquivística mira a teia de interesses, ações e atores, do Estado e da sociedade, que ultrapassa os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas. E ao fazê-lo, fortalece essa autoridade e institucionalidade.

É cada vez mais evidente que as várias facetas da macro e microgestão dos sistemas/redes e políticas arquivísticas apresentam interfaces, diálogos e interseções com vários atores e agências socioinformacionais em um ambiente informacional multifacetado e em constante alteração.

No cenário histórico atual, a dinâmica político-institucional e técnico-científica das instituições arquivísticas tende a ser crescentemente influenciada por um ambiente externo diversificado e complexo, conforme exemplos já citados. Por outro lado, essas instituições contam, pela sua própria vocação político-institucional, com vários elementos que podem e devem influenciar esse ambiente externo. Por exemplo, a formulação de uma política de gestão de documentos deve prever em seu desenho e aplicação as possíveis correlações com políticas de dados abertos. Essa postura solicita altos teores de proatividade por parte das instituições arquivísticas para equacionar os imperativos da gestão e governança arquivísticas dentro e fora do Estado.

As bases da noção de governança arquivística emergem desse quadro histórico e supõem uma reconfiguração dos modos de exercício da autoridade legal, política e técnico-científica das instituições arquivísticas. Ou seja, vai além de uma gestão verticalizada da complexidade arquivística do Estado, refletida em sua cadeia hierárquica de comando burocrático ao longo da qual, supostamente, a instituição deve exercer sua autoridade. Não é uma tarefa fácil, mas parece imprescindível, caso contrário, elas permanecerão em uma espécie de periferia política e social que tende a comprometer ainda mais a sua frágil institucionalidade, especialmente na América Latina.

Governança arquivística, portanto, tem uma marca fundamental: compreende necessariamente ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores diversos da sociedade.

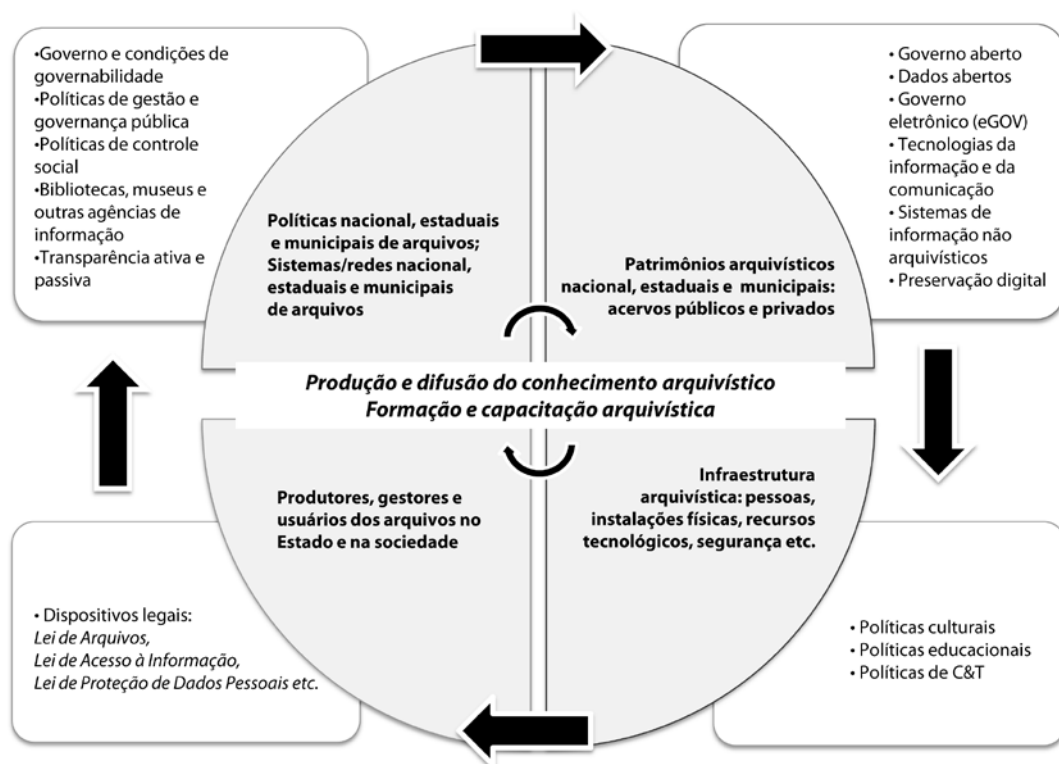
Inclui a capacidade das instituições arquivísticas de dialogarem e atuarem no conjunto dos diversos ambientes informacionais. Demanda uma autoridade arquivística cuja configuração é legal, mas também simbólica. A autoridade de uma instituição arquivística é um processo complexo. Abrange o reconhecimento da instituição pelos atores sociais que demandam informações arquivísticas sob um vasto arco de possibilidades, como o direito à informação e à memória. Uma frágil autoridade arquivística inviabiliza a adoção de modelos de governança arquivística? Não necessariamente. Até porque o modelo de governança a ser adotado e redefinido ao largo do tempo reflete o grau menor ou maior de autoridade arquivística alcançada ou a ser ampliada.

O objeto da governança arquivística é a gestão arquivística. Portanto, aquela não é um “substituto” desta. Não se planeja ou se aplica um modelo consistente de governança como sucedâneo de uma gestão arquivística precária.

Buscar uma noção e uma matriz teórica para a governança arquivística pressupõe identificar e operar com essa teia de conceitos e práticas sobre os quais ainda há muitas questões. De imediato, parte-se do pressuposto de que essa categoria exige o conhecimento sobre um conjunto de teorias e práticas da gestão macro e microarquivística. Portanto, a noção de governança arquivística deve ser explorada iluminando-se as diversas faces da gestão arquivística e suas relações com outros espaços institucionais do Estado e de variados segmentos sociais.

Os atores, agências, correlações e dinâmicas inerentes à governança arquivística no Estado e na sociedade, em uma perspectiva nacional, estadual e municipal, são objeto da ilustração a seguir.

Ilustração 1 – Governança arquivística nacional



Fonte: elaboração própria.

No epicentro da imagem, visualizamos *quatro dimensões especificamente arquivísticas*, compostas por elementos interligados. Os vários tópicos apontados em cada uma dessas dimensões não excluem outros que possam ser objeto do universo da governança arquivística; são seus aspectos basilares. As dinâmicas entres essas dimensões devem ser fomentadas pela instituição arquivística nacional, estadual ou municipal mediante os dispositivos legais de que dispõe, assim como pela produção, implementação, avaliação e atualização de

políticas nacional, estadual e municipal de arquivos e suas ferramentas operacionais, como os sistemas/redes de arquivos. Contempla ainda, em termos arquivísticos, as instituições e serviços, o patrimônio, a infraestrutura e os vários atores do Estado que são sujeitos e não meramente objetos da governança arquivística nacional.

Políticas e sistemas/redes de arquivos são dois instrumentos centrais na gestão arquivística e em possíveis modelos de governança arquivística em níveis nacional, estadual e local. Requistam conhecimento político-gerencial e arquivístico sobre as suas possibilidades e limites, incluindo a análise das experiências bem-sucedidas ou de iniciativas que tenham redundado em fracasso. Apesar dos avanços nas pesquisas, faltam-nos mais investigações sobre essas várias situações, sobre como são produzidas e como se alteram ao longo do tempo. Mais conhecimento é um aspecto fundamental para um melhor desenho e aplicação das políticas e sistemas/redes de arquivos.

Esses quatro núcleos epicêntricos interagem dialeticamente com um eixo transversal: a produção e disseminação do conhecimento arquivístico e a formação de arquivistas e outros profissionais que também fazem parte dessas quatro dimensões. Reside aí a importância da cooperação entre instituições arquivísticas e universidades. Investigação e inovação são cada vez mais interligadas e favorecem a busca por respostas às modificações em curso no cenário arquivístico.

Ao redor do círculo, foram identificadas outras quatro dimensões. Vários aspectos excedem a esfera da autoridade arquivística dos arquivos públicos em seus aspectos legais, simbólicos e técnico-científicos. No entanto, devem ser objeto da governança arquivística, promovendo-se zonas de diálogo entre diversos atores do Estado e da sociedade. Não são esferas especificamente arquivísticas, mas apresentam grande potencial para influenciar e serem impactadas pelas dimensões centrais. Sua configuração poderá variar em função das especificidades nacionais, estaduais e municipais.

Do ponto de vista institucional, os arranjos organizacionais voltados para a governança arquivística poderão variar.

A instituição arquivística tem uma autoridade legal a ser exercida no marco de um segmento do Estado. No caso brasileiro, a legislação estabelece a autoridade dessas instituições no âmbito do poder em que se inserem. Como prevê o artigo 17 da lei n. 8159, a “administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”. A competência de administrar um universo documental tão amplo impõe o uso de adequadas ferramentas de gestão macro e microarquivísticas. Sem subtrair a autoridade técnico-científica das instituições arquivísticas, conselhos municipais, estaduais e nacional de arquivos podem favorecer ações de governança em rede, como proposto por Goldsmith e Eggers (2006).

Esses conselhos, não subordinados às instituições arquivísticas, devem ser representativos de segmentos do Estado e da sociedade e dotados de estrutura organizacional e financeira que sustente as suas ações. Têm atribuições políticas e não técnico-científicas. São órgãos colegiados consultivos ou deliberativos. Formulam e avaliam, mas não são executores de políticas públicas. A instituição arquivística se faz representar nos conselhos e participa

ativamente nessas instâncias com um papel proeminente em função da sua autoridade arquivística, porém, seu protagonismo se apresenta, sobretudo, nos momentos de execução das políticas arquivísticas.

Os sistemas institucionais de arquivos, nos moldes em que foram concebidos no Brasil nos últimos quarenta anos, tendem a não favorecer princípios da governança em rede: flexibilidade nas relações entre as partes, horizontalidade, cooperação, complementaridade, compartilhamento de recursos diversos, socialização do conhecimento, alianças para a implementação de estratégias comuns ou semelhantes etc. A anatomia da maior parte dos sistemas existentes é piramidal, reproduzindo os padrões da burocracia hierárquica e “parece buscar mais a homogeneidade do que os diálogos entre as diversas partes” que os compõem (Jardim, 2013, p. 39).

O modelo que norteia esses sistemas estruturados em órgãos central, setorial e seccional aponta para uma relação verticalizante – e muito pouco circular – das relações entre as partes do sistema. Conforme Jardim (1995, p. 155), “o acento autoritário do Estado brasileiro encontra na abordagem sistêmica, legitimada pelo fascínio pela modernidade, a promessa de uniformidade em grande escala” (Jardim, 2013, p. 38).

Rever a arquitetura e gestão das estruturas sistêmicas adotadas mostra-se, portanto, um aspecto crucial para que esses instrumentos possam ser bases consistentes para modelos de governança arquivística.

Conjunturas específicas e peculiaridades históricas nacionais, regionais e locais sempre delimitarão os elementos englobados pela governança arquivística. Tanto o reconhecimento desses elementos pela autoridade arquivística quanto o desenho de um modelo de governança arquivística com diversos níveis de amadurecimento e etapas de aprofundamento resultam de escolhas políticas e técnico-científicas.

A governança arquivística resulta de elementos arquivísticos e não arquivísticos, mas sobretudo da capacidade de interpretação, por parte da autoridade arquivística nacional, a respeito da diversa e desigual realidade macro e microarquivística do país, do estado, do município. Espera-se que as agendas de pesquisa em arquivologia levem à produção de conhecimento aplicado à construção de modelos de governança arquivística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança arquivística – referida à noção de governança – é marcadamente colaborativa. Refere-se a um conjunto de aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos que caracterizam o cenário arquivístico e seu entorno. Visa à qualidade da gestão de arquivos e sua inserção nas formas como o poder público é exercido em um regime democrático em nível intraestado e entre o Estado e a sociedade, considerando-se elementos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos.

A noção de governança arquivística convida a uma atitude de inovação gerencial por parte das instituições arquivísticas e seus atores. As transformações na produção, uso e conservação de documentos de arquivo apontam nessa direção. Não se trata, ingenuamente, de superpor uma plataforma inovadora a uma série de fragilidades históricas das instituições arquivísticas. Em muitos casos, como no plano municipal, sequer a instituição arquivística existe. A governança não substitui aspectos básicos da gestão que muitas instituições arquivísticas não logram viabilizar pelas mais variadas razões. Por outro lado, tampouco pressupõe a existência de níveis de excelência de gestão arquivística para ser viabilizada.

O tema merece ser ampliado com investigações sobre os possíveis métodos da governança arquivística, tal como já ocorre com razoável amadurecimento em áreas como a governança de tecnologia da informação. A construção de modelos que orientem a sua aplicabilidade é um desafio a ser enfrentado pelas práticas gerenciais das instituições arquivísticas e a pesquisa acadêmica em arquivologia. É também premente a formação de arquivistas qualificados não apenas para a gestão microarquivística, mas também para a macro. A atuação do arquivista demanda conhecimentos para uma gestão arquivística com parâmetros que derivam não só da arquivologia, mas também da administração e outras áreas.

Por último, vale lembrar que o desenvolvimento da noção de governança arquivística, ilustrada neste artigo a partir da atuação das instituições arquivísticas no cenário brasileiro, merece ser objeto de pesquisas, considerando-se também a viabilidade de modelos aplicáveis a serviços arquivísticos, tanto no setor público como no privado.

Referências

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CONDE VILLAVERDE, María Luísa. La aplicación de nuevos conceptos mediante una nueva metodología para alcanzar nuevos objetivos. *TRIA – Revista Archivistica de la Asociación de Archiveros de Andalucía*, Sevilla, n. 20, 2016.

DINIZ, Eli. Governabilidade, *governance* e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 120, n. 2, maio/ago. 1996.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. *Governar em rede: o novo formato do setor público*. Brasília: Enap, 2006.

JARDIM, José Maria. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 35-49, jan./abr., 2013.

_____. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. *Liinc em Revista*, v. 7, n. 1, p. 197-213, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3295>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Joana Braconi da. *O conceito de governança como contribuição à análise das transformações organizacionais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

UNESCO. *Conferencia Intergubernamental sobre el Planeamiento de las Infraestructuras Nacionales de Documentación*. Paris: Bibliotecas y Archivos, 1975.

ZORZAL, Luiza. *Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2015.

Recebido em 30/6/2018

Aprovado em 13/9/2018

VOCABULÁRIO CONTROLADO E CONTROLE DE VOCABULÁRIO EM ARQUIVOS

CONTROLLED VOCABULARY AND THE CONTROLLING OF VOCABULARY IN ARCHIVES

JOHANNA WILHELMINA SMIT | Doutora em Análise do Discurso pela Universidade de Paris-I. Professora aposentada do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e ex-diretora do Arquivo Geral da USP.

RESUMO

A gestão de documentos e informações pressupõe normas e procedimentos. A padronização na descrição ainda não se faz presente em todos os ambientes e a importância da recuperação da informação ainda é vista como acessória. Partindo do paradigma físico e de certa resistência à adoção de procedimentos padronizados, concluirei pela importância do controle de vocabulário na descrição desde a fase corrente.

Palavras-chave: vocabulário controlado; controle de vocabulário; descrição arquivística.

ABSTRACT

The management of records and information presupposes standards and procedures. Standardization in the description is not yet present in all environments and the importance of information retrieval is still seen as secondary. Starting from the physical paradigm and a certain resistance to the adoption of standardized procedures, I will conclude with the importance of controlling vocabulary in the description from the current records management

Keywords: controlled vocabular; controlling of vocabulary; archival description.

RESUMEN

La gestión de documentos y informaciones presupone normas y procedimientos. La estandarización en la descripción aún no se hace presente en todos los ambientes y la importancia de la recuperación de la información todavía es vista como accesoria. A partir del paradigma físico y cierta resistencia a la adopción de procedimientos estandarizados, concluiré por la importancia del control de vocabulario en la descripción desde lo archivo de gestión.

Palabras clave: vocabulario controlado; control de vocabulario; descripción archivística.

PRESSUPOSTOS, A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Não é minha intenção me alongar nesta introdução, mas acredito ser essencial explicitar o ponto de vista a partir do qual as ponderações a seguir foram sendo elaboradas. Embora reconheça que o pertencimento da arquivologia ao domínio da ciência da informação não seja consensual, este é meu ponto de vista. Não se trata, evidentemente, de considerar que a arquivologia, biblioteconomia e museologia, e suas variantes documentação e centros de memória, sejam todas intercambiáveis, pois ocupam, no espectro geral do domínio, espaços diferenciados que, a meu ver, repousam principalmente na distinção conferida à função atribuída aos diferentes documentos/objetos. Resumindo propostas submetidas em outros momentos (Smit, 2017), considero a ciência da informação como uma designação “guarda-chuva” que agrupa diferentes campos práticos que perseguem um objetivo comum: organizar o acesso à informação preservada. Cada campo prático conta com teorias próprias, indispensáveis para fundamentar uma aplicação consistente, enunciando, à sua moda, como constroem a operacionalização do objetivo comum.

O PARADIGMA FÍSICO

Alguns teóricos da ciência da informação¹ propõem uma segmentação temporal do domínio em três fases, iniciando pelo que denominam o paradigma físico, sucedido pelo paradigma cognitivo, e estas duas fases atualmente se encontrariam amalgamadas no paradigma social. É possível discutir o emprego do termo “paradigma” utilizado pelos autores, uma vez que os mesmos não preconizam rupturas paradigmáticas para passar de uma fase à seguinte, visto que a abordagem desenvolvida em uma etapa não é abandonada na fase subsequente, mas a ela são incorporadas novas facetas.

O *paradigma físico* – entendido como uma fase que começou com o surgimento do documento e prevaleceu até meados da década de 1970 – enxerga os estoques de informação na qualidade de “objetos” (Buckland, 1991), que ocupam espaço e mantêm autonomia frente aos sujeitos. A informação contida nos documentos é vista de forma determinista, não dinâmica ou interativa e, portanto, não sofre intervenções de elementos psicológicos, contextuais ou sociais.

Contraopondo-se ao paradigma físico, surgiram pesquisas que enfatizavam o outro lado da moeda, ou seja, a recepção da informação, com seus vieses cognitivos: o *paradigma cognitivo* (décadas de 1980 e 1990). Resgatou-se a noção do sujeito – agente ativo que transforma a informação em conhecimento. No entanto, a abordagem cognitiva continuava pressupondo a existência de estoques “físicos” de informação, não se tratando, portanto, de uma “ruptura”, no sentido kuhiano, mas de uma ênfase atribuída à recepção da informação estocada.

1 A título de exemplo, cito Capurro (2003) e o artigo de Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares (2009), que resume o denso texto de Capurro aqui citado.

A partir da década de 1990, registra-se um movimento de síntese, denominado *paradigma social*, que continua pressupondo a existência de estoques de informação registrada, mas insere o usuário da informação na sociedade, ou seja, o usuário deixa de estar isolado, pois é partícipe e protagonista da vida em sociedade.

Retomando algo que afirmei há alguns anos, “o paradigma físico priorizou o objeto, o paradigma cognitivo enfatizou o sujeito, e o paradigma social enxerga o sujeito, contextualizado, em sua relação com o objeto informação” (Smit, 2010, p. 3).

Boaventura de Souza Santos (1987) menciona o surgimento de um paradigma emergente, que não pode ser somente um paradigma científico, mas deve ser também um paradigma social. A informação, de acordo com o paradigma social, é entendida numa perspectiva ampla que envolve, além de mensagens presentes nos documentos (paradigma físico), processadas cognitivamente (paradigma cognitivo), o conhecimento dos contextos, motivações e intencionalidades dentro das quais foram produzidas e podem ser buscadas e interpretadas (Saracevic, 1999).

Arrisco afirmar que a arquivologia ainda atribui grande ênfase ao paradigma físico, o que fica particularmente claro na bibliografia que trata dos arquivos permanentes, quase que totalmente compostos, por ora, de documentos “físicos”. A importância atribuída ao documento se justifica plenamente quando o mesmo é entendido como evidência das transações institucionais e sua custódia significa a garantia da manutenção da estabilidade institucional, ao registrar tanto as atividades quanto também as formas de organização dos processos decisórios (Menne-Haritz, 2004). Arriscando mais um pouco, parece bastante natural que, no senso comum, o termo “arquivo” seja preponderantemente associado à imagem de documentos “parados”, ou seja, recolhidos ao arquivo permanente. Afinal, a noção de arquivo corrente é bem menos visual, pois constitui uma construção conceitual decorrente da definição da fase corrente dos documentos. Documentos em fase corrente são menos visíveis em termos de arquivo, uma vez que são mais associados à gestão de documentos no seio das organizações.

Proponho lembrarmos que o objeto-documento adquire sua importância na condição de evidência (= função atribuída) somente se considerarmos sua outra face, a face social, entendendo esta tanto como uma identificação de seu contexto de produção quanto das condições de seu uso, determinadas pela sua busca, potencializada pela sua organização.

A organização de documentos e sua busca é operada através da linguagem. Sem linguagem não há organização da informação e, portanto, não pode haver recuperação da informação de forma eficiente e precisa. Esta organização é operacionalizada pela produção de representantes, ou seja, informações que representam os documentos e sua organização, resultantes da descrição.

Proponho, em resumo, considerar o documento enquanto evidência de transações institucionais e a recuperação, pelo usuário, dos documentos mediada pelos termos adotados para descrevê-los e organizá-los: opera-se, assim, a síntese entre os paradigmas físico e social.

A DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

É importante lembrar que a descrição não se limita aos documentos em fase permanente, pois é iniciada na fase corrente, quando alguns pontos de acesso, para individualizar e recuperar os documentos, são forçosamente empregados, por mais simples que seja o sistema adotado para a gestão de documentos. Deve-se atentar para uma questão terminológica, quando lembramos que na bibliografia canadense, norteamericana e inglesa o termo “descrição” remete implicitamente a documentos de guarda permanente (Hagen, 1998), e o termo, aqui, remete ao estabelecimento de pontos de acesso, ou seja, “nomes ou termos através dos quais se pode recuperar a informação [...] dos registros descritos do ponto de vista arquivístico” (Hagen, 1998), ou seja, um procedimento iniciado na fase corrente dos documentos. A descrição, em suma, é uma operação que visa produzir representantes dos documentos, representantes sintéticos que os identificam e os distinguem em relação ao conjunto produzido (ou seja, produzido, recebido e acumulado).

A questão da padronização na descrição arquivística atraiu a atenção mais recentemente, quando na biblioteconomia ela já foi testada. Se cada arquivo é único, o compartilhamento de informações não ocupa, conseqüentemente e naturalmente, lugar de destaque, em contraste com a biblioteconomia, na qual o compartilhamento foi rapidamente percebido como uma vantagem, em termos de eficiência, para evitar que diferentes bibliotecas alocassem recursos humanos na descrição de documentos presentes em outras instituições. Assim nasceram os conceitos da catalogação na fonte e de catalogação cooperativa. Este incentivo à racionalização na descrição não fazia sentido para arquivos únicos.

Com a introdução da tecnologia – particularmente, da internet – nos campos da informação surgiu uma nova conjuntura, percebida por muitos arquivos como uma vantagem: aumentar sua visibilidade e o acesso aos seus acervos, acesso este não mais limitado à presença física do usuário/pesquisador no arquivo. À vantagem da adoção de um *site* institucional para o arquivo seguiu-se nova demanda: propiciar o acesso aos documentos. Imperativos tecnológicos começaram a reconfigurar parcialmente a descrição dos documentos, preconizando a adoção de alguns padrões mínimos, tendo em vista a consistência interna nas bases de dados ou a possibilidade de construção de referências cruzadas entre fundos custodiados por uma mesma instituição, ou mesmo entre fundos em diferentes arquivos (Schenkolewski-Kroll; Tractinsky, 2006, p. 70-71).

Não por acaso surgiram iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos, no final dos anos de 1990 e início deste século, propondo formatos mínimos de descrição e regras para o preenchimento padronizado de determinados campos de informação. Afinal, cada arquivo é único, mas não é uma ilha no arquipélago das instituições públicas e privadas, na ótica da preservação da memória.

A CLASSIFICAÇÃO E O VOCABULÁRIO CONTROLADO

“A classificação de documentos de arquivo tem três objetivos: manter o vínculo arquivístico; fundamentar a avaliação e a descrição e possibilitar a recuperação da informação contida nos documentos” (Sousa; Araújo Júnior, 2017, p. 2).

A distinção entre procedimentos envolvidos nas fases corrente e permanente dos documentos, reiterada por parte da bibliografia, gera uma dicotomia que não me parece justificada. De acordo com esta dicotomia, os documentos na fase corrente devem ser identificados enquanto evidências de transações administrativas, mas, uma vez avaliados e eliminados aqueles não considerados permanentes, uma nova narrativa surge e exalta a importância da descrição de forma tão detalhada quanto for possível. Ocorre uma descontinuidade entre as duas narrativas (fase corrente e fase permanente), quando a abordagem da continuidade deveria prevalecer.

As razões iniciais de produção dos documentos não mudam quando estes são recolhidos ao arquivo permanente! No melhor dos mundos, os documentos, quando produzidos ou recebidos, são identificados pela atividade ou transação que os gerou e que os viabilizam (ou seja, classificados de acordo com o disposto por um plano de classificação) e, em decorrência de aplicação de tabela de temporalidade, uma vez recolhidos ao arquivo permanente, podem ser mais bem descritos e individualizados, tanto em razão de seu valor informacional e histórico, quanto também por se tratar de um volume consideravelmente menor de documentos. Não há, no entanto, nenhuma razão para supor que a descrição inicial – mínima – seja abandonada no que diz respeito à informação do contexto de produção, podendo ser descartadas, na fase permanente, as informações de seu trâmite.

A narrativa da descrição dos documentos em fase permanente, ao prever uma maior individualização, discorre sobre a importância de sua classificação (idealmente incluída na fase corrente) para preservar seu vínculo arquivístico e, ao abordar questões relativas a uma identificação mais detalhada dos documentos, introduz o conceito de vocabulário controlado, associando-o a termos que designam a indexação de assuntos (Association des Archivistes Français, 2012; Sousa et al., 2010; Souza et al., 2016).

Embora não discorde desta abordagem, considero que a mesma insere dois problemas:

1. A menção a um vocabulário controlado, conectado ou não a um plano de classificação, gera a impressão segundo a qual passa a ser indispensável criar um novo instrumento: o vocabulário controlado. Se elaborar uma descrição pormenorizada dos documentos em muitos arquivos permanentes já constitui um problema frente à falta de recursos humanos suficientes em número e especialização, a criação de um instrumento suplementar (o vocabulário controlado), na medida em que é suplementar, pode parecer opcional: faz quem tem condições para tanto;²

2 Ao longo de treinamentos e palestras, a partir da publicação de Smit e Kobashi (2003) que enfatiza o vocabulário controlado, a percepção quanto à inviabilidade prática da criação de um instrumento suplementar foi

2. O vocabulário controlado, quando proposto para conferir consistência à indexação de assuntos, remete invariavelmente ao universo da biblioteconomia, gerando desconfiança ou resistência quanto à sua adequação ao universo arquivístico. A desconfiança procede, pois, como afirmado na introdução, os meios pelos quais bibliotecas e arquivos perseguem o objetivo da provisão de acesso aos documentos e à informação são diferentes. No entanto, quando a noção de vocabulário fica restrita à identificação de assuntos, a desconfiança não procede. Ocorre que esta identificação constitui uma questão menor na descrição arquivística, pois a identificação de proveniência, tipo documental, função, atividade e/ou transação garantem a preservação do vínculo arquivístico, e o vocabulário controlado de assuntos não dá conta destas descrições. Ou seja, a abordagem do controle de vocabulário limitado a assuntos me parece excessivamente restritiva quando o acesso à informação é priorizado.

Antes de continuar na argumentação, é importante ressaltar que não se trata de ignorar ou menosprezar a importância dos vocabulários controlados criados para tornar a identificação de assuntos mais consistente na descrição arquivística. Aliás, ótimos exemplos podem ser citados (não limitados ao controle de assuntos) cujas utilidades são indiscutíveis. Pode-se citar o trabalho feito no Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (2016) ou a proposta de Gameiro e Gonçalves (2011), desenvolvida para a descrição dos processos da Inquisição de Lisboa, relativos a pessoas morando no Rio de Janeiro, ou ainda a proposta desenvolvida para os arquivos israelenses (Schenkolewski-Kroll; Tractinsky, 2006), além dos trabalhos, sempre muito instigantes, desenvolvidos em Brasília por Renato Sousa com diferentes coautores (Sousa et al., 2016; Sousa et al., 2010; Sousa; Araújo Jr., 2017).

Em alguns casos dá-se um passo maior, ao se propor a elaboração de tesouros para padronizar a terminologia utilizada na descrição arquivística. A adoção de tesouros distancia a descrição do paradigma físico ao enfatizar a recuperação da informação. As propostas de elaboração de tesouros são muito instigantes, mas como supõem igualmente o controle de vocabulário, não serão aqui detalhadas. Muito embora ainda tratados como novidade na área arquivística, há exemplos dos anos de 1990, como Ribeiro (1996) e López Carreño (1999).

Apesar das experiências citadas, cuja lista está longe de se pretender exaustiva, particularmente nas empreitadas que associam o vocabulário controlado à identificação de assuntos, fica a impressão que se procedeu à importação de uma ferramenta desenvolvida pela biblioteconomia, mas com o cuidado de mantê-la geralmente circunscrita à indexação de assuntos, quando esta integra a descrição dos documentos em fase permanente.

As experiências ressaltam ainda uma questão muito própria dos arquivos permanentes, a saber, a diacronia na nomeação ou grafia de assuntos ou nomes próprios. Assim, por exemplo, no trabalho com processos-crime da época da Inquisição, “substituíram-se termos

ficando mais clara para mim. Estou, portanto, propondo uma mudança de ênfase, do vocabulário controlado para o controle de vocabulário, como será adiante exposto.

antigos caídos em desuso por equivalentes atuais, como acontece com ‘tormento’ atualizado para ‘tortura’ e ‘cárcere’ para ‘cadeia’ (Gameiro; Gonçalves, 2011, p. 74). O mesmo estudo propôs a atualização de termos ao adotar “lavrador” no lugar de “rouceiro” e de “roça” para “quinta”, pois o termo “roça” foi considerado “mais corrente atualmente no Brasil” (Gameiro; Gonçalves, 2011, p. 74). O tema da diacronia também está presente no estudo realizado para o Tribunal de Justiça:

O controle de vocabulário faz-se ainda mais urgente pelo amplo período abrangido pelo acervo (séculos XVIII, XIX e XX), no transcorrer do qual algumas ações judiciais caíram em desuso, como as ações de liberdade, por exemplo, e outras tiveram a sua denominação alterada, como é o caso dos autos de perfilhação (TJRJ, 2016, p. 4).

Sem desmerecer nenhuma das propostas de vocabulários controlados para arquivos, proporei, a seguir, uma inversão nos termos, para advogar pelo controle de vocabulário desde a fase corrente dos documentos.

O CONTROLE DE VOCABULÁRIO E A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O controle de vocabulário é um

recurso normativo para nomear as atividades, os procedimentos funcionais, os tipos documentais e os órgãos produtores que compõem a estrutura organizacional de uma instituição, com a função de assegurar o compartilhamento e uso da informação orgânico-funcional mediada por uma linguagem consistente (Aguiar; Tálamo, 2012, p. 117).

O controle de vocabulário designa, portanto, um processo que recorre aos princípios teórico-metodológicos da terminologia, visando à univocidade terminológica e conceitual ao estabelecer “uma correspondência única entre o significante/significado, impedindo deste modo a ocorrência de ambiguidade” (Aguiar; Tálamo, 2012, p. 119).

Para atingir o controle do vocabulário, resumidamente, é necessário tanto padronizar a forma gramatical dos termos quanto identificar termos sinônimos ou quase-sinônimos e antônimos. Duas observações se impõem:

1. A norma ISO n. 2.788, de 1986, preconiza que substantivos sejam padronizados no formato masculino/singular, salvo quando o termo designa classes, caso no qual o plural é recomendado. Esta recomendação, também seguida nos exemplos arquivísticos, no entanto, não prevê um fato muito comum na descrição arquivística, a saber, a nomeação de funções e atividades, geralmente designadas por meio de verbos. O verbo substantivado parece ser a tendência recomendada.
2. Não por acaso as normas do Conselho Internacional de Arquivos, ISAD(G) (2000), ISAAR(CPF) (2004) e ISDF (2007), propõem, inicialmente, a padronização de nomes de pessoas e instituições, ou seja, por elementos de identificação que não depen-

dem tanto de uma escolha do arquivista. “Pode-se entender por que o processo de padronização da descrição arquivística tem se desenvolvido no sentido de uma estrutura comum de descrição, e não tanto no de um conteúdo padronizado” (Hagen, 1998). A orientação das normas, neste aspecto, é extremamente útil, embora elas não cheguem a detalhar o “como fazer”. Mas, repetindo-me, elas mostram o início da preocupação com o controle de vocabulário, ainda na fase corrente dos documentos, e detalham de forma muito interessante como os registros, visando ao controle, devem ser elaborados.

O controle de vocabulário, como as normas apontadas revelam, se traduz em uma série de ações com base terminológica e semântica, mas também supõe o conhecimento do vocabulário adotado pela instituição (garantia de uso) e pela bibliografia (garantia literária). A clareza acerca das razões que levam a decisões na operação do controle é essencial, pois é a base para garantir uma consistência nas decisões. A tradução recente de um livro do Getty Research Institute, que tem larga experiência na produção e manutenção de vocabulários controlados para a área cultural, descreve minuciosamente os procedimentos e as dificuldades do controle de vocabulário (Harpring, 2016).

Neste ponto deve ter ficado claro que o controle de vocabulário é tão importante quanto trabalhoso. Resta, portanto, apresentar um último aspecto da discussão, a saber, a justificativa do controle de vocabulário. A justificativa começa por uma pergunta muito singela: por que a descrição é feita? Resposta padrão: para manter o vínculo arquivístico, encontrar os documentos quando necessário, além de embasar a avaliação. Mas manter, encontrar e embasar para quem? Tanto para o produtor dos documentos na fase corrente como para o pesquisador na fase permanente. A descrição não é um fim em si, mas um meio para que o arquivo cumpra seu objetivo (manter o vínculo arquivístico e organizar o acesso aos documentos de forma racional, o que inclui a avaliação). Trata-se, portanto, de produzir representantes dos documentos de forma tal que tanto a instituição quanto o pesquisador sejam beneficiados. Proponho agora uma alteração na ênfase atribuída à descrição do documento para o uso e o usuário do arquivo, seja ele institucional ou pessoal. Ao “para que” acrescenta-se o “para quem”.

O ponto de acesso é definido como “nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar uma descrição arquivística” (Conselho Internacional de Arquivos, ISAD(G), 2000, p. 15). Do conjunto de informações utilizadas na descrição dos documentos, selecionam-se algumas que representam as portas de saída do sistema, ao prever a busca. A atenção dada ao uso e usuário justifica o controle de vocabulário, ao reconhecer que usuários distintos, em diferentes momentos e com necessidades diversas buscam por documentos e a missão arquivística somente se completa se estes puderem ser encontrados e devidamente contextualizados. A linguagem é a ferramenta básica pela qual o processo se dá.

A identificação de sinônimos, para ficar com a ponta mais visível do *iceberg*, nada mais representa do que o reconhecimento de que a busca pode ser feita por diferentes palavras, fato este potencializado nos arquivos permanentes, quando tanto a nomeação de ativida-

des, entidades físicas e jurídicas, quanto sua grafia podem ter sofrido alterações. Um sistema de remissivas contempla a diversidade de nomeações, mas em muitos arquivos é subutilizado. A proposta de controle de vocabulário dos processos da Inquisição, já citado, afirma: “foi também vantajosa a construção de um índice remissivo, no qual constam os termos preteridos que remetem para os termos admitidos na linguagem controlada, por meio da convenção USE” (Gameiro; Gonçalves, 2011, p. 75). O projeto dos arquivos israelenses prevê também remissivas entre termos árabes e hebraizados (Schenkolewski-Kroll; Tractinsky, 2006, p. 83). Outros exemplos existem, mas o papel fundamental atribuído ao sistema de remissivas, que reconhece a importância e o protagonismo do usuário, ainda é tímido, a meu ver.

Em resumo, e para concluir, o controle de vocabulário pode ser concretizado sob forma de um vocabulário controlado, associado ou não a um plano de classificação, mas a descrição arquivística deve prever listas de autoridade, ou seja, listas normalizadas de nomes de pessoas, instituições, tipos documentais, e um plano de classificação de funções e atividades, composto de termos controlados, além de contar com um aparato remissivo. As listas de autoridade também são enfatizadas por Fernanda Ribeiro (1996). Esta posição é reforçada por Sousa et al. (2010) e Souza et al. (2016), quando se detecta um aspecto recorrente nos arquivos administrativos: sua informação é quase que integralmente previsível, particularmente em se tratando da informação gerada pelas atividades-meio.

Assim como a organização de documentos atribui sentido ao todo-arquivo e a cada documento, esta se faz por meio da nomeação: “a nomeação traz ordem ao caos” (Duff; Harris, 2002, p. 282), mas não é forçosamente neutra. O controle de vocabulário oferece uma consistência na nomeação e uma explicitação (previsibilidade) acerca da nomeação adotada, incluindo dessa forma o usuário na qualidade de importante parceiro na consecução do objetivo do arquivo.

Referências

AGUIAR, F. L. de; TÁLAMO, M. de F. G. M. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Abrégé d'archivistique: principes et pratiques du métier d'archiviste*. 3. ed. Paris, 2012.

BUCKLAND, M.. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. *ISDF*: norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

DUFF, W. M.; HARRIS, V. Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Construction Meanings. *Archival Science*, v. 2, n. 3, p. 262-285, 2002.

GAMEIRO, O.; GONÇALVES, P. Uma proposta de vocabulário controlado para os processos da Inquisição de Lisboa relativos ao Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 5, p. 65-84, 2011.

HAGEN, A. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. 1998.

HARPRING, P. *Introdução aos vocabulários controlados*: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado; Pinacoteca de São Paulo; Acam Portinari. São Paulo, 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 2788. *Documentation guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*. 1986.

LÓPEZ CARREÑO, R. Necesidad del uso de tesauros en el manejo de la documentación administrativa em archivos y centros de documentación. *Scire*, v. 5, n. 2, p. 115-130, 1999.

MENNE-HARITZ, A. *Business Processes: an Archival Science Approach to Collaborative Decision Making, Records and Knowledge Management*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. (The archivist's Library, 3).

RIBEIRO, F. Subject Indexing and Authority Control in Archives: the Need for Subject Indexing in Archives and for an Indexing Policy Using Controlled Language. *Journal of the Society of Archivists*, v. 17, n. 1, p. 27-54, 1996.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.

SARACEVIC, T. (1999). Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 50, n. 12, p. 1.051-1.063, 1999.

SCHENKOLEWSKI-KROLL, S.; TRACTINSKY, A. Archival Description, Information Retrieval and the Construction of Thesauri in Israeli Archives. *Archival Science*, v. 6, n. 1, p. 69-107, 2006.

SMIT, J. W. A organização da informação no arquivo: do paradigma físico ao paradigma intelectual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 16., 2010, Santos. *Anais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010. CD-ROM.

_____. Arquivologia, ciência da informação e as duas faces de Jano. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, v. 11, n. 4, p. 6-9, 2017.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Projeto Como fazer, 10).

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A classificação e o vocabulário controlado como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. In: VAQUINHAS, Nelson; CAIXAS, Marisa; VINAGRE, Helena (org.). *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades*. 7. ed. Évora (Portugal): Publicações do Cidehus, 2017. p. 420-442.

SOUSA, R. T. de; MESQUITA, H. C.; MARTINS, L. M. Construção de vocabulário controlado para identificação do conteúdo informacional dos documentos acumulados pela atividade-meio da administração pública federal. *Arquivo e Administração*, v. 9, n. 1, p. 37-68, 2010.

SOUZA, E. O. A. de; DONATO, J. A.; SOUSA, R. T. B. de. Construção de vocabulário controlado vinculado a um instrumento de classificação de documentos de arquivo para facilitar o acesso à informação pública. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 7., 2016, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 372-389.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). Diretoria Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento. Museu de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Acervo Textual e Audiovisual e de Pesquisas Históricas. *Vocabulário controlado do acervo textual do Museu da Justiça: ações cíveis e criminais e procedimentos processuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: TJRJ, 2016.

VEGA-ALMEIDA, R. L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la ciencia de la información: una sistematización. *Information Research*, v. 14, n. 2, paper 399, 2009.

Recebido em 12/6/2018
Aprovado em 20/8/2018

COMO SURGEM OS FUNDOS ARQUIVÍSTICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM MINAS GERAIS

HOW ARCHIVAL FONDS ARISE

PUBLIC ADMINISTRATION AND RECORD PRODUCTION IN THE STATE OF MINAS GERAIS

RENATO PINTO VENANCIO | Professor na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do CNPq 1D.

LIDIANY SILVA BARBOSA | Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com pós-doutorado em Ciência da Informação pela UFMG e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

RESUMO

O presente texto procura mostrar a importância da história das instituições para a compreensão dos procedimentos de formação dos fundos arquivísticos. Estes, por sua vez, consistem em conjuntos documentais que são produzidos ou recebidos no próprio exercício das funções e atividades das instituições.

Palavras-chave: arquivologia; arquivo; fundo arquivístico.

ABSTRACT

The present paper aims to highlight the importance of institutions history for comprehension of the formation procedures of archival fonds. In their turn, the latter are comprised of either input or output documentary collections of roles and activities performed within the institutions.

Keywords: archival studies; archives; archival fonds.

RESUMEN

El presente texto pretende mostrar la importancia de la historia de las instituciones para la comprensión de los procedimientos de formación de los fondos arquivísticos. Estos, a su vez, consisten en conjuntos documentales que son producidos o recibidos en el propio ejercicio de las funciones y actividades de las instituciones.

Palabras clave: archivología; archivo; fondo archivístico.

Os acervos documentais existentes nos arquivos públicos raramente são comprados por essas instituições. Tais conjuntos, em sua maioria, são provenientes de órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos quais a instituição arquivística está vinculada. Em decorrência desse fato, afirma-se que os arquivos públicos municipais, estaduais e federais preservam os registros da memória dos três poderes da República, detendo a custódia e não a propriedade dos documentos aí recolhidos.

Eventualmente tais instituições aceitam doações de acervos privados, que podem ser familiares ou pessoais (como os de presidentes, governadores, prefeitos etc.), servindo para complementar o acervo principal. Os arquivos públicos aceitam, ainda, a custódia de acervos documentais privados institucionais de importância histórica e cultural, oriundos de empresas, entidades religiosas, sindicatos, associações políticas etc. Cabe também não esquecer que as instituições arquivísticas avaliam e preservam seus próprios documentos, acumulados no decurso do exercício das funções e atividades que desempenham.

Outra questão a ser sublinhada é que os documentos arquivísticos são acumulados em conjuntos denominados “fundos”. Porém, nem todos os conjuntos de documentos são automaticamente assim considerados, pois para que recebam tal atributo é necessário saber se foi preservada a proveniência e a ordem original, ou se é possível recuperá-las pela identificação dos contextos de produção e vínculos orgânicos dos documentos. É importante também avaliar os “valores secundários”, ou seja, valores informativos e probatórios desses conjuntos, que os elevam à condição de patrimônio cultural regional ou nacional, para além dos fins imediatos ou primários para que foram criados.

Caso haja perda desses atributos, isso significa que houve mistura de documentos de diferentes proveniências ou que a organicidade foi comprometida. Nessas situações, não estaremos mais diante de um fundo arquivístico, mas sim de uma “coleção”. Na arquivologia, a noção de coleção é, portanto, problemática e caracterizada negativamente. Ela significa a perda de atributos fundamentais para a definição de um fundo, e isso está longe de ser um preciosismo terminológico. A organicidade expressa na proveniência e na ordem original é a informação mais importante de um conjunto documental arquivístico, sem ela não é possível saber a razão da produção do registro e sua função.

Embora pioneiramente desenvolvidos na França e na Alemanha, tais princípios receberam contribuições de pesquisadores de diversos outros países, como foi o caso da Holanda, em que Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin consagram a eles um famoso manual, publicado em 1898 (Duchain, 1992). Outros autores clássicos da área, como Hilary Jenkinson, também consideraram a proveniência e a ordem original como fundadores da arquivologia. Da mesma forma que em outros campos teóricos, essa conceituação é alvo de calorosos debates. Eventualmente, questiona-se sua viabilidade, principalmente no que diz respeito à preservação ou recuperação da ordem original. Porém, mesmo os que assim procedem sublinham que é importante “respeitar o arquivo tal como ele foi produzido por um indivíduo, um grupo ou um organismo como um todo” (Horsman, 2017, p. 443). Perspectiva reafirmada na recente *Encyclopedia of Archival Science*, organizada por Luciana Duranti e Patricia F. Franks. Em verbete dessa publicação, considera-se o *Principle of Respect des Fonds* como o

mais importante guia na classificação e descrição dos documentos de arquivo, e o que distingue o trabalho dos arquivistas em relação a outras profissões (Zhang, 2015).

Além desses atributos, o respeito ao fundo é assumido como pressuposto para efeito de preservação do caráter probatório dos documentos arquivísticos:

Praticamente todos os modernos arquivistas – afirma Terry Cook – concordam com as afirmações relativas à importância do respeito aos fundos e aos princípios relacionados da proveniência e da ordem original. Por quê? Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos fica protegido, uma vez que os documentos inerentemente refletem as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os produziu (Cook, 2017, p. 9).

A partir dessa conceituação também é possível compreender melhor a contraposição entre fundo e coleção:

Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção. [...].

Como corolário da sua natureza orgânica, o fundo não pode ser artificial, ou sintetizado após o ato de produção. Por exemplo, a coleção não é um fundo, mas sim um “antifundo”. [...].

O simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo. O contexto administrativo em que a produção ocorreu, a natureza da função exercida que levou à criação dos documentos e o controle exercido sobre o sistema de arquivamento são outros fatores relevantes (Cook, 2017, p. 9, 17, 19).

O fundo, porém, não se equipara a uma entidade física ou a totalidade dos documentos de uma instituição ou pessoa física. Trata-se, na verdade, de um constructo intelectual, uma ferramenta conceitual e, como tal, nunca se apresentará em “estado puro”. Laura Millar, em artigo intitulado “A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo”, propõe o abandono dessa noção, afirmando:

O fundo implica uma plenitude, uma completude, uma totalidade. Argumentaria que nenhum arquivo tem, terá ou já teve “a totalidade dos documentos” de qualquer produtor. Documentos são destruídos, perdidos, transferidos ou modificados antes mesmo de chegar aos arquivos. Uma vez em custódia, os documentos podem ser escolhidos, selecionados ou removidos. Os arquivistas não apenas gerenciam os documentos; eles decidem, ativamente, o que será mantido e o que será removido, por meio do processo de avaliação. Os arquivistas gerenciam o resíduo, e não a totalidade; a parte, e não a soma. Se não existe um fundo, qual seria a lógica de atribuir um título que identifica um fragmento como um todo? (Millar, 2015, p. 150).

Porém, essa autora parece não compreender que, quando afirmamos que determinado conjunto documental pode ser considerado como fundo, isso significa que há a presença de elementos que o aproximam mais dessa categoria do que da categoria de coleção. Portanto, não é necessário haver uma inalcançável “totalidade” para se definir um fundo arquivístico, bastando para isso existir um determinado conjunto documental cuja proveniência e organicidade tenham sido preservadas.

Por ser primordial no fazer arquivístico, é importante conhecer os processos de constituição dos fundos. No sentido de mostrar essa dimensão, analisamos o surgimento do fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas, originalmente denominado como Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, custodiado no Arquivo Público Mineiro. Através do entrelaçamento da história e da arquivologia, objetiva-se compreender a formação de um dos maiores conjuntos documentais da principal instituição arquivística pública do estado de Minas Gerais.

ESTADO E PLANEJAMENTO

Quando o Estado começa a atuar como agente de planejamento público? Em certo sentido, os acervos preservados em arquivos públicos ajudam a datar essa mudança. O presente texto, ao abordar a constituição de um fundo arquivístico, revela que o planejamento público, no caso de Minas Gerais, emerge em meados dos anos de 1930. Nossa hipótese de pesquisa consiste em considerar esse período como de transição entre uma administração estadual mineira pouco intervencionista para outra muito intervencionista, que atua firmemente no planejamento e constituição de infraestruturas complexas.

Em 1935, existiam em Minas Gerais apenas três secretarias estaduais: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (SI), Secretaria de Estado das Finanças (SF) e Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Sacop). A partir do referido ano, são implementadas mudanças que conferem autonomia e especialização funcional a um novo órgão da administração estadual: a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP). Ao mesmo tempo em que isso ocorre, a antiga pasta da agricultura é reconfigurada, passando agora a se denominar Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT). Tal reforma mantém a SAICT politicamente forte e estruturante na administração pública, sendo responsável não apenas pela agricultura, como também pela indústria, comércio e trabalho. Na prática, essa pasta tornou-se responsável pelo iniciante planejamento industrial, cabendo a ela definir políticas de desenvolvimento regional, com poderes análogos a uma pasta de economia. Essa função foi compartilhada com a recém-criada Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP), que se tornou responsável pela efetiva execução das obras públicas.

Ainda são raros os estudos a respeito dessa reforma administrativa. Mas, ao que parece, ela ganha força no contexto da primeira reforma federal da administração brasileira. O governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, diga-se de passagem, é reconhecido, entre outros aspectos, pela abertura que proporcionou aos “reformadores” do Estado. Quanto a isso, cabe

lembrar que, desde o discurso de posse, Vargas sinaliza a preocupação com a administração “sob a tônica da eficiência e da moralidade” (Wahrlich, 1975, p. 8).

O perfil reformista desse presidente também ficou registrado nas modificações institucionais por ele realizadas. Assim que assumiu a Presidência da República, Getúlio criou dois novos ministérios: o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Wahrlich, 1975, p. 35, 36). Porém, foi especialmente com o advento do Estado Novo (1937-1945) que a reforma administrativa assume a configuração de movimento planejado, dotado de base doutrinária (Wahrlich, 1983). Outros dois marcos cronológicos importantes desse período são a Lei do Reajustamento, de 1936, que criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil, e a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1938, implementando concursos públicos e capacitação de servidores.

Essas mudanças realizaram-se em período de centralização política e administrativa. Centralização que seria buscada e concretizada por meio de novos dispositivos para formalizar as relações entre os aparelhos administrativos regionais e nacional, estabelecendo, concomitantemente, nova hierarquia entre essas duas estruturas e seus respectivos controladores. Segundo a crença oficial, os interventores designados por Vargas para governarem os estados e os departamentos administrativos aí criados teriam mais isenção e eficiência no cumprimento das tarefas do que as assembleias legislativas e as câmaras municipais.

Em 1930, o decreto n. 19.398 estabelece o cargo de interventor. O artigo 11 dessa norma define: “O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada estado, salvo para aqueles já organizados; em os quais ficarão os respectivos presidentes investidos dos poderes aqui mencionados”. Em seguida, completa: “O interventor federal será exonerado a critério do Governo Provisório”. Já os departamentos administrativos são bem mais tardios, instituídos logo após a implantação do Estado Novo e foram regulamentados pelo decreto-lei n. 1.202, de abril de 1939, que estipulou suas funções e funcionou como um “código administrativo” (Codato, 2009).

Os interventores substituíram os governadores e tinham o poder de nomear prefeitos municipais, indicar seus secretários, constituir ou destituir funcionários públicos e administrar seus respectivos estados por meio de decretos (art. 5º a 11). Já os membros dos departamentos administrativos eram escolhidos diretamente pelo presidente da República (art. 13) e deveriam examinar todos os decretos-lei baixados pelos interventores ou pelos prefeitos, assim como fiscalizar os projetos de orçamento e a execução orçamentária dos estados e dos municípios (art. 17), desempenhando informalmente a função de um Tribunal de Contas (Codato, 2009).

Esse conjunto de reformas objetivou promover o desenvolvimento, através de políticas públicas em larga escala (Abrucio; Pedroti; Pó, 2010, p. 36). Embora as mudanças em Minas Gerais tenham sido anteriores a algumas que ocorriam no plano federal, elas bebiam na mesma fonte política e, por vezes, contavam com os mesmos protagonistas. As mudanças da administração pública, então implementadas regionalmente, se não são paralelas às reformas nacionais, ganham força nesse novo contexto.

O presente artigo, além de discutir a implementação da reforma administrativa em escala regional, utiliza-a para ilustrar processos de constituição de um fundo arquivístico.

MINAS GERAIS NA ERA VARGAS

O protagonismo político mineiro na Primeira República (1889-1930) perdurou no pós-1930. Minas Gerais, como um dos estados líderes do processo que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Entretanto, com o fim do pacto oligárquico, a mobilização política exigida torna-se distinta da vivenciada na Primeira República, tanto na esfera nacional quanto na regional. A diferença fundamental no pós-1930 foi a crise econômica desencadeada pelo *crash* de 1929, que impactou profundamente a economia nacional e, em particular, a de Minas Gerais.

No início daquela década, a administração estadual mineira passou por um desarranjo fiscal e tributário, que desarticulou as contas públicas. A economia estadual suportou mal os desdobramentos da crise internacional que, entre outros fatores, impactou severamente a arrecadação pública, ainda fortemente lastreada nas exportações de café (Diniz, 1981). Na esfera política, a questão concentrava-se no embate entre os vários grupos políticos pelo controle do Executivo estadual, que, paradoxalmente, continuou nas mãos do tradicional Partido Republicano Mineiro (PRM), liderado por Olegário Maciel, apoiador da Revolução de 1930 (Bomeny, 1980).

Portanto, a transição do governo oligárquico para o “revolucionário” em Minas Gerais não foi isenta de turbulências. A liderança de Olegário Maciel foi questionada. A disputa pelo comando do governo estadual provocou instabilidade política que, por sua vez, se refletiu na administração pública, gerando constante troca de secretários de Estado, entre outras consequências (Dulci, 1999, p. 64-65). Em 1933, com a morte de Olegário Maciel e a indicação, diretamente por Getúlio Vargas, de Benedito Valadares como interventor em Minas Gerais, o sistema político estabilizou-se. Abriu-se a possibilidade para que, regionalmente, avançassem reformas na administração pública.

Em Minas Gerais, a reforma administrativa foi viabilizada somente após a estabilização política e econômica alcançada com a instalação da interventoria federal. Entretanto, tratou-se de reforma com cores regionais. Ela contou com forte liderança tradicional associada à elite intelectual mineira ascendente, notadamente técnica, na arena decisória do Estado, com aspirações voltadas ao contexto local. Tanto as antigas lideranças como as inovadoras chegaram a um consenso em relação à continuidade da constituição de infraestrutura de transportes, essencial para o desenvolvimento regional, como um dos principais alvos das novas políticas públicas. É nesse contexto que ocorre a criação de uma secretaria de Estado voltada para a execução de “obras públicas”, ao passo que a antiga pasta da agricultura assume as funções de planejamento econômico.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (SVOP)

Em 15 de novembro de 1889, proclamada a República no Brasil, iniciou-se a construção das instituições condizentes ao novo regime, tanto no plano nacional quanto no regional. No dia 15 de junho de 1891, foi promulgada a Constituição do Estado de Minas Gerais, me-

nos de cinco meses depois da promulgação da Constituição Federal, que definiu o arcabouço jurídico básico prevaiente por 40 anos (Tôrres, 1980, p. 1.230). Iniciados os trabalhos legislativos, a sexta lei, votada em 10 de outubro de 1891, estabeleceu as já mencionadas três secretarias de Estado que, juntamente com um presidente, constituíam o governo estadual de Minas Gerais.

Ainda que o organograma geral do governo estadual se apresente completo e, até mesmo, como afirma Tôrres, “ampliado” em relação ao Império (1980, p. 1.240), a estrutura administrativa voltada para os serviços de viação e obras públicas não se constituiu como órgão independente, permanecendo atrelada à Secretaria de Agricultura durante toda a Primeira República.

Tal situação provavelmente diminuía a capacidade de intervenção na realidade local. Os serviços de transporte em uma região com as características de Minas Gerais demandam muito investimento público e planejamento. A geografia física desse estado impacta negativamente tanto pela diversidade de relevo, como de clima e hidrografia. A localização interior, sem a possibilidade do transporte marítimo, assim como a grande dimensão territorial associada à existência de poucas opções de navegação fluvial, tornam mais complexas as necessidades de infraestrutura de vias de comunicação. A análise dos gastos orçamentários revela, de fato, uma deficiência em investimentos nessa área. Entre 1925 e 1931, por exemplo, o total de gastos na infraestrutura de transportes foi de 6,21% do orçamento estadual para 9,71% (Minas Gerais, 1924, 1930). Ainda assim, registra-se que a maior parte desses recursos se volta para a manutenção da estrutura viária existente. No período compreendido entre as duas datas citadas, o recurso relativo especificamente à abertura de novas estradas de rodagem diminuiu pela metade.

As autoridades locais, em seus pronunciamentos, frisavam essa deficiência. Em 1937, o então interventor/governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, afirmou:

Dado o fato de Minas ser um estado montanhoso, de população pouco densa e difícil acesso às ferrovias, que, além disso, requerem pesada e onerosa importação de materiais, como trilhos e locomotivas, não podia o meu governo, considerando o problema dos transportes, deixar de voltar suas vistas para a aviação e as rodovias (Minas Gerais, 1937, p. 278-279).

A reforma administrativa, para os novos dirigentes, representava a possibilidade de uma retomada da expansão da infraestrutura de transporte. Em 1934, o decreto n. 11.251 centralizou todos os serviços de obras públicas na Secretaria de Agricultura. Foi considerada de exclusiva competência desta secretaria a execução de obras públicas, inclusive as determinadas pelas demais secretarias de Estado. Essa função compreendia não apenas a edificação, como a reparação de prédios públicos estaduais de qualquer natureza (Minas Gerais, 3 mar. 1934, p. 68-69).

O decreto n. 2, de 8 de abril de 1935, consolida essa mudança, desdobrando, como mencionado anteriormente, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas em Secretaria de

Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, paralelamente à criação da Secretaria de Viação e Obras Públicas (Minas Gerais, 1935a, p. 138-139). Nesse mesmo período, outro decreto regulamenta a SVOP e define detalhadamente o modo de execução dos serviços sob sua competência, assim como seu corpo técnico e burocrático; viam-se nessa centralização vantagens técnicas e economia de recursos públicos (Minas Gerais, 29 jul. 1935, p. 396-432).

O segundo artigo do decreto n. 162 divide a SVOP em dois tipos de serviços: i. serviços técnicos; ii. serviços administrativos. Também cria o Gabinete do Secretário, a Consultoria Geral, a Rede Mineira de Viação, “cuja administração continua sob a administração do diretor-geral subordinado ao governador do Estado”. A última alteração no organograma da Secretaria de Viação, durante o governo de Benedito Valadares, ocorreu em 9 de dezembro de 1943, através do decreto n. 94. Por meio desse ato normativo, foram extintas a Assistência Administrativa e a Inspeção Técnica. Em troca, foram criados quatro novos departamentos: i. Estradas de Rodagem; ii. Obras Públicas; iii. Viação; e iv. Urbanismo (Minas Gerais, 9 dez. 1943, p. 447-449).

Embora não fosse encarregada do planejamento, a SVOP é, do ponto de vista documental, a que melhor se presta a esse estudo, pois era ela que executava as obras. Além disso, essa secretaria tornou-se responsável pela coordenação, contabilidade e controle de obras das demais secretarias e órgãos do governo estadual. Portanto, através dela é viável conhecer, de fato, a implementação do planejamento.

A REFORMA ADMINISTRATIVA MINEIRA

É possível estabelecer uma divisão básica para os quinze anos abordados por este trabalho – ou seja, de 1930 a 1945 – e que interferiram diretamente na reforma analisada. O primeiro período, 1930-33, referente ao governo Olegário Maciel, foi marcado por instabilidade política e econômica, fator que impediu qualquer movimento consistente de reforma em Minas Gerais. Apenas esboços de reformas estão presentes nesse contexto, como o decreto de 1931, que criou um grupo de estudo sobre a reforma geral do estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 1931), e que não teve continuidade (Minas Gerais, 27 out. 1931, p. 564-565). O segundo período, 1933-45, compreende todo o governo Valadares, que se inicia com sua indicação como interventor, coincidindo com sinais de arrefecimento da crise econômica de 1929 (Minas Gerais, 1936, p. 6), e se encerra com a queda de Getúlio Vargas e o fim do governo Valadares.

No primeiro ano posterior a sua indicação como interventor, Valadares buscou a reconstrução das contas públicas, conseguindo estabilizar a política estadual e se tornar o principal representante de Getúlio Vargas em Minas Gerais. A aceitação de Valadares foi validada no ano de 1935, quando em abril foi eleito pelos deputados constituintes mineiros como governador do estado. Por ocasião do retorno do Rio de Janeiro, em sua primeira entrevista como interventor, Valadares enfatiza a preocupação em efetivar os compromissos de Minas com a Revolução. Nesse depoimento, esse interventor foi instado a reiterar afirmação declarada no Rio de Janeiro de que realizaria no seu governo unicamente “administração” e que deixaria

para o Partido Progressista a tarefa “política”. Indagação a que ele respondeu, objetivamente, afirmando que “teria, sim, feito tal opção” (Do Rio..., 1930, p. 1).

Benedito Valadares e sua equipe trabalharam juntos na reforma administrativa mineira. Na primeira mensagem apresentada ao Legislativo, em 1935, o interventor, então recém-eleito governador de forma indireta, expôs os parâmetros que orientariam seu governo e que o distinguiria da fase oligárquica. Organização (definida como “normalização”) e eficiência são características que desejava imprimir à administração:

A característica principal de meu governo, não é demais repetir, tem sido a de normalizar. Normalizar as condições, tão abaladas, das finanças e da economia do estado. Normalizar as atividades de sua administração, subtraindo-as às influências dispersivas e anuladoras de sua eficiência. Normalizar, enfim, a vida do estado em seus múltiplos e mais complexos aspectos. Assim inspirados, estudamos as condições das secretarias das Finanças, Interior, Agricultura e Viação e Obras Públicas a fim de aperfeiçoá-las para melhor preencherem as suas funções (Minas Gerais, Assembleia Legislativa, sessão ordinária, 1935, p. 118-119).

Passados dois anos de governo, Valadares afirmou a necessidade de especialização funcional da secretaria para melhor operacionalizar suas atividades:

Divisão da Secretaria de Agricultura – O decreto n. 2 de 8 de abril deste ano, que desdobrou a antiga Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, foi exigido pela grande cópia de serviços a criar naquele importante setor da administração e pela conveniência de especializar funções para uma atividade mais produtiva, o que só poderia obter em secretarias diferentes (Minas Gerais, Assembleia Legislativa, sessão ordinária, 1935, p. 72).

A reforma centralizou todos os órgãos de coordenação, contabilidade e controle que estavam dispersos pelos vários departamentos e descentralizou os referentes à execução. Esse conjunto de mudanças objetivou aperfeiçoar a “responsabilidade funcional e a discriminação da parte técnica da administrativa, a fim de permitir maior eficiência em cada uma” (Minas Gerais, Assembleia Legislativa, sessão ordinária, 1935, p. 25).

Ainda em relação à Secretaria de Viação e Obras Públicas, a reforma administrativa também definiu as seguintes diretrizes:

De início, concentramos todos os serviços na secretaria já existente para esse fim, que era a de Viação e Obras Públicas. Em seguida, estabelecemos por decretos publicados ainda quando era interventor e que a nossa Constituição manteve, que toda obra, para ser realizada, dependeria de autorização do punho do próprio chefe do governo e do empenho prévio da Secretaria de Finanças, qualquer que fosse seu valor. Estas disposições foram mais tarde consolidadas com a criação do Tribunal de Contas (Minas Gerais, 1938, p. 278).

O planejamento econômico, por sua vez, passou a ser definido pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (Dulci, 1999). A Secretaria de Viação e Obras Públicas respondia pela implementação que daria suporte às iniciativas definidas pela SAICT: “Tudo obedece a um plano de conjunto destinado a facilitar o desenvolvimento de todas as zonas do estado e, ao mesmo tempo, concorrer para o engrandecimento da capital, de onde irradiará a maior civilização e o maior esforço para o nosso engrandecimento (Minas Gerais, 1938, p. 279).

Como se vê, no transcurso da década de 1930, a administração pública estadual de Minas Gerais amplia o planejamento e a execução de obras públicas. Em razão disso, o sistema administrativo regional passa a ter mais necessidade de se autodocumentar do que no período da Primeira República. Eis uma mudança importante para se compreender o aumento da produção documental pública estadual.

A FORMAÇÃO DO FUNDO SVOP E SUA CUSTÓDIA NO APM

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi criado em 1895, no âmbito da consolidação da República em Minas Gerais. Sua constituição é fortemente influenciada pelas alterações ocorridas no Arquivo Nacional, até do ponto de vista da denominação escolhida. No período de 1893 a 1911, o Arquivo Nacional foi denominado como “Arquivo Público Nacional” (Venancio, 2015), inspirando a congênera mineira.

A formação do acervo do APM seguiu cinco procedimentos. O primeiro consistiu em identificar e recolher diferentes fundos de órgãos da administração estadual e municipal desde o período colonial. O segundo baseou-se na constituição de uma rede de correspondentes, nacionais e internacionais, que doavam conjuntos de documentos públicos e privados. Ambos os procedimentos foram idealizados pelo então diretor dessa instituição, José Pedro Xavier da Veiga (Parrela, 2012). Uma vez constituído o acervo inicial, começaram os envios de documentação de repartições públicas republicanas, ou de períodos anteriores, não contempladas pelos recolhimentos realizados por Xavier da Veiga. Esse procedimento foi o terceiro vetor de formação do acervo, estendendo-se de fins do século XIX aos dias atuais. Tendo em vista a ausência, até a década de 1990, de procedimentos que controlassem esses recolhimentos, registrou-se o envio de massas documentais desorganizadas ao APM.

O quarto procedimento de formação do acervo consistiu na doação de arquivos pessoais e/ou familiares, além daqueles dos “correspondentes”, assim como de arquivos de instituições privadas que tiveram relevância na história de Minas Gerais. O quinto e último procedimento consistiu na avaliação dos documentos produzidos ou recebidos pelo APM, no exercício de suas atividades administrativas e finalísticas, e que foram considerados de guarda permanente, sendo dessa maneira também incorporados ao patrimônio arquivístico de Minas Gerais.

A tabela 1 apresenta o resultado desses vários procedimentos de formação do acervo. Antes de avançarmos na análise dos dados apresentados, é importante fazer alguns esclarecimentos. Na referida tabela constam apenas documentos textuais, estando, portanto, ex-

cluídos mapas, plantas, fotografias, litogravuras e vídeos. Também não estão incluídos documentos natodigitais, mas apenas os físicos, em suporte de papel. A forma de mensuração desses documentos é por metros lineares de estante. Cada metro linear pode ser estimado em cerca de quatro mil páginas. Dessa forma, mesmo cifras pequenas (0,5 m, por exemplo) envolvem um número considerável de itens documentais.

Tabela 1 – Documentação textual de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro

Proveniência	Metros lineares	%
Coleções privadas	1,58	0,07
Coleções públicas	61,39	2,96
Fundos privados	94,05	4,53
Fundos públicos	1.922,22	92,4
Total	2.079,21	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro. *Guia de fundos e coleções*. Souza et al, 2007, p. 292-295. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Como é possível observar na tabela 1, pelo menos no que diz respeito à documentação textual, as coleções constituem o menor segmento do acervo. Trata-se, conforme mencionamos, de algo positivo, pois essa noção é caracterizada negativamente na arquivologia. No que se refere aos acervos públicos, as coleções decorrem da perda do controle técnico sobre a documentação. Isso ocorreu, por exemplo, com a coleção Inconfidência Mineira, cujo critério de organização baseado em “assunto” acarretou a mistura de documentos de diferentes proveniências institucionais e na destruição de sua organicidade. Algo um pouco diferente, mas igualmente danoso, ocorreu com a coleção Casa dos Contos. O APM preservou a proveniência dessa documentação fiscal e administrativa dos séculos XVIII e XIX, mas um desastroso projeto de microfilmagem da década de 1970 a desorganizou, transformando-a em uma coleção com base na ordenação cronológica dos documentos.

Na tabela 2, apresentamos apenas os fundos de órgãos públicos. Conforme constatamos na tabela 1, esse segmento responde por 92,4% do acervo textual do APM. Apesar de essa instituição ser geralmente considerada como um repositório de documentação colonial ou imperial, a maior parte do acervo aí custodiado é da época republicana. Para se ter noção disso, basta mencionar que mesmo excluindo os casos de acervos anteriores a 1889, mas que avançam no período seguinte (como ocorre com a Assembleia Legislativa; Câmara dos Deputados; Câmara de Curvelo; Câmara de Formiga; Câmara de Paracatu; Câmara de Pitanqui; Câmara de Sabará; Chefia de Polícia; Delegacia dos Terrenos Diamantinos; Instrução Pública; Secretaria de Agricultura; Secretaria das Finanças; Secretaria de Governo da Província; Secretaria do Interior; e Senado Mineiro), é possível afirmar que 51% da documentação pública do APM é composta exclusivamente por fundos do período republicano.

Tabela 2 – Documentação textual de fundos públicos no Arquivo Público Mineiro

Fundo	Datas-limite	Metragem em metros lineares
Advocacia Geral do Estado	1935-2007	31,32
Assembleia Legislativa Provincial	1835-1891	53,67
Câmara dos Deputados	1891-1989	17, 20
Chefia de Polícia	1842-1956	169,0
Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais	1939-1948	0,60
Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	1931-1937	2,22
Conselho Deliberativo de Belo Horizonte	1899-1930	1,28
Conselho Geral da Província	1824-1835	4,05
Câmara Municipal de Caeté	1739-1844	0,60
Câmara Municipal de Curvelo	1828-1954	1,25
Câmara Municipal de Formiga	1876-1924	0,48
Câmara Municipal de Mariana	1708-1855	2,25
Câmara Municipal de Ouro Preto	1711-1889	53,4
Câmara Municipal de Paracatu	1744-1894	0,60
Câmara Municipal de Pitangui	1780-1891	0,80
Câmara Municipal de Sabará	1719-1896	12,70
Delegacia dos Terrenos Diamantinos	1853-1933	1,33
Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais	1939-1943	0,43
Fazenda Provincial	1821-1890	18,60
Governador das Armas	1822-1830	2,00
Instrução Pública	1818-1899	36,25
Instituto de Tecnologia Industrial	1944-1972	20,26
Junta Provisória de Governo	1821-1824	4,50
Obras Públicas	1825-1893	34,14
Presidência da Província	1818-1889	218,94
Repartição Especial das Terras Públicas	1850-1875	7,20
Seção Provincial	1820-1890	80,05
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	1891-1957	83,00
Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais	2011	11, 16
Secretaria de Estado do Governo	1946-1975	0,70
Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública	1925-1955	17,28
Secretaria das Finanças	1893-1968	4,75
Secretaria de Governo da Capitania	1605-1849	45,00
Secretaria de Governo da Província	1818-1898	90,05
Secretaria do Interior	1891-1957	586,00
Senado Mineiro	1891-1937	31,3
Secretaria de Viação e Obras Públicas	1935-1995	277,91
Total	1605-2011	1.922,22

Fonte: Arquivo Público Mineiro. *Guia de fundos e coleções*. Souza et al, 2007, p. 292-295. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Contribuiu para a ampliação do acervo documental republicano a crescente intervenção estatal no planejamento e execução de obras públicas. A tabela 2 também possibilita comparar a Savop com a SVOP. Como se vê, a primeira pasta, dedicada à agricultura, viação e obras públicas, proporcionalmente legou bem menos documentação (cerca de 1,25 metros lineares por ano) do que a surgida em 1935 (cerca de 4,63 metros lineares por ano). É possível que eliminações não autorizadas, recolhimentos ainda não realizados e perdas decorrentes de condições precárias de guarda tenham contribuído para isso. No entanto, não deixa de ser interessante indagar se essa diferença também decorre da ampliação das atividades administrativas de execução e manutenção de obras públicas por parte da SVOP.

O primeiro recolhimento desse fundo arquivístico teve como datas-limite os anos de 1935-1971. O segundo recolhimento ocorreu em época mais recente e tem como datas-limite 1950-1995. Além da documentação textual, o fundo SVOP conta, considerando os dois recolhimentos, com 14.076 mapas e plantas e 3.270 fotografias. A estrutura do arranjo é dividida em dois períodos, havendo inclusive justaposições, conforme pode ser observado nas datas acima apresentadas. Ao que parece, o primeiro recolhimento foi bastante restritivo em relação aos itens cartográficos, tendo sido adquiridos pelo APM apenas 463 mapas e plantas. Os itens fotográficos, nesse primeiro recolhimento, não chegaram a ser adquiridos pelo APM. Isso foi corrigido recentemente, mas deu origem às justaposições das datas-limite indicadas.

O primeiro tratamento técnico dessa documentação ocorreu ainda na década de 1970 e utilizou critérios intuitivos na elaboração do arranjo, comprometendo em parte a organicidade do fundo. Eis o que revela o *Guia de fundos e coleções* do APM, disponível no site institucional, em relação a essa questão:

Os documentos textuais estão organizados em ordem cronológica dentro das séries e os documentos cartográficos em ordem alfabética e cronológica.

Documentos encadernados:

Série 1: Correspondência recebida

Série 2: Correspondência expedida

Série 3: Documentação interna

Documentos não encadernados:

Série 1: Administração

Série 2: Estradas de rodagem e pontes

Série 3: Edificações públicas

Tendo em vista que é justamente o primeiro recolhimento implementado que interessa à nossa pesquisa, realizamos a identificação de uma pequena amostragem da documentação, comparando-a com a da secretaria que deu origem à SVOP. A tabela 3 compara essas amostragens para os anos de 1930 e 1940. Essas balizas cronológicas correspondem a cinco anos antes e cinco anos depois da criação da SVOP. No sentido de viabilizar essa comparação, tendo em vista o espaço limitado da presente publicação, foram selecionados os itens exclusivos aos dois anos mencionados, sendo excluídas séries que começam ou terminam

em uma das duas datas. Também para padronizar a apresentação, os itens da tabela 3 são elencados de forma não repetitiva e no singular, embora alguns deles estejam no plural no instrumento de pesquisa ou apareçam aí mais de uma vez.

Tabela 3 – Itens documentais das secretarias de estado do governo de Minas Gerais

Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas	Secretaria de Viação e Obras Públicas
1930	1940
Caderneta de alinhamento	Caderneta de levantamento
Correspondência expedida	Caderneta de contra-nivelamento
Despesa	Correspondência expedida
Estatística agropecuária	Dano causado a carro
Estrada	Despesa com a conservação da estrada
Nota de despesas	Despesa com a construção e conservação da estrada
Nota de trabalhos técnicos	Despesa com empregados
Ofício	Despesa com estudo da estrada
Orçamento	Despesa com obras em estradas
Projeto	Medição definitiva da estrada
Registro geral de estradas	Multa imposta por infração ao regulamento de estradas
Regulamento da empresa	Obra de conservação na estrada
Relatório	Obra de encampação na estrada
	Obra na estrada
	Pedido de construção de estrada
	Pedido de obras para melhoramento da estrada
	Pedido de verba para a conservação da estrada
	Rádio [grama] e telegrama recebidos
	Relação de viagens feitas com o carro
	Relatório da circunscrição
	Relatório de engenheiros sobre a conservação de estradas
	Relatório referente ao pessoal empregado
	Relatório referente a construção de estradas
	Relatório de serviços executados nas estradas

Fontes: Inventário do fundo Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas 1891-1962. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SA/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DA_AGRICULTURA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018; Inventário do fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas 1935-1971. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SVOP/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DE_VIACAO_E_OBRAS_PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

Uma primeira constatação importante a sublinhar é a precariedade do instrumento de pesquisa. Nele não é possível identificar, ao certo, a tipologia documental, pois as espécies nem sempre são referenciadas, como nos casos das menções à “Estrada” ou “Dano”. Também

não há controle de vocabulário, podendo haver itens diferentes, mas que dizem respeito a uma mesma atividade, como nos casos de “Relatório referente a construção de estradas” e “Relatório de serviços executados nas estradas”.

Tal situação implicou a consulta aos documentos indicados na tabela 3. O “Registro geral de estradas de 1930” consiste em um relatório com o levantamento das estradas existentes em Minas Gerais. Ainda em relação a esse ano, o item “Estrada” refere-se a balancetes e recibos de pagamento de materiais e serviços. O mesmo pode ser afirmado em relação aos itens “Despesa” e “Nota de despesa”. Os itens “Relatório”, “Projeto” e “Caderneta” também se referem a gastos com construção ou conservação de estradas e edificações. Situação semelhante é constatada em relação à década de 1940, cuja documentação diz respeito à construção e manutenção de estradas e edificações públicas, havendo também um dossiê sobre “Dano causado a carro”. Trata-se de ofícios referentes a veículo em que viajava um prefeito e um engenheiro, e que trafegava em velocidade acima da permitida pela lei, o que foi considerado a causa do acidente com carro da SVOP.

A comparação entre dois anos da tabela 3 permite relativizar a imagem que os intervenutores/governadores faziam de si mesmos. A ação desses atores políticos consistiu, fundamentalmente, em manter boa parte das atividades da antiga Secretaria de Agricultura. Isso, porém, não implica negar mudanças. Na documentação de 1940, há o “Relatório da 7ª circunscrição”, que menciona a construção da estrada Paraopeba-Cordisburgo e uma solicitação de plano urbanístico dessas cidades. Portanto, as ações de planejamento são bem mais ambiciosas do que as registradas em 1930, envolvendo propostas gerais de remodelações urbanas. Além disso, observa-se certa especialização funcional inovadora, perceptível na estrutura organizacional da SVOP, e constata-se nela maior presença de técnicos. Por último, mas não menos importante, o aumento da previsão de gastos é algo diferenciador da SVOP frente às experiências anteriores. No seu primeiro ano de funcionamento, essa secretaria prevê que 20,23% do orçamento estadual seriam gastos em estradas de rodagem, construção de pontes e na manutenção da rede viária mineira – um aumento percentual de 300% frente ao que ocorria dez anos antes (Minas Gerais, 1935b).

A pasta da agricultura, por sua vez, cumpriu uma função de planejamento após a reforma administrativa de 1935. Um conhecimento das atividades daí decorrentes será possível por meio de análise mais profunda dos conteúdos da documentação dessa secretaria. Apesar de a presente pesquisa ainda estar em andamento, os itens documentais já identificados permitem ao menos reconhecer a existência de um “protoplanejamento”, que se torna regular ao longo do tempo e influencia no aumento da produção documental, assim como em seu conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira reforma administrativa em Minas Gerais teve por objetivo a centralização dos órgãos de coordenação, contabilidade e controle, assim como a descentralização dos órgãos de execução. Essa reforma atribuiu responsabilidade funcional a setores técnicos da administração estadual. Através dessas mudanças, também buscou-se imprimir maior eficiência na

implementação das políticas públicas de desenvolvimento regional, com destaque à infraestrutura de viação, retomando e aperfeiçoando o que vinha ocorrendo no período anterior.

Em Minas Gerais, no período pós-oligárquico, o Estado assumiu um lugar estratégico na promoção do desenvolvimento regional. Nesse contexto foi reconhecido o potencial das secretarias de governo para a constituição de políticas públicas de desenvolvimento econômico. Tal situação impactou fortemente a produção documental de fundos arquivísticos, atualmente recolhidos no APM, em particular a SVOP, cujas funções foram herdadas pela atual Secretaria de Transporte e Obras Públicas de Minas Gerais (Setop).

A análise proposta mostra a importância do método histórico para a compreensão dos procedimentos de formação dos fundos arquivísticos. Sem o recurso a esse método, não se entende a formação dos conjuntos documentais das secretarias de agricultura e de viação e obras públicas, assim como de nenhum outro fundo custodiado em arquivos públicos. Conforme a perspectiva arquivística aponta, esses conjuntos documentais, quando de origem pública, são “a imagem exterior da estrutura orgânica do Estado” (Lodolini, 2010, p. 191).

Referências

ABRUCIO, Fernando L.; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (org.). *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 27-71.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia de fundos e coleções*. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BELO HORIZONTE. Inventário do fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas 1935-1971. Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2013. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SVOP/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DE_VIACAO_E_OBRAS_PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. Inventário do fundo Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2018. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SA/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DA_AGRICULTURA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BOMENY, Helena. Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 133-156.

BRASIL. Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CODATO, Adriano. Elites políticas e processo decisório: processos e padrões de divisão do trabalho político e burocrático no Estado pós-oligárquico. *Anais ANPOCS*, Caxambu, p. 1-23, 2009.

COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DO RIO à interventoria: etapas e acontecimentos da viagem do sr. Benedicto Valladares. *Jornal Estado de Minas*. Primeira entrevista do novo interventor à imprensa mineira. Do enviado especial do estado de Minas a Lafayette. Belo Horizonte, sábado, ano VI, p. 1, 16 dez. 1930.

DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds em archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *Études d'archivistique, 1957-1992*. Paris: Association des archivistes français, p. 9-34, 1992.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HORSMAN, Peter. Adestrando o elefante: uma abordagem ortodoxa do princípio da proveniência. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 443- 454, jul./dez. 2017.

LODOLINI, Elio. *Storia dell'archivistica italiana*. 6. ed. Milão: FrancoAngeli, 2010.

MILLAR, Laura. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, p. 144-162, 2015.

MINAS GERAIS. Lei n. 875, de 25 de setembro de 1924. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1925. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=875&comp=&ano=1924&texto=original#texto>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Lei n. 1.231, de 22 de outubro de 1930. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1231&comp=&ano=1930&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Decreto n. 10.107, de 27 de outubro de 1931. Cria uma comissão de cinco membros destinada a proceder ao estudo da nova divisão administrativa do estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=10107&comp=&ano=1931>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Decreto n. 11.251, de 3 de março de 1934. Dispõe sobre a execução dos serviços de obras públicas em geral. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=11251&comp=&ano=1934>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Assembleia Legislativa, sessão ordinária. Mensagem apresentada por Benedito Valadares, governador do estado de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.

_____. Decreto n. 2, de 5 de abril de 1935. Desdobra a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas e contém outras disposições. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=2&comp=&ano=1935>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Decreto n. 162, de 29 de julho de 1935. Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=11251&comp=&ano=1934>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Lei n. 15, de 13 de novembro de 1935. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1936. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15&comp=&ano=1935>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Assembleia Legislativa, sessão ordinária. Mensagem apresentada por Benedito Valadares, governador do estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936.

_____. Assembleia Legislativa, sessão ordinária. Mensagem apresentada por Benedito Valadares, governador do estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937.

_____. Assembleia Legislativa, sessão ordinária. Mensagem apresentada por Benedito Valadares, governador do estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1938.

_____. Decreto-lei n. 983, de 9 de dezembro de 1943. Dispõe sobre a organização da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e contém outros dispositivos. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=11251&comp=&ano=1934>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937*. São Paulo: Annablume/Fapemig, 2012.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz et al. Projeto de digitalização de documentos do arquivo da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop): organização, avaliação, descrição, catalogação, tratamento de conservação, digitalização e acesso. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 1, n. 5, p. 292-295, 2007. Disponível em: <<http://www.acervose-top.mg.gov.br/modules/news/article.php?storyid=26>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Lemi/Brasília: INL, 1980.

VENANCIO, Renato Pinto. Exercício de cidadania: atuação do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. LI, p. 42-59, 2015.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. O Governo Provisório de 1930 e a reforma administrativa. *Revista de Administração Pública*, v. 9, n. 4, p. 5-68, 1975.

_____. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

ZHANG, Jane. Principle of Respect des Fonds. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia F. *Encyclopedia of Archival Science*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2015, p. 288-291.

Recebido em 13/6/2018

Aprovado em 21/8/2018

A ANÁLISE DOCUMENTAL DE IMAGENS COMO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

THE DOCUMENTARY ANALYSIS OF IMAGES AS A PROCESS OF MEDIATION OF INFORMATION IN ARCHIVES

SÉRGIO MATIAS DA SILVA | Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e arquivista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ALINE LOPES DE LACERDA | Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

RESUMO

Busca-se pensar o processo de análise documental de imagens proposto por Agustín Lacruz (2010) como processo de mediação implícita entre estes registros e o usuário nos arquivos. Entende-se que os documentos imagéticos apenas quando articulados através de um processo de análise da imagem e de conteúdo podem configurar um sentido próprio e serem compreendidos pelo usuário, transformando-se assim em informações de fato.

Palavras-chave: análise documental; imagens; arquivos; mediação da informação.

ABSTRACT

We try to think about the process of documentary analysis of images proposed by Agustín Lacruz (2010) as an implicit mediation process between these records and the user. It is understood that iconographic documents only when articulated through a process of analysis of the image and content can configure a sense of their own and be understood by the user, thus becoming information in fact.

Keywords: documentary analysis; images; archives; mediation of information.

RESUMEN

Se busca pensar el proceso de análisis documental de imágenes propuesto por Agustín Lacruz (2010) como proceso de mediación implícita entre estos registros y el usuario. Se entiende que los documentos iconográficos sólo cuando articulados a través de un proceso de análisis de la imagen y de contenido pueden configurar un sentido propio y ser comprendidos por el usuario, transformándose así en informaciones de hecho.

Palabras clave: análisis documental; imágenes; archivos; mediación de la información.

INTRODUÇÃO

O processo de mediação da imagem tem surgido a partir da necessidade de compreender melhor sua dimensão expressiva diferenciada como forma possível de interação com o usuário. O que se visa neste trabalho é pensar a análise documental – e, mais especificamente, o modelo conceitual de análise de conteúdo de imagens proposto por Agustín Lacruz (2010) – como processo de mediação implícita entre o documento imagético e o usuário.

Optou-se por tal obra pela pertinência e importância no âmbito da temática. A autora propõe um método para análise documental de imagens e, para isso, revisam-se alguns aspectos da imagem como modo de representação da realidade e como documento de caráter informativo, social e histórico. Trata-se de um trabalho bem estruturado e explicado em pormenores, o que auxilia no entendimento de todo o processo analítico em questão e sua relação com a mediação da informação.

A mediação está presente em todos os momentos do processo informacional, não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. Isto é, não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos, mas também abarca todas as ações do fazer arquivístico, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos etc.

Argumenta-se que a apreensão do conhecimento nos arquivos não se dá pelo mero contato com objetos (documentos), mas sim por meio de processos de mediação guiados pelos arquivistas: a análise documental criaria, assim, uma nova forma de uso para as imagens. Tais imagens, somente depois de um processo de análise documental e de conteúdo, adquirem um sentido que será comunicado ao usuário, o qual através do seu entendimento gerará, de fato, informação e conhecimento.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

Os profissionais da informação, no tocante ao público a quem se destinam a servir, devem pressupor que suas ações mediarão o conhecimento de seus usuários. É a relação destes últimos com o documento que proporcionará que os conteúdos “protoinformados” (conjuntos de elementos sedimentados em suportes informacionais) atinjam a sua potencialidade. Dessa maneira, com o propósito de que tais elementos documentais se efetivem de fato em informação, torna-se primordial a relação com os sujeitos (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

Almeida Júnior (2009, p. 92) define a mediação da informação como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”.

Por essa definição, logo percebemos a relação intrínseca que há entre as práticas arquivísticas e o processo de mediação da informação. Todos os procedimentos realizados nos arquivos estariam assim permeados de interferência direta ou indireta, incluindo certamente também os procedimentos de análise documental.

Ferreira e Almeida Júnior (2013) explicam, no entanto, que essa mediação, capaz de modificar o conhecimento anterior dos usuários, transformando-o em informação, só é possível se houver absorção e interpretação da chamada “protoinformação” (encontrada nos mais variados suportes) por parte desses usuários.

Entende-se como protoinformação uma espécie de informação em potencial, algo que ainda pode vir a ser. A informação aqui ainda não está “completa”, mas sim em sua forma “embrionária”:

a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a priori. Não existe antes da relação usuário/suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de protoinformação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação (Almeida Júnior, 2009, p. 98).

Defende-se que a mediação da informação se encontra presente em toda a atuação do profissional da informação, desde o armazenamento à disseminação, uma vez que todos os fazeres estão voltados à recuperação de informações que satisfaçam às necessidades de seus usuários. A análise documental, objeto central desta pesquisa, também é entendida como um processo de mediação, na medida em que é através de suas representações que o usuário terá acesso ao conteúdo documental.

A mediação da informação perpassa todos os serviços relacionados às práticas dos profissionais da informação, como arquivistas. No entanto, em algumas dessas ações (como se supõe seja o caso da análise documental de imagens), a mediação se apresenta de maneira implícita sem, necessariamente, a presença concreta do usuário, ainda que se perceba certa preocupação com ele. Assim, entende-se que a mediação implícita pode ser encontrada nas técnicas de organização e tratamento documental (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 93), a mediação implícita pode ser caracterizada como

todas as ações desenvolvidas antes do contato com o usuário, ou seja, mesmo sem a presença física do usuário, as ações são direcionadas para satisfazer as necessidades informacionais deste. Abarca as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes.

A mediação implícita, embora não detenha a prerrogativa do contato direto com o usuário, é atividade relevante para estabelecer uma aproximação mais concreta entre o ambiente de informação e a comunidade de usuários, como é o caso da análise documental de imagens.

É nesse contexto que, no âmbito dos procedimentos arquivísticos, o processo de análise documental de imagens pode apresentar-se como uma ferramenta que prepara a “protoinformação” no âmbito da técnica, visando a sua transformação em uma “informação” no âmbito da relação profissional arquivista-usuário.

A constatação em questão relaciona-se com a progressão proposta por Ferreira e Almeida Júnior (2013): documento (suporte) – organização documental – pesquisador/usuário – apropriação da informação – produção/modificação/alteração de conhecimento.

Por isso, como dizem Ferreira e Almeida Júnior (2013), identificar processos de identificação, organização e representação dos arquivos, bem como produzir instrumentos que reflitam a lógica orgânica dos documentos, coloca o profissional arquivista em contato com conteúdos “protoinformativos” dos documentos, que são tratados com o objetivo de atendimento da instituição em que se encontram e, uma vez disponibilizados para o acesso, serão interpretados futuramente pelos usuários.

Dessa forma, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa etapa) o enfoque no usuário. De acordo com Ferreira e Almeida Júnior (2013), trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não-latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Nessa interface arquivística, entende-se que os arquivistas passaram por uma mudança, no tocante à custódia: saíram da passividade com que custodiavam os “resíduos” documentais, ativos conformadores da herança arquivística; e, agora, intervêm e deliberam nos padrões de arquivamento. Com essa transformação, verificada ao longo do tempo, os arquivistas tornaram-se construtores ativos da memória social (Cook, 1998).

De acordo com Varela (2007), o mediador (arquivista) é uma figura humana que no processo de organização do seu saber, recorre ao seu repertório intelectual, social, ideológico e afetivo. O mediado (usuário) recebe e particulariza a informação por meio de seu próprio repertório, constituído por seus conhecimentos prévios, por suas predisposições com relação ao conteúdo e ao próprio mediador.

A ideia de neutralidade, tanto do mediador quanto do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada. O momento da relação/interação profissional da informação com o usuário é estruturado não como algo estanque. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno, mas, ao contrário, resulta da relação dos sujeitos com o mundo (Almeida Júnior, 2009).

Para Ferreira e Almeida Júnior (2013) uma característica marcante da mediação da informação é justamente essa interferência. Não há como negar que o próprio profissional da informação, seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo, interfere no tratamento da informação, bem como no atendimento ao usuário. Seus valores, conhecimentos e preceitos não são apagados na relação com o tratamento da informação. Por isso, longe de serem neutros, esses profissionais devem atentar para que essa interferência não se confunda com manipulação, uma vez que seus limites são tênues.

No que tange à interferência do profissional da informação no processo de mediação, Almeida Júnior (2009, p. 93) afirma que:

No conceito de mediação da informação, destaca-se a afirmação de que é ela uma interferência. Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

O autor sugere, portanto, que a interferência deverá ser afirmada ao invés de negada, a fim de se diminuir o risco e consequências da manipulação. Tal afirmação é de particular importância ao processo de mediação da informação orgânica, principalmente em relação à análise documental, uma vez que há um grande envolvimento dos profissionais da área da ciência da informação em sua execução (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

Nesse sentido, é válido, no tocante às instituições arquivísticas, atentar-se também aos procedimentos técnicos e ao atendimento dos usuários dos arquivos. Para que o arquivo possa cumprir sua função social e garantir o direito dos cidadãos, há de se pensar não somente na relação do pesquisador/usuário do arquivo, como, também, nos procedimentos adotados para que os documentos possam ser encontrados, recuperados, consultados e, dessa forma, possibilitar o êxito do usuário e garantir a efetiva mediação da informação arquivística.

Tais reflexões possibilitam a defesa de que os arquivos, entre outras funções, produzem conhecimento. Essa afirmação é decisiva, visto que se observa uma nova “postura” das instituições arquivísticas. O arquivo não é apenas o braço da administração e guardador de memória: é, também, produtor e ativo disseminador de conhecimento.

A ANÁLISE DOCUMENTAL DE IMAGENS

A riqueza expressiva da imagem faz dela uma modalidade de comunicação humana muito eficaz. Nas últimas décadas seu estudo tem suscitado grande interesse em diversas áreas. Hoje em dia, as representações imagéticas constituem uma parte substancial de nossa cultura visual contemporânea e é impossível ignorar sua dimensão tanto informativa, quanto documental. São consideradas como valiosas fontes para colher informações sobre os contextos socioeconômicos e históricos, cultura material, formas de vida, sistemas de crença etc. Assim, sua extensão de uso, efetividade e versatilidade comunicativa justificam seu estudo científico e sua análise em entornos documentais.

A análise documental é uma operação que se realiza sobre os documentos pertencentes a um determinado conjunto e tem como objetivo obter uma representação de cada um deles que permita encontrar e recuperar o documento de acordo com critérios previstos e informar sobre o mesmo por meio de uma interface adequada. Essas representações, mais manejáveis que o original, podem substituir o documento no processo documental (Valle Gastaminza, 2001).

Agustín Lacruz (2010) corrobora com tal definição, entendendo que a análise documental tem como objetivo primordial a recuperação dos documentos a partir de distintos critérios morfológicos ou temáticos, geralmente normalizados. Analisa-se o documento, desta

perspectiva, para que “apareça” quando seja necessário. A análise documental permite controlar os documentos por meio de suas representações, ou seja, informar sobre eles sem ir diretamente a eles.

Para Boccato e Fujita (2006), a análise documental de imagens deve atender aos preceitos da documentação, refletindo a credibilidade e segurança no momento da recuperação da informação pelo usuário. Atendendo assim ao objetivo central da análise documental, a informação deve promover a identificação de materiais informacionais que respondam, de maneira satisfatória, às questões dos usuários e, por outro lado, possibilitar a tomada de decisões sobre a consulta e a escolha de um determinado documento original. Para que essas funções sejam devidamente cumpridas, a informação documental deve ser elaborada por meio de métodos que correspondam à equivalência entre o sentido do texto original e a sua representação.

Valle Gastaminza (2001, p. 10) destaca ainda que ao se analisar um documento iconográfico, devemos estar cientes de que nunca um texto vai expressar com suficiência o que a imagem transmite e, por isso, deve-se constatar que representações textuais de imagens não podem substituir as próprias imagens. No entanto, tais representações podem incluir uma grande quantidade de informação que descreva os atributos característicos do documento imagético que, estruturada e normalizada em um processo documental, será de grande ajuda a quem queira encontrar tais imagens, recuperá-las ou saber algo sobre elas.

Agustín Lacruz (2010) entende ser necessário, primeiramente, compreender os processos que influem no modelo de análise documentária, a fim de estabelecer e aplicar uma metodologia de tratamento documentário que revele preocupação com a representação do conteúdo das imagens e enfatize a informação como veículo do processo comunicativo e como fonte de conhecimento.

MODELO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA IMAGEM

O objetivo principal do processo de análise da imagem é examiná-la como um registro ou evidência de interesse geral, no qual o objetivo prioritário é dar conta do conteúdo das representações, destacando outros aspectos como os relativos à qualidade estética, técnica, aspectos sociais, culturais etc.

Em sua obra, Agustín Lacruz (2010) explica que o procedimento geral de análise do conteúdo requer o estabelecimento de um modelo conceitual que guie todo o processo e inclua a compreensão de seu contexto de comunicação, os procedimentos de análise e os instrumentos de normalização documental. Esse modelo deve incluir aspectos como um conjunto de competências que permitam a leitura compreensiva da imagem e a definição de objetivos, um método de trabalho específico.

A autora elenca, do ponto de vista da análise semântica, os conhecimentos necessários que são, ao menos, de três tipos: conhecimentos sobre o contexto de produção, transmissão e recepção da imagem em sua época original, mas também ao longo da sua evolução diacrônica, até chegar à atualidade; conhecimentos metodológicos sobre o modo de ver,

descrever, identificar e interpretar uma imagem; conhecimentos e metodologias especificamente documentais sobre representação e recuperação da informação imagética (Agustín Lacruz, 2010, p. 89).

No quesito metodológico, o *método iconológico* de Erwin Panofsky ganha destaque pelo brilhante desenvolvimento de uma proposta que ressalta os aspectos relacionados com o significado das obras visuais, frente aos estudos formais e à história tradicional. Para isso delimita um âmbito de trabalho claramente interdisciplinar que se pauta pela contextualização da produção do registro em diversos níveis. O método iconológico estabelece três níveis distintos de significação que são explicados pela autora em seu manual (Agustín Lacruz, 2010, p. 91):

Significação primária ou natural: esta se alcança identificando formas puras (configurações de linhas e cores etc.) como representações de objetos naturais (seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas etc.); identificando suas relações mútuas como acontecimentos e captando certas qualidades expressivas. Para resolver esse tipo de análise basta a experiência cotidiana e a cultura geral, posto que a enumeração dos motivos para realização do registro constitui uma descrição *pré-iconográfica* da obra visual;

Significação secundária ou convencional: este nível de significação se alcança mediante a identificação das figuras, os temas e os conceitos manifestados nas imagens, histórias, tramas narrativas e alegorias. O processo se denomina *análise iconográfica*. Para realizá-lo o investigador deve possuir conhecimentos sobre as fontes literárias, mitológicas, religiosas, arquivísticas etc., próprias da tradição cultural na qual a cena se sucede e se representa;

Significação intrínseca ou de conteúdo: investiga-se os principais aspectos implícitos que revelam a mentalidade básica de uma nação, época, classe social, crença religiosa ou filosófica representada em uma determinada obra. Dessa maneira, o conteúdo de uma obra visual se explicita quando se interpretam as formas, motivos e alegorias como valores simbólicos de universos culturais determinados. Este processo de análise se denomina *interpretação iconológica* e requer um conhecimento profundo da história da cultura visual e de seu contexto social e cultural. É o grau mais elevado do método iconológico.

A aplicação dos níveis pré-iconográfico e iconográfico é fundamental e necessária para a descrição do conteúdo do documento imagético. Esses dois níveis se complementam, possibilitando aos profissionais de informação a realização de uma análise mais eficiente dos documentos iconográficos.

Quanto ao nível iconológico, este requer uma contextualização social, política e/ou econômica sobre a representatividade do conteúdo do documento e, dessa forma, a autora atribui essa responsabilidade também aos historiadores, complementando a interação existente entre esses três níveis de interpretação da imagem.

Assim, fica claro como o processo de análise documental é permeado de subjetividades, e tal perspectiva, como explicado anteriormente, não deve ser eclipsada em prol de uma pretensa neutralidade, mas sim exposta para que se perceba o processo de mediação

implícito existente entre o documento, as atividades relacionadas ao seu processamento analítico e o usuário final.

PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DA IMAGEM

Uma vez que se tenha estabelecido o modelo conceitual para determinação de conteúdo com a sua metodologia específica, o processo de análise documental da imagem se desenvolve com um objetivo principal: descrever a mensagem imagética para a sua posterior recuperação e comunicação.

Agustín Lacruz (2010) destaca que este processo se desenvolve em quatro fases – leitura da imagem; determinação do conteúdo; documentação exógena e representação documental – que se descrevem como sucessivas e lineares, embora possuam um comportamento real de dinamismo e retroalimentação.

Como poderemos perceber, a análise do conteúdo da imagem não é tarefa simples, pois abriga várias atividades que requerem do profissional, além de conhecimentos de ordem documentária, competências de nível pessoal, como dinamismo e proatividade para buscar documentos relevantes que compreendam outras áreas do conhecimento, no caso, as artes. Cada operação em particular faz parte do processo maior de análise que resultará na representação dos materiais. Assim, nenhuma etapa deve ter sua importância relativizada, pois integra uma sequência de instâncias fundamentais à elaboração de sentido das imagens e todas e cada uma influenciam no resultado final.

Apresentamos a seguir a explicação de cada uma das fases para um melhor entendimento do processo analítico como um todo. Expondo cada uma das etapas individualmente entende-se que sua conexão com a questão dos processos mediativos se tornará mais evidente.

LEITURA DA IMAGEM

A leitura da imagem é a etapa que inicia todo o processo e dá origem à análise de conteúdo posterior. É uma atividade complexa que inclui conhecimentos, habilidades e estratégias que as pessoas adquirem e aperfeiçoam com os anos, segundo as diversas situações que experimentam e mediante a interação com outros sujeitos nos âmbitos sociais que participam.

A leitura de imagens requer o conhecimento e a identificação das características específicas da linguagem visual e do sistema de significação. Implica também capacidade para compreender e utilizar as imagens para alcançar os objetivos do sujeito leitor. Por último, supõe a observação pormenorizada de cada um dos diferentes códigos significativos que articulam os âmbitos em que se desenvolve o significado da imagem.

Percebe-se que tal etapa é importantíssima para a própria construção do sentido da imagem, ou seja, aquilo que será externalizado futuramente durante o acesso. Estamos aqui, então, diante de um processo de mediação capaz de ditar os rumos do entendimento do documento pelo usuário.

DETERMINAÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta etapa traz a leitura da imagem e a identificação dos elementos que definem sua estrutura semântica. Nesta fase examinam-se de forma sucessiva os planos de significado da obra (pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) em relação ao modelo de análise de conteúdo escolhido (método iconológico), tendo em vista as particularidades do tema, gênero, uso, estilo, contexto etc.

A análise do significado da imagem se organiza em três planos: descrição, identificação e interpretação, que podem ser implementados em forma de tarefas. Explica-se a seguir cada uma dessas etapas a partir do preconizado por Agustín Lacruz (2010, p. 100).

A descrição é uma operação documental que se relaciona com o nível pré-iconográfico, correspondendo ao estrato mais básico da análise de conteúdo. No entanto, é uma operação analítica imprescindível para levar a cabo as fases restantes, pois se refere de forma objetiva ao que está representado na imagem. A descrição deve caracterizar os seres e objetos representados, incluindo os dados relativos a gênero, idade, expressões e gestos, aspecto, indumentária, ornamentação etc., de maneira que seja assegurada sua identificação ao nível mais detalhado possível.

A identificação – que se relaciona com o nível iconográfico – consiste na individualização e personificação dos temas e motivos representados através das pessoas, figuras, objetos, lugares, acontecimentos etc. A identificação é realizada mediante a tipificação dos atributos de cada cena, figura ou objeto por meio do estudo dos elementos que os acompanham.

Por último, a interpretação é a operação documental que se atém ao nível mais profundo de análise do conteúdo da imagem (nível iconológico). Para ser feita considera-se a intencionalidade do criador, do ambiente histórico-cultural, a função, o alcance e o propósito da obra. Supõe um nível de abstração e complexidade superior à leitura iconográfica, pois visa apreender a significação profunda da imagem, buscando sentidos de segundo grau.

Ao descrevermos, identificarmos e interpretarmos o conteúdo imagético estamos – querendo ou não – criando significado. Novamente, não se trata de negar tal interferência, muito pelo contrário, mas de compreender como o envolvimento dos profissionais da área da informação é vital para disseminação do conhecimento presente nos documentos. Além disso, é ter claro que ao realizarmos tais procedimentos estamos contribuindo para o processo de mediação que, embora implícito, vai atuar diretamente na compreensão do usuário ante tal registro iconográfico.

SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXÓGENA

Esta é uma fase de apoio, específica dos processos de análise de conteúdo de documentos icônicos, que implica a seleção de fontes de informação complementares que podem ser necessárias para análise da imagem.

Como bem lembra Lacruz (2010), essas fontes de informação podem ser classificadas atendendo a dois critérios: segundo sua natureza significativa – fontes icônicas, textuais, orais etc. – ou atendendo ao tipo de informação que contém – primária, secundária.

Entre as fontes icônicas de natureza significativa destaca-se a própria imagem em relação ao resto das obras iconográficas e as fontes visuais que com ela mantêm vínculo, em razão da imagem inspirar-se nelas, fazer parte de uma mesma série, coletâneas etc.

Já em relação às fontes textuais complementares é possível distinguir obras de referência (enciclopédias, dicionários, guias); fontes de informação primária (monografias, publicações, teses); e fontes de informação secundárias (bibliografias gerais, catálogos de biblioteca, base de dados).

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL

Uma vez efetuada de forma sistêmica, a análise de conteúdo da imagem permitirá gerar representações documentais que recolhem as principais informações relativas ao conteúdo da imagem, de maneira que seja possível reunir todos os documentos pertinentes à demanda de informação do usuário nas melhores condições possíveis. A fase de representação documental é, portanto, uma fase de concreção, de expressão da análise realizada previamente (Agustín Lacruz, 2010).

Como a etapa anterior (documentação exógena), esta fase é também caracteristicamente documental, já que seu objetivo é redigir representações documentais secundárias que, com os instrumentos de pesquisa, facilitem o acesso e a recuperação do conteúdo documental.

A autora verifica que a partir do resumo é possível realizar a extração de palavras-chave, o que proporciona um nível intermediário de representação, sobre o qual é possível praticar o controle de vocabulário requerido, mediante ferramentas linguísticas diversas como tesouros, vocabulários especializados etc.

A função principal do resumo é então proporcionar uma descrição pormenorizada do conteúdo semântico da imagem mediante a redação de um texto em linguagem natural que seja gramaticalmente correto. A informação se dispõe em sucessivos níveis de profundidade e densidade informativa, de tal maneira que o usuário acesse em primeiro lugar a informação básica e paulatinamente vá adentrando em outras mais específicas (Agustín Lacruz, 2010).

Destaca-se, por último, a importância do termo de indexação, pois é uma ferramenta linguística que permite controlar o léxico com o qual se formulam as demandas dentro dos sistemas de informação. Desempenha assim função primordial no processo de mediação entre os documentos e os usuários.

Tais descritores, elenca a autora, podem ser *livres*, ou seja, palavras-chave extraídas do resumo ou criadas em linguagem natural pelo indexador, ou *controlados*, aqueles que são feitos mediante um tesouro para conseguir uma relação de otimização com precisão de busca e escolha de termos, eliminando assim polissemias e sinônimos, por exemplo.

A fase da representação documental talvez seja a etapa da análise documental em que o processo de mediação da informação seja mais latente, pois aqui o arquivista está objetivamente criando termos, expressões verbais, que farão referência direta a um conteúdo visual. Em outras palavras, o profissional da informação está realizando a conexão entre duas formas de comunicação totalmente distintas.

CONCLUSÃO

As imagens constituem um objeto de estudo intrinsecamente polissêmico, cujas diversas formas de significação se enriquecem com os aportes de diferentes escolas e correntes metodológicas, capazes de conciliar interesses variados e perspectivas diversas.

A imagem não apenas se constitui em um tipo de representação icônica que goza de um extenso uso cultural e uma longa trajetória histórica como meio de expressão e comunicação, mas também uma morfologia e características documentais muito específicas que não podem ser desprezadas pelo universo arquivístico.

É necessário ainda que se avance no estudo conceitual sobre registros imagéticos e principalmente em questões metodológicas específicas que nortearão seu tratamento e, em consequência disso, permitirão que seu uso seja feito de maneira mais adequada, o que gerará ganhos para a própria disciplina, com o desenvolvimento teórico relativo a esse tipo de registro.

A riqueza comunicativa das imagens faz com que as mensagens que transmitem resultem em extraordinário valor para aqueles que trabalham com essa documentação, como arquivistas, que necessitam aprender a decodificar analiticamente seu significado de maneira que seja possível sua comunicação posterior.

Os valores que as imagens possuem não se esgotam em um enfoque, nem em uma só época. Sua capacidade de fascinar, provocar emoções e estimular pensamentos se renovam em cada ocasião. As imagens são espaços que admitem a leitura plural, pois são capazes de integrar múltiplos estratos culturais sem perder sua própria individualidade. Por isso, analisar imagens é uma forma de compartilhar significados.

Os estudos e reflexões sobre mediação da informação vêm se estabelecendo em várias áreas do conhecimento e têm sido aplicados em vários segmentos profissionais. Isso ocorre pelo caráter múltiplo, plural e coletivo que a mediação possui, enquanto conceito e fundamento teórico, epistemológico e pragmático.

Os processos de mediação estão ligados a todas as possibilidades de diálogos plurais entre sujeitos, informação e ambientes diversos. Contribuem para a construção de novos significados, estimulam novas práticas e novos saberes. Constroem novas atitudes e posturas. Repensam valores, condutas e ideias.

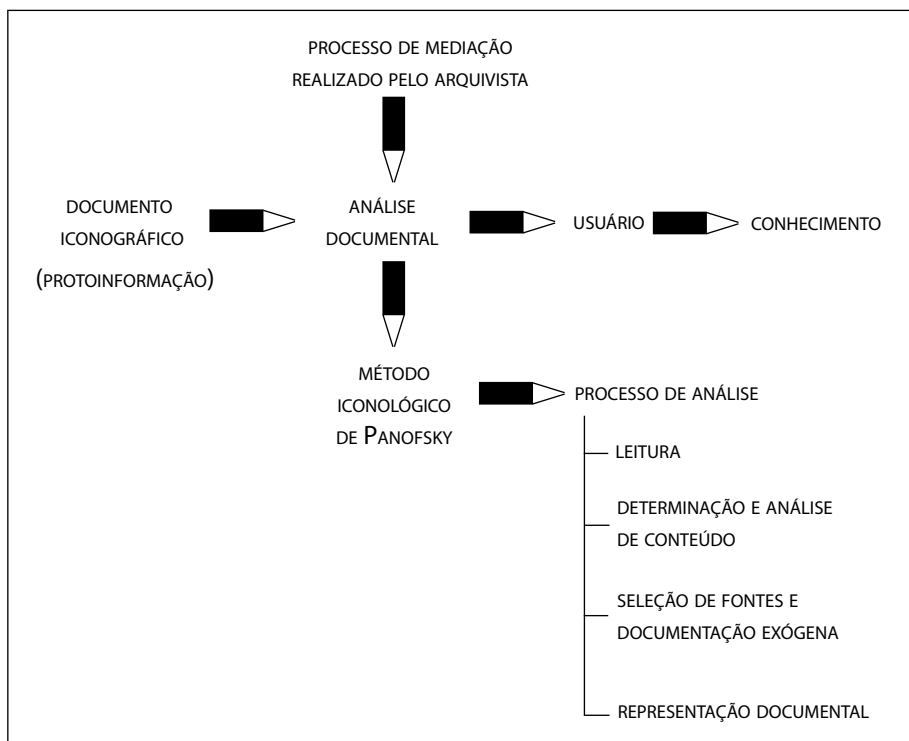
Desenvolver processos de mediação no âmbito das expressões em imagens nos coloca diante de diferenças, dos debates, análises e construção de novos referenciais, de sensações diversas, discursos e diálogos plurais; é compreender as adversidades, o pensamento do outro, dos outros. É experimentar o coletivo dialógico. As mediações proporcionam conhecer outras realidades, desconstruir valores arraigados, uma vez que lidamos com a heterogeneidade de concepções.

Os arquivistas devem pressupor que suas ações mediarão o conhecimento entre os documentos e seus usuários. Nessa relação, os procedimentos de análise documental de imagens contribuem para efetivar o acesso do usuário às informações de que precisa para apreender, transferir e transcender o conhecimento.

O processo de análise documental das imagens no âmbito dos arquivos deve sim ser compreendido como um processo de mediação, na medida em que colabora para que a informação em potencial registrada em suporte iconográfico (protoinformação imagética) chegue até o usuário para que, assim, se torne de fato uma informação e conseqüentemente gere conhecimento.

Por fim, entendemos que a análise documental de imagens nos arquivos como processo de mediação pode ser compreendida como uma ponte que interliga duas formas de comunicação distintas – visual e verbal. Ao realizar esse *link* semântico entre o visto e o escrito, o processo de mediação em questão acarretará a criação de uma interpretação do registro por parte do mediador-arquivista que será determinante para a acepção do usuário ante tal documento imagético e o posterior conhecimento engendrado a partir dele. A ilustração a seguir busca esquematizar e resumir a ideia central deste artigo.

Quadro 1 - A análise documental de imagens como processo de mediação nos arquivos



Fonte: elaboração própria.

Em suma, o que há de mais importante em todos esses processos é que o profissional da informação problematiza, organiza e estrutura a informação; e o pesquisador usa a informação, problematizando-a, organizando-a e estruturando-a segundo o enfoque historiográfico que esteja aplicando em sua leitura, análise e interpretação da imagem. Para a realização

efetiva e apropriada desses processos, é de vital importância a mediação da informação propiciada pelo tratamento documental e a análise documentária de imagens, que por fim tornará possível a informação se converter em conhecimento.

Referências

AGUSTÍN LACRUZ, M. C. El contenido de las imágenes y su análisis en entornos documentales. In: GÓMEZ DÍAZ, R.; AGUSTÍN LACRUZ, M. C. (ed.). *Polisemias visuales: aproximaciones a la alfabetización visual en la sociedad intercultural*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BOCCATO, V. R.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-152, 1998.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.

VALLE GASTAMINZA, F. *El análisis documental de la fotografía*. Universidad Complutense de Madrid. Versión 2001. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/artfot.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VARELA, A. V. *Informação e autonomia: a mediação segundo Feuerstein*. São Paulo: Senac, v. 1, 2007.

Recebido em 19/6/2018

Aprovado em 21/8/2018

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL
DIREITO À INFORMAÇÃO, À MEMÓRIA E À CIDADANIA
DOCUMENTATION CENTERS AND DOCUMENTARY HERITAGE
RIGHTS TO INFORMATION, MEMORY AND CITIZENSHIP

JANETE LEIKO TANNO | Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutorado em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Professora adjunta do colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp).

RESUMO

Discutem-se os centros de documentação e as implicações sobre as memórias preservadas e excluídas da sociedade, além dos seus significados nas disputas políticas, ideológicas e simbólicas. Observa-se que o papel político dessas instituições, inscrito nas linhas de acervos e nas formas de acesso às informações, está ligado ao fomento da cidadania e ao processo de construção de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: centro de documentação; memória; informação; cidadania.

ABSTRACT

It discusses documentation centers and the implications of memories that are preserved and excluded from society, as well as their meanings in the field of political, ideological and symbolic disputes. It is observed that political role of these institutions, registered into the guidelines of collections and in the ways of access to information, is linked to the promotion of citizenship and the process of building a democratic society.

Keywords: center of documentation; memory; information; citizenship.

RESUMEN

Se discuten los centros de documentación y las implicaciones acerca de las memorias que son preservadas y excluidas de la sociedad, además de sus significados en el campo de las disputas políticas, ideológicas y simbólicas. Se observa que el papel político de esas instituciones, inscrito en las líneas de acervos y en las formas de acceso a las informaciones está ligado al fomento de la ciudadanía y al proceso de construcción de una sociedad democrática.

Palabras clave: centro de documentación; memoria; información; ciudadanía.

INTRODUÇÃO

O momento político vivenciado no Brasil deixa claro o poder da mídia como um mecanismo de manipulação a serviço de determinados grupos no poder. Por outro lado, indica também que, graças às mídias alternativas que veiculam informações por outros meios, como *blogs* e *sites*, algumas possibilidades de acesso a outras versões de fatos e comentários não atrelados aos interesses de grupos elitizados que estão e esperam permanecer no poder ainda são possíveis. Em resumo, a informação e o seu acesso a todos os grupos em disputa na sociedade brasileira e mundial são instrumentos fundamentais de permanência ou inserção no poder.

Diante disso, pergunto quais histórias, memórias e experiências da sociedade brasileira permanecerão que possibilitem às gerações futuras condições de uma reflexão profunda, ampla, baseada na diversidade de visões de mundo e perspectivas diferenciadas de atuação política? Outras questões ainda podem ser pertinentes, como: qual a relação dessa realidade social e política com as várias instituições de coleta e guarda do patrimônio documental? Quais ações os centros de documentação, os museus, os arquivos podem adotar no sentido do fortalecimento da democracia no país?

Nesse sentido, um grande passo foi dado com a garantia de acesso às informações públicas por qualquer pessoa, física ou jurídica, prevista na lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. Lembrando que dar acesso à informação é garantir o direito à memória, à cidadania, à(s) identidade(s) que dizem respeito às histórias e experiências de um grupo social, étnico, religioso e cultural.

Neste artigo, então, refletimos sobre as funções dos centros de documentação e do seu patrimônio documental e o direito que todos os cidadãos têm à memória, à cidadania e à informação. Portanto, uma sociedade plenamente democrática também é construída por meio da guarda, preservação e acesso de memórias múltiplas, pelas possibilidades que criam de disputa imparcial entre os diversos setores da sociedade.

Assim, não estamos apenas defendendo a guarda e preservação das memórias dos grupos minoritários como um direito deles, isto é, grupos que estão excluídos da maioria dos espaços do poder – como mulheres, negros, indígenas, homossexuais –, mas também a possibilidade democrática de disputas entre as memórias sobreviventes em uma sociedade. O problema não é a guarda prevalente dos documentos e memórias dos dominantes, mas é não possibilitar que as memórias dos outros grupos sociais também sobrevivam, para atuarem de forma equânime no campo das disputas, dos confrontos políticos, ideológicos, sociais e culturais atravessados pelas memórias, cujos embates estão presentes no cotidiano (Paoli, 1992).

Em conformidade com a proposta do artigo, o conceito de memória empregado possui significados diversos como em Le Goff (2013), que ao discutir memória refere-a como registro de acontecimentos passados inscritos em diferentes suportes. Outrossim, a memória é utilizada como narrativa de certos fatos históricos, cujo conteúdo passou pelo crivo dos interesses de grupos, pessoas ou instituições, sendo assim também símbolo ou representa-

ção de algo glorioso que aconteceu, ou que não existe mais, mas que é perpetuado para a posteridade. Enfim, o conceito de memória utilizado é múltiplo e diz respeito aos diversos meios que o homem utiliza para a preservação de um passado e do seu poder.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E SEUS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

Em uma época em que praticamente todas as formas de manifestações humanas podem ser consideradas patrimônio cultural, perguntamos acerca do patrimônio documental e da sua preservação, porque, apesar de a Constituição de 1988 assegurar no artigo 23, inciso terceiro que “é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios: *proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos*” (grifo da autora), percebe-se, claramente, que a realidade aponta inúmeras perdas e destruições dos documentos, tanto públicos quanto privados, de instituições e pessoas. Dessa maneira, mais do que papéis, estamos perdendo as histórias e as memórias de inúmeras sociedades e grupos, das suas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, das suas lutas e conflitos, assim como de suas esperanças e sonhos. Dessa forma, as memórias vão se perdendo sem deixar rastros significativos que permitam às gerações futuras conhecer como homens e mulheres de outras épocas viveram suas vidas.

No Brasil, apesar dos inúmeros avanços na preservação do patrimônio cultural, incluindo aí o patrimônio documental, verifica-se que ainda há muito a ser feito, porque a despeito de existirem diversos instrumentos legais que garantem a guarda e a preservação dos documentos históricos, nitidamente há um descompasso entre a realidade e aquilo que está previsto em lei. Se, por um lado, há uma busca por tudo preservar, seja por meio da fundação de museus, centros de documentação e arquivos, públicos ou privados, por outro lado, vê-se um descaso, por parte tanto de instituições públicas quanto particulares, com a guarda e preservação do patrimônio documental. Se, na esfera estadual, tal preocupação consubstancia-se nos arquivos de cada unidade federativa, nos inúmeros municípios o mesmo não se verifica. Ao contrário, os documentos permanentes advindos das administrações municipais, em geral, não têm como destino um arquivo municipal.

Se observamos uma ânsia por tudo guardar, a destruição dos documentos das mais diversas procedências e tipos também é uma realidade. Curiosamente, convivemos com a destruição sistemática do nosso patrimônio documental em todas as esferas de poder – federal, estadual e municipal –, e ainda no âmbito das instituições particulares, em um momento altamente tecnológico que poderia garantir a preservação dos documentos, tanto antigos quanto atuais, de uma forma que nunca foi possível antes, como nos lembra Maria Otília Pereira Lage (2002).

Corroborando a importância que deve ser dada ao patrimônio documental, em uma perspectiva mais ampla, destacamos o programa Memória do Mundo, lançado pela Unesco em 1992 e que busca a identificação, a preservação e a acessibilidade do patrimônio documental mundial. Nesse sentido, no documento Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental, afirma-se:

A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – *seu patrimônio documental* – que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das conquistas da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura (2002, p. 5, grifos do original).

Segundo o programa, a preservação da memória coletiva mundial, ou de sociedades específicas, depende da guarda e preservação do patrimônio documental. Para que essa memória coletiva seja condizente com as diversidades étnicas e culturais presentes no mundo atual, é necessário que as instituições de guarda busquem preservar documentos dos mais diversos grupos e setores sociais estabelecidos em todos os países.

No Brasil, seguindo as diretrizes do programa, o Ministério da Cultura criou, por meio da portaria n. 259, de 2 de setembro de 2004, o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, que desde 2007 trabalha em busca da preservação da memória documental brasileira nominando vários arquivos de caráter público ou privado, institucional ou pessoal.

Renato Duarte, ao analisar o processo de patrimonialização de arquivos pessoais como patrimônio documental de uma nação, estuda a atuação do comitê. Assim, o autor buscou “identificar qual a representatividade e as características dos arquivos pessoais que os qualificam como patrimônios documentais” (Duarte, 2013, p.10).

A pesquisa, que abarcou o período de 2007 a 2010, verificou que o comitê nacional nominou 38 conjuntos documentais, dos quais 12 são arquivos pessoais. Dentre estes, à exceção de um único arquivo, todos pertencem a figuras de caráter histórico com projeção nacional, sendo que arquivos pessoais de personagens reconhecidas somente em suas cidades ou regiões não foram contemplados. Assim, de acordo com o autor,

em se tratando dos arquivos pessoais, é perceptível, em sua maioria, a apropriação de personagens que são ícones na história brasileira. Homens que já detêm suas honras legitimadas pela história.

Esta análise não se trata de desmerecimento dos conjuntos nominados pelo comitê nacional, mas de demonstrar uma continuidade daquilo que já é existente. Dentre estes conjuntos, há a preponderância de uma reafirmação da história vigente em detrimento das outras memórias sociais (Duarte, 2013, p. 193).

Se essas nomeações são legítimas e necessárias, percebemos também o quanto tais escolhas são problemáticas por um programa que visa, na preservação documental, às diversidades das memórias que compõem o mundo.

Em outro estudo, Talita Molina (2013), ao discutir a patrimonialização dos arquivos privados com base nos processos e inventários oriundos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), analisa as ações desses órgãos na preservação do patrimônio documental brasileiro e chega às seguintes conclusões:

No que se refere aos processos estudados nos órgãos de preservação, como o Iphan e o Condephaat, a quantidade reduzida de processos e seu espaçamento no tempo indicam que as ações desses órgãos quanto ao patrimônio documental eram residuais. E sem dúvida, a identificação de um número tão pequeno de processos relativos a acervos arquivísticos propõe questões sobre o lugar destes bens no interior das políticas de preservação do patrimônio nacional. O número de arquivos tombados é ínfimo, mesmo se considerarmos os avanços da questão na legislação, nas últimas décadas (Molina, 2013, p. 168-169).

Molina esclarece ainda que o Iphan, entre 1937 e 2009, tombou 1.047 bens e, destes, somente três são relativos a arquivos privados. Em relação à atuação do Condephaat, entre os séculos XVI e XX, dos 385 bens tombados, somente três dizem respeito a arquivos do mesmo tipo.

Sob a lei n. 8159, de 8 janeiro de 1991, que criou o Conarq e estabeleceu uma política nacional de arquivos públicos e privados, foi possível, a partir do instrumento “declaração de interesse público e social”, buscar a salvaguarda do patrimônio documental público e privado no país. Nessa perspectiva, Molina (2013) indica que esse órgão teve uma atuação mais efetiva em relação a patrimonialização de arquivos privados, visto que, apesar de ser a instituição mais nova em relação às outras, aprovou como de interesse público e social 17 arquivos privados.

Diante dos avanços e problemas considerados em relação ao patrimônio documental, o fato é que os especialistas, ao patrimonializarem certos documentos ou grupo deles, acabam por excluir outros. Se, por um lado, esse é um processo comum, considerado “normal”, já que não é possível guardar tudo, por outro, é necessário sempre perguntar quem e por que definiu o que será considerado patrimônio, seja em nível nacional, regional e local, como um questionamento constante e essencial para garantir o direito de todos ao passado, às memórias e identidades.

Tal questionamento vai além, pois neste mundo globalizado em que inclusive os bens patrimoniais tornaram-se mercadorias que atendem cada vez mais o mercado gerenciado por empresas, governos e instituições, que visam acima de tudo ao lucro, será possível falar em patrimonialização de bens com base no interesse coletivo, de uma maioria? Nesse contexto capitalista, no qual os bens simbólicos são também valorizados no mercado financeiro e nas disputas políticas e ideológicas, o que representa a prevalência de certas memórias e valores em detrimento de outras?

Nessa discussão, o patrimônio documental ganha importância significativa como referenciador de memórias, de valores, de símbolos e cultura de certos grupos estabelecidos em uma sociedade. Cabe aqui, então, refletirmos acerca dos “lugares de memória” e, mais especificamente, dos centros de documentação, que em geral são vinculados às universidades públicas, instituições que têm papel fundamental em uma democracia. Além da guarda, preservação e disponibilização das informações, quais as outras funções desses espaços em uma sociedade que se pretende democrática e menos excludente?

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL: PRESERVAÇÃO, PESQUISA E ACESSO À INFORMAÇÃO

No Brasil, a preocupação com a salvaguarda do legado passado para as gerações futuras nem sempre foi muito presente nas políticas dos vários governos, nos seus mais diversos níveis de atuação.

É a partir da década de 1970 que Camargo (2003) situa, por parte das instituições governamentais e das universidades, um esforço na criação de centros de documentação, memoriais e arquivos como parte de uma movimentação advinda das esferas do governo federal em prol da preservação da cultura nacional, em especial do patrimônio histórico, em um processo que buscava alargar o próprio conceito e abarcar manifestações culturais de grupos populares, até então fora da proteção dos bens tombados pelo Iphan.

Segundo Fonseca (2005), a noção de patrimônio existente desde 1937, quando foi fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), privilegiava a herança luso-brasileira, restringindo-se, principalmente, às expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas.

A partir dos anos de 1950-1960, a ideologia do desenvolvimentismo exigiu que os responsáveis pelo órgão desenvolvessem novas diretrizes de atuação, aliando valor cultural e valor econômico aos bens culturais, com maior participação dos governos estaduais. Iniciada nos anos de 1970, a descentralização dos órgãos responsáveis pela preservação foi se efetivando com o crescimento das secretarias de cultura e dos órgãos estaduais e municipais de preservação (Fonseca, 2005).

Outro avanço na política do patrimônio é realizado em meados dos anos de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), organizado fora do aparelho do Estado e com preocupações bem mais abrangentes do que a proteção dos bens patrimoniais das elites luso-brasileiras, como explicita a ideia de bem cultural, formulada pelo centro. Com isso, o fazer popular passou a ser percebido pela sua capacidade de gerar lucros e desenvolvimento, além do seu valor histórico e cultural (Fonseca, 2005).

Esse avanço deve ser observado no contexto de meados da década de 1970, momento em que a ditadura estava sofrendo várias críticas de grupos opositores e, segundo Maria Paula Nascimento Araújo (2007), marcado pela resistência e pela luta em prol da democracia. Nessa perspectiva, a autora discute os vários movimentos civis que se organizaram em busca de garantir direitos e pela volta da democracia, englobando velhos e novos atores, participantes da esquerda ou fora dela. Saliento aqui os movimentos de bairros e favelas organizados pelas associações de moradores, e as ações de minorias políticas que englobavam grupos feministas, gays e negros.

Podemos entender também as motivações por parte do CNRC, de buscar outras referências culturais para além da cultura elitizada, nesse contexto de mobilização civil e de busca de inserção nos espaços da sociedade mais ampla, por parte dos grupos minoritários.

Na mesma direção segue a análise de Zélia Lopes da Silva (2010) que, ao discutir os acervos de papel e seus lugares de guarda, aponta que mudanças significativas ocorreram na concepção de bens culturais a partir da década de 1970 diante das novas demandas sociais

de sujeitos que buscaram protagonismo de seus grupos e suas memórias. Assim, além de criações de novos lugares de memória, como o Arquivo Edgard Leuenroth, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o Museu Afro Brasil, pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Silva observa que os tradicionais espaços de guarda da memória nacional como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e os arquivos públicos de cada estado buscaram uma maior conexão com a sociedade mais ampla, por meio da criação de revistas impressas e eletrônicas, por meio de eventos, da promoção de concursos e de cursos na área de gestão documental e de educação patrimonial.

É nesse amplo movimento que os centros de documentação, na qualidade de espaços de guarda, preservação e disponibilização de documentos, foram sendo criados pelas universidades para viabilizar pesquisas sobre a história do país e para dar o direito de acesso aos cidadãos à informação de que necessitem.

Assim, as universidades resolveram, em parte, os problemas de acesso do pesquisador às fontes para seus trabalhos, além de cumprir importante papel de reunião, coleta, preservação e divulgação do patrimônio documental local e regional, que por falta de uma política de preservação por parte dos municípios, reforçada pela falta de verbas, sempre sofreu o descaso e a destruição irremediável.

Esse movimento tem uma importância fundamental, por vários motivos. Entre eles, pelo fato de os governos municipais raramente constituírem arquivos para preservar os documentos públicos, seja do Executivo ou do Legislativo. Devemos lembrar ainda de inúmeros outros órgãos públicos que operam nesse nível, além das instituições privadas, leigas e religiosas que atuam na sociedade local, os órgãos de imprensa escrita e digital: a maioria dessas instituições não preserva os documentos. Em parte, porque desconhecem sua importância, além da falta de verbas, de espaço físico e de profissionais habilitados, cenário que inviabiliza a constituição de qualquer órgão. É aí que entra o papel dos centros de documentação, situados em universidades localizadas em diversas cidades do país, como espaços privilegiados de preservação das memórias locais e regionais.

Ao tratarmos de um centro de documentação instalado em uma instituição de nível superior, faz-se necessário assinalar sua importância para o ensino e para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, como afirma Célia Reis Camargo:

No que se refere à pesquisa e ao ensino, a manutenção de órgãos especializados de apoio informativo e de espaços voltados para a reflexão e a produção de estudos interdisciplinares é requisito para a renovação e o aprimoramento institucional e para o avanço da produção intelectual. As novas feições assumidas pela construção do conhecimento científico, particularmente no que diz respeito aos métodos de trabalho, geram a necessidade de criar bases sólidas de informação, que se impõem como condição indispensável ao desenvolvimento institucional, científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional (Célia Reis Camargo, 2003, p. 26).

Ultrapassando os muros das instituições de ensino, ressaltamos também a ampla função social dos centros, arquivos, museus e bibliotecas como instituições que devem servir às diferentes demandas dos diversos grupos sociais. Mas o que diferencia uma instituição da outra? O que define um centro de documentação? De acordo com Belloto (2006, p. 39), um centro de documentação

é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados.

Para Viviane Tessitore, um centro de documentação é um órgão híbrido, com as seguintes características:

possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (Viviane Tessitore, 2003, p. 14).

A segunda definição é um pouco mais abrangente e está de acordo com a realidade desses órgãos no país, visto que a maioria preserva arquivos e coleções, públicas e privadas, e torna-se instituição que auxilia não somente pesquisadores, mas também outros grupos sociais com demandas diversas, diante dos documentos que armazenam, como, por exemplo, os processos criminais ou cíveis.

Consideramos ainda que a realidade dos centros de documentação no Brasil foge, em grande parte, às características apresentadas, visto que além de cumprirem com a finalidade de gerar informação, têm a função de guardar a memória, porque armazenam, tratam e disponibilizam arquivos originais. Além disso, nem sempre cumprem com a função de serem referenciadores de uma determinada especialização, pois muitos deles tornam-se uma instituição que reúne, de forma aleatória, conjuntos documentais relacionados a temáticas diversas, não se configurando como centros especializados em uma temática por não possuírem uma linha de acervo definida.

Camargo (1999) chama a atenção para a necessidade de um centro de documentação definir uma política institucional de informação baseada nas necessidades e exigências do público que o procura, considerando suas especializações, o perfil que construiu ao longo de sua formação. A importância da definição do perfil temático de cada centro está, exatamente, na possibilidade de facilitar sua política institucional de informação e de melhor atender seus usuários.

Um dos problemas em vários centros de documentação é que, ao longo de sua trajetória, seus acervos foram formados a partir de pesquisas de docentes ou doações de órgãos, públicos ou privados, que não sabiam o que fazer com o material. Isto é, a documentação foi sendo reunida de forma aleatória, de acordo com o que era recebido, e não a partir da definição de um tema de especialização, o que dificulta a disponibilização das informações.

Cacilda Maesima (2003), ao refletir sobre o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, indica que a indefinição temática do órgão é um dos problemas da instituição. Ao discutir as ações de ex-diretores, afirma que, durante a gestão de um deles, foi realizada uma triagem por meio da qual muito material sob a guarda do centro fora destinado a outros locais, mas, ainda assim, a indefinição temática permaneceu. Além disso, segundo Maesima (2003, p. 138), para um dos ex-diretores “é fundamental que um centro de documentação tenha suas linhas de pesquisa definidas, e que se especialize tematicamente, para que possa direcionar os seus recursos e possibilitar o aumento do acervo naquele sentido”.

A partir dessas reflexões, podemos considerar alguns problemas sobre os centros de documentação que não possuem linhas de acervos bem definidas: a reunião de documentos que são inexpressivos, seja pelo número reduzido ou pelo conteúdo pouco revelador, e ainda a dispersão de recursos em instituições onde a falta de verbas é crônica. E, por fim, um centro de documentação sem linhas de acervo bem definidas não consegue construir uma identidade que revele sua importância para a sociedade e para os pesquisadores.

Os centros de documentação, como uma das instituições que têm a função de proporcionar o uso social da informação para todos os interessados a fim de garantir o direito ao passado, devem estar em constante reflexão sobre os serviços prestados aos usuários.

A questão fundamental é tornar as informações contidas nos documentos de fácil acesso a todos. Tal função é realizada pela ciência da informação (CI) e, mais especificamente, por um dos seus campos de atuação, o estudo de usuários da informação.

Carlos Alberto Ávila Araújo (2010), ao discutir o conceito de informação para a CI, baseou-se nos três conceitos de Rafael Capurro: o físico, o cognitivo e o de fenômeno social. O autor observou, então, como estes se manifestaram nas subáreas da CI e buscou tal objetivo analisando os campos de pesquisa na área a partir dos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib). Dentre esses, o GT 3: Mediação, circulação e apropriação foi a base para o autor discutir o estudo de usuários da informação, a partir dos três conceitos de Capurro.

Segundo Araújo, tais conceitos serviram de base para a reflexão acerca do usuário das informações, sobre suas necessidades e suas formas de elaboração do conhecimento e de acesso às informações ao longo do tempo. Ainda que considere que um conceito não foi ultrapassado por outro, mas sim todos contribuíram para a consolidação da CI em suas várias subáreas, consideramos o conceito de informação social (fenômeno social) muito pertinente para se pensar os usos da informação pelos vários grupos sociais.

Assim, a informação percebida como uma construção social e coletiva, como um fenômeno social que circula e que é (re)construído constantemente pelos sujeitos a partir de suas experiências de vida, trabalho e cultura, é utilizada de acordo com seus interesses, co-

nhcimentos e competências, para auferir dividendos para si e para seu grupo social, político, econômico, étnico e religioso.

Portanto, as informações que circulam no meio social e que geram e solidificam determinados valores, símbolos, imagens e memórias têm uma tendência a permanecer, em detrimento de outras, que, por não serem utilizadas, (re)transmitidas, preservadas, se perdem no tempo e são esquecidas. Nessa perspectiva, perguntamos, então, quais papéis, políticos e sociais, os centros de documentação, os arquivos e outros espaços de guarda do patrimônio documental exercem diante de suas escolhas relativas às suas linhas de acervo e suas políticas de informação? O que significa guardar ou não determinado documento?

Se a ciência da informação, entre outras funções, oferece ferramentas para a gestão documental e para a construção dos instrumentos de pesquisa, isto é, possibilita formas de organizar as informações e dar acesso a elas, a história reflete acerca dos significados desses atos, que não são neutros e nem inocentes.

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: MEMÓRIAS E DISPUTAS DE PODER

Ao tratarmos do patrimônio documental e da sua preservação em uma instituição, estamos discutindo a preservação de algumas memórias e o sepultamento de outras. Tais questões sempre estiveram presentes nas sociedades desde tempos antigos, como nos lembra Le Goff:

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2013, p. 390).

Observamos, então, que o autor fala não somente da importância da preservação da memória para os grupos no poder, como também do esquecimento, da exclusão de outras memórias que possam entrar em conflito com a de outros grupos, que possam gerar disputas explícitas de memórias e colocar em cheque os donos do poder.

Nas disputas de poder e memória, os documentos guardados em instituições, públicas ou particulares, e até mesmo esparsos em inúmeros arquivos e domicílios, possuem um papel fundamental que, em geral, servem aos objetivos dos donos do poder, que consciente ou inconscientemente, os manipulam para preservação do *status quo*, ao longo do tempo. Assim, preservar ou não um documento não é mero acaso do destino e a citação de Marc Bloch é reveladora, nesse sentido:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos,

tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Marc Bloch, 2002, p. 83).

Portanto, o papel dos historiadores na análise crítica dos documentos é fundamental. Segundo Le Goff (2013), é necessário ler os documentos como monumentos, como instrumentos que servem ao poder e que estão diretamente ligados à preservação de uma memória única e excludente de todas as outras.

Diante do exposto, sublinhamos que, nas disputas pelo poder político, econômico e cultural, os documentos não têm nada de ingênuo ou neutro e servem a um ou outro grupo. É necessário, então, que a preservação e o acesso a documentos que expressem a diversidade da sociedade se tornem realidade para os pesquisadores ou interessados em geral, possibilitando observar que o ato de lembrar e esquecer, de falar ou silenciar não é algo natural que ocorre pelo passar do tempo, mas que são escolhas, conforme a citação de Bloch, do que deveria ser recordado com o passar das gerações.

Le Goff ressalta, ainda, o papel dos historiadores e daqueles cujo objeto ou fonte é a memória e concita todos a entrar na mesma luta, por uma sociedade mais democrática, ao assinalar que,

cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. [...]. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 2013, p. 436-437).

Acompanhando a ideia do autor, percebe-se a importância fundamental de um centro de documentação, visto que para que os pesquisadores possam usar o seu ofício “para a libertação e não para a servidão dos homens”, são necessários, entre outras coisas, documentos que possam ser acessados. Mais do que isso, os acervos dos centros de documentação devem espelhar a diversidade e multiplicidade de grupos étnicos, culturais, religiosos, políticos e de gênero que a sociedade brasileira possui. Todos têm direito ao seu passado, às suas memórias, a fim de que tenham condições de (re)construção de identidades individuais e coletivas.

Alessandro Portelli, ao tratar dos usos das memórias, usa a classificação da “memória como tranquilizante e a memória como perturbação”. Em relação ao primeiro uso, assentam-se as memórias impostas, congeladas e fixadas, conforme explicita:

É o que poderíamos chamar de *memória-monumento*: a memória praticada e frequentemente imposta pelas instituições, como comemoração e celebração do passado; narração da identidade nacional que só recorda aquilo que a orgulha, ocultando as sombras e as contradições (Portelli, 2016, p. 48, grifo do original).

O autor também esclarece que tal forma de uso pode ser individual, como um instrumento que o sujeito utiliza para conviver de forma tranquila com seu passado.

As memórias também podem ser percebidas como perturbação e, de acordo com Portelli, possuem função mais útil, pois servem “para nos incomodar, para colocar em dúvida as certezas que nos tranquilizam” (Portelli, 2016, p. 48).

Considerando as reflexões dos autores acima, percebemos as funções e usos das memórias, pessoal e coletiva, que são manipuladas de acordo com os interesses de cada indivíduo, grupo ou instituição. Se, por um lado, as memórias podem ser usadas para a manutenção do *status quo*, também têm o poder de incomodar, de provocar fissuras nas verdades naturalizadas e, portanto, de ensejar transformações.

Nesse sentido, os centros de documentação e outras instituições de guarda ganham significado político e simbólico na sociedade na qual estão inseridos. Em grande parte, cabe a eles promover a coleta, a guarda e a preservação do patrimônio documental em toda a sua diversidade. Mais do que isso, devem tornar acessíveis e fomentar a utilização das informações contidas nos documentos pelo maior número de cidadãos, ampliando o escopo de usuários e garantindo a igualdade de acesso aos bens culturais da nação, promovendo, assim, o direito à memória e ao pleno exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto centrou-se na discussão sobre os centros de documentação, a importância do seu patrimônio documental e as questões que cercam o acesso das informações pelos usuários, apontando que tais instituições possuem um papel fundamental no fomento da cidadania ao cumprir sua função de gerar informação para uso social, político e ideológico.

Reforçamos ainda que eleger o que será guardado e preservado constitui-se em ato político e de exercício de poder, com sérias implicações na sociedade, pois nem sempre os bens eleitos dizem respeito à cultura e memórias da maioria da população.

Se um longo caminho foi percorrido e muito se avançou nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro e, em especial, do patrimônio documental, observa-se que é necessário um repensar cotidiano, por parte dos dirigentes das instituições de guarda e preservação do patrimônio documental, diante da urgência em ampliar a coleta e preservação dos documentos relativos aos grupos minoritários da sociedade brasileira (negros, mulheres, indígenas etc.). O objetivo desse repensar cotidiano é que todos possam ter condições de disputas políticas, sociais, ideológicas e simbólicas com um mínimo de equidade possível, contribuindo-se, assim, para a construção de uma sociedade mais democrática, estável e menos excludente.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto A. O conceito de informação na ciência da informação. *Informação & Sociedade*. João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. 292p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 maio 2017.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CAMARGO, Célia. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999. p. 49-64.

_____. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Célia et al. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2017.

DUARTE, Renato Crivelli. *A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil da Unesco*. 2013. 222 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/CRIVELLI_R_A_institucionalizacao_do_arquivo_pessoal_Analise_dos_registros_Memoria_do_Mundo_do_2.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc; Iphan, 2005.

LAGE, Maria Otília P. *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Coleção: Cadernos NEPS 4. Núcleo de Estudos da População e Sociedade. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho: Guimarães, 2002. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 485-499.

_____. A ordem da memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 387-440.

MAESIMA, Cacilda. *Centro de documentação e pesquisa histórica universitários: um estudo de caso no C.D.P.H. da Universidade Estadual de Londrina*. 2003. 344 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2003.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público. caminhos da patrimonialização documental. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-174, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/522>>. Acesso em: 19 maio 2017.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Zélia Lopes da. A organização de acervos no tempo presente: a memória em papel e seus desafios. In: PELLEGRINI, Sandra de C. (org.). *Patrimônios culturais e museus: impasses e perspectivas*. Maringá: Museu Bacia do Paraná; UEM, 2010. p. 57-85. CD-ROM.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003.

UNESCO. *Memória do mundo*. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Brasil, 2002. Disponível em: <<https://mowlac.files.wordpress.com/2013/02/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

Recebido em 4/2/2018

Aprovado em 6/11/2018

EL DOCUMENTO DIGITAL COMO FUENTE DE MEMORIA ORGANIZACIONAL THE DIGITAL RECORD AS SOURCE OF ORGANIZATIONAL MEMORY

JUAN BERNARDO MONTOYA-MOGOLLÓN | Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Ciência da Informação pela Unesp. Historiador pela Universidad del Valle, Colômbia.

TELMA CAMPANHA DE CARVALHO MADIO | Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Livre docência em Documento Fotográfico pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora associada da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp.

RESUMO

Analisamos como os documentos digitais de arquivo, especialmente empresarial, estão sofrendo mudanças no suporte nas últimas décadas, como vão se converter em fontes de memória e de que maneira se está enfrentando esta mudança de paradigma. A transição de um suporte para o outro com as mesmas políticas de gestão documental gera um notável risco. O trabalho possui caráter exploratório e nele são analisadas as discussões dos principais autores sobre o tema e as alternativas de conservação e preservação.

Palavras-chave: memória; documentos digitais; conhecimento; empresas; gestão documental.

ABSTRACT

We analyze how digital records, especially business, are beginning to face changes from decades ago in regards to the support, how these documents will become sources of memory and how this paradigm shift is being addressed. The transition that is occurring from one support to the other with the same policies creates a great risk. The work is exploratory, since it analyzes the discussions of the main authors on the subject and it approaches alternatives of conservation and preservation.

Keywords: memory; digital records; knowledge; business; document management.

RESUMEN

Analizamos la forma en la que la documentación digital de archivo, especialmente empresarial, está comenzando a tener cambios desde décadas atrás en lo que concierne al soporte, como estos documentos se van a convertir en fuentes de memoria y cuál es la manera en la que se está afrontando este cambio de paradigma. La transición de un soporte para el otro con las mismas políticas de gestión documental genera un notable riesgo. El trabajo es de carácter exploratorio, ya que analiza las discusiones Omoria; documentos digitales; conocimiento; empresas; gestión documental.

INTRODUCCIÓN

El concepto de memoria tiene una diversidad de definiciones y de aplicaciones en diferentes campos de la sociedad. Existe, por ejemplo, la memoria biológica o memoria artificial. En términos generales, la definición que puede abarcar ampliamente este proceso se remite a “la capacidad de adquirir (adquisición), almacenar (consolidación), y recuperar (evocar) informaciones disponibles, sea internamente, en el cerebro o externamente, en dispositivos artificiales” (Silveira, 2008, p. 187).

Ahora bien, el tipo de memoria que abordaremos en las siguientes secciones será la de tipo memoria organizacional o empresarial, aquella que está conservada principalmente en soporte digital. ¿Y por qué memoria empresarial? Porque actualmente, si bien es cierto que se están observando avances en temas organizacionales, lo cierto es que aún falta mucho por hacer y estos espacios establecen procesos sociales que dan cuenta del avance de una pequeña comunidad, de una ciudad y hasta de una nación en términos culturales, políticos, económicos y lógicamente sociales.

Las empresas, independiente de su dimensión o sistema de producción, hacen parte dinámica de la sociedad en la que se establecen, y los colaboradores que trabajan en ellas no son actores pasivos con fines productivos, ya que impregnan esos espacios laborales de sus vidas personales, modificando con ello el espacio laboral según sus necesidades. Para ello, se establecen relaciones con otros individuos al interior, compartiendo información y conocimiento de una forma constante, recurso de vital importancia para la producción y posteriormente para la memoria de la compañía.

Así, esa información producida al interior de las entidades resulta de gran valor, ya que con ella se gestionan las actividades diarias, se proyectan análisis para observar el comportamiento en un lapso determinado de tiempo, se hace seguimiento a los procesos administrativos, se minimizan los riesgos con la planeación periódica, entre otros procesos. Por tanto, esa producción de información individual se socializa y se convierte posteriormente en información colectiva, es decir, configura el “cuadro social de memoria” – para utilizar los conceptos desarrollados por el sociólogo Maurice Halbwachs (1990) –, memoria que en muchas ocasiones no es conservada de la manera más adecuada.

Estas actividades se complejizan aún más cuando la información deja de producirse en soportes tradicionales para convertirse en transacciones digitales. Documentos, que, a diferencia del soporte en papel, dejan de ser tal y pasan a convertirse en procesos digitales, abarcando una heterogénea información producida en la denominada Era de la Información (Castells, 1996). Por lo cual diferentes autores problematizan el asunto determinando, en algunos casos, la imposibilidad de llevar a cabo una ideal organización del acervo documental digital.

El presente artículo está estructurado en cuatro secciones en las que vamos a describir la manera en la que el documento digital comenzó a ser parte vital al interior de las organizaciones y cómo este debe empezar a ser organizado y conservado como una fuente de alto valor para las compañías, al igual que el documento en soporte en papel. Inicialmente

discutiremos cómo la memoria colectiva es establecida en las organizaciones, generando información y conocimiento de forma permanente. En una segunda parte, estudiaremos la manera en la que el documento en soporte digital y en soporte papel aún conviven y se relacionan al interior de las compañías y la manera en la que se está llevando a cabo esta labor.

En un tercer momento, discutiremos sobre la importancia de la gestión documental. Cómo puede ser aplicada en los documentos digitales ya que sus procesos pueden ser, o no, diferentes. Por último, analizaremos las dinámicas propias de la producción documental digital y la manera en la que se está generando esa “nueva” memoria informacional, la cual hace parte de un pasado, rescatada en el presente y conservada para un futuro. Finalmente, daremos nuestras conclusiones del presente artículo.

MEMORIA COLECTIVA: UN CONCEPTO REVALIDADO EN LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN

¿Olvidar también es un proceso para recordar? Por lo menos, así lo explican algunos teóricos que analizan los procesos relacionados con la memoria. Actualmente, se discute si el olvido es una actividad biológica y por tanto innata del ser humano o, por el contrario, es un proceso que se hace de manera consciente para recordar solo aquello que nos conviene. Al respecto, se publicó un estudio donde se argumentaba que “la memoria funciona por asociación y cuando se trata de recuperar un recuerdo es posible que nuestro cerebro tenga que elegir entre varias memorias relacionadas que compiten entre ellas” (Mediavilla, 2015). Sin embargo, en ese mismo estudio leímos que las personas tenían también la capacidad de saber qué recordar u olvidar al momento de relatar una experiencia vivida. El recuerdo también es un método para olvidar.

Lo escrito anteriormente es interesante para retomar el concepto de memoria colectiva descrito por Maurice Halbwachs (1990). Concepto que continúa vigente en pleno siglo XXI y del cual se urge hoy en día, ya que se está percibiendo que el hombre unidimensional, definido por Marcuse (1971), continúa en su inevitable ascenso y se precisa de aquella memoria apoyada en otros individuos para mantenerla viva en el presente. En este sentido, Halbwachs (1990, p. 34) escribe que “inversamente, puede acontecer que los testimonios de otros sean únicos y exactos, y que ellos corrijan y reorienten nuestros recuerdos, al mismo tiempo que se incorporen a él”.

De la misma manera, este concepto ofrece la posibilidad de analizarse desde diferentes perspectivas sociales, ya que como lo argumenta la autora Myriam Santos (1998, p. 35), el concepto de memoria colectiva fue

desarrollado hace más de 70 años donde Halbwachs afirmó que todo lo que recordamos del pasado hace parte de construcciones colectivas del presente. Uno de sus grandes méritos fue haber escrito sobre memoria colectiva en una época en que la memoria era comprendida primordialmente como un fenómeno individual.

Contextualizando este concepto al ámbito organizacional, podemos establecer que este tipo de memoria es relevante, ya que en las actividades que desarrollan los colaboradores de una empresa de manera personal e individual, se trabaja con la memoria “de cada uno de sus integrantes que se reconocen como tales, y así, construyen las identidades individuales y la colectiva – imprescindibles para el desarrollo de la institución” (Oliveira, 2013, p. 261, traducido por los autores). Dentro de estas identidades, la información juega un papel protagónico, ya que se establece como fuente de memoria cuando se requiere recuperar información con un objetivo específico.

Siguiendo la explicación del autor Pierre Nora (1997), los individuos que crean, gestionan, distribuyen y conservan la información sin importar su soporte están inmersos en los lugares de memoria, “que ayudó por ejemplo, a consolidar la metáfora de una memoria colectiva, así como el concepto de memoria cultural (Kulturelles Gedächtnis) defendido por Jan y Aleida Assman” (Dodebei, 2010, p. 70, traducido por los autores).

Estos lugares de memoria dejaron de ser aquellos lugares organizados o no, donde se concentraba el acervo documental en soporte papel y se están convirtiendo actualmente en artefactos tecnológicos, como por ejemplo: discos duros, internet, intranet, extranet y también las nubes digitales (cloud computing), propias o pagadas a terceros para almacenar el cumulo de datos que se generan hoy en día en una cantidad supremamente mayor, comparada con la documentación analógica, debido principalmente a su “facilidad” para conservar teras y teras¹ de información de forma constante.

Actualmente este acervo informacional, que se establece no solo dentro de los sistemas de gestión de las compañías sino de internet en general, está comenzando a generar verdaderos dolores de cabeza al momento de querer recuperarla de manera exacta y a tiempo. El problema de raíz no radica solo en la actividad informacional que se encuentra en la red, sino en la forma en la que está estructurada actualmente al igual que los métodos o herramientas para recuperarla, los cuales no son los más indicados para hacer esta labor. Por tanto, desde algunos años atrás, la World Wide Web Consortium² (WWW), corporación encargada de administrar la web, liderada por Tim Berners-Lee, está implementando proyectos como la Web Semántica, para establecer un orden en la organización de la información de lo que algunos científicos llaman como la Acumulación Masiva de Datos (Big Data).

DOCUMENTO DIGITAL O DOCUMENTO EN PAPEL: EL NUEVO RETO DE LAS ORGANIZACIONES

A través de la historia, la memoria colectiva se ha desarrollado – y conservado en algunas ocasiones – en diversos soportes. En la antigüedad por ejemplo, la información era inscrita en discos de arcilla, lo cual daba la posibilidad no solo de guardar sino de

1 Tera es la abreviación de *terabyte*, que en este caso representa el valor aproximado de 1024 GB (*gigabytes*), equivalente al valor numérico de 1.099.511.627.776.

2 Disponible: <<http://www.w3.org/>>.

conservar y compartir esa información a través del tiempo. Era un método eficaz tal vez, sin estar consciente realmente de que aquello ayudaba a conservar la memoria de una determinada cultura.

Con el devenir del tiempo, las formas de conservar la información han avanzado de forma vertiginosa hasta el presente. Por lo cual, existe cierta resistencia cuando se cambia de paradigma y se observa una nueva forma de ver y conservar la información como se describe en las siguientes líneas:

En el *Fedro*, de Platón, Sócrates lamenta el desarrollo de la escritura. Temía que, a medida que la gente empezara a confiar y depender de la palabra escrita como sustituto del conocimiento que solía tener en su cabeza, así mismo, en palabras de uno de los personajes del diálogo, “dejarían de ejercitar la memoria y pronto se tornarían olvidadizos”. Y debido a que, por lo tanto, estarían en capacidad de “recibir una buena cantidad de información sin la debida instrucción”, los susodichos “se considerarían muy entendidos siendo en el fondo ignorantes”. Es decir, “serían seres llenos de presunción de sabiduría en vez de seres poseedores de sabiduría auténtica”. Sócrates no estaba equivocado: la nueva tecnología sí tuvo a menudo los efectos que él temía. Pero fue un poco miope: no pudo anticipar las muchas maneras en las que la escritura y la lectura contribuirían a la divulgación de información, a propagar nuevas ideas y a extender el conocimiento humano (si bien no necesariamente la sabiduría) (Carr, 2010).

En nuestros días, existe una discusión parecida a la de la anterior cita, donde se argumenta que las redes sociales están limitando la capacidad de las personas para contextualizar la información que se ofrecen en estas plataformas, ofreciendo solo retazos de información y bombardeando constantemente a los usuarios con noticias que en ciertas ocasiones resultan superfluas.

El autor Walter Benjamin (1987) estableció una discusión similar a comienzos del siglo XX, en la que explicaba que la capacidad de los individuos para relacionarse socialmente dentro de una comunidad había sido alterada y debilitada, debido principalmente a que la información no era transmitida por medio de la oralidad de narradores con la facultad de intercambiar experiencias. En este sentido, el autor relataba que la información

cada mañana nos instruye sobre las novedades del orbe. A pesar de ello somos pobres en historias memorables. Esto se debe a que ya no nos alcanza acontecimiento alguno que no esté cargado de explicaciones. Con otras palabras: casi nada de lo que acontece beneficia a la narración, y casi todo a la información. Es que la mitad del arte de narrar radica precisamente, en referir una historia libre de explicaciones (Benjamin, 1987, p. 203).

Cada cambio de paradigma genera un nuevo problema en la sociedad y, en el campo de la información, los desafíos que surgen día a día son constantes. Debido principalmente a la convivencia entre lo tradicional y lo novedoso: la información en soporte de papel y la infor-

mación en soporte digital, los cuales están en proceso de transición, en el cual el segundo está superando ampliamente en producción al primero. En este sentido, cabría preguntarse si finalmente ¿el documento digital terminará imponiéndose como el único soporte en la llamada era de la información y/o del conocimiento? Y si es así, ¿cuál sería la forma más adecuada de mantener la memoria de esta información digital?

Para dar un acercamiento a estos interrogantes, sería necesario profundizar en cómo se está produciendo y gestionando los documentos digitales en el contexto organizacional y si tiene la misma confiabilidad del soporte analógico. Gracias a las experiencias obtenidas en algunas entidades privadas, por lo menos en lo que respecta a algunos países de América Latina, la documentación digital comenzó a producirse como solución ante los constantes problemas que se estaban presentando con los documentos en soporte físico, principalmente con su conservación y recuperación. Aunque existieron algunas normas y políticas para su conservación, lo cierto es que pocas veces fueron correctamente aplicadas.

Para dar una contextualización del documento digital respecto al de papel, se toma la idea del autor Alejandro Delgado (2011, p. 8), quien explica que en el documento digital interviene un agente en la producción, conservación y gestión. Agente que en el soporte papel era casi inexistente: la tecnología. Para el caso de los procesos de la información, se comprende como los sistemas electrónicos, que complejizan los sistemas de archivo, creando ambigüedades en los documentos originales para garantizar su confiabilidad. Este tipo de procesos están modificando las relaciones entre los documentos en soporte digital y los de soporte en papel, en la forma en que son controlados, recuperados y utilizados.

Los conceptos estudiados en lo que respecta a la documentación están pasando por un proceso de transformación o validación. Esto es perceptible principalmente cuando se habla por ejemplo de gestión documental. La cual parece, ha sido modificada en la actualidad por la gestión informacional como una

sustitución de la lógica instrumental patente en las expresiones “gestión de documentos” y “gestión de información” por la lógica científico-comprensiva de la información, esto es, la información social está implicado en el proceso de gestión de cualquier entidad organizacional, por ello las prácticas/procedimientos informacionales se derivan y articulan con las concepciones y prácticas de los gestores y agentes, con la estructura y cultura organizacionales, por lo que el deber del archivista es en lugar de imponer reglas operativas, debe comprender el sentido de tales prácticas (Silva; Ribeiro, 2000, p. 14, traducido por los autores).

De la cita anterior se puede inferir que la producción del documento digital, en especial al campo organizacional, no solo modificó la manera en la que se generaba la información, la alteró de la misma forma en: 1. su cultura organizacional, modificando igualmente las relaciones de los trabajadores dentro de las empresas; 2. la comunicación con los entes externos como clientes, proveedores, comunidad, entidades de control y vigilancia etc.; y 3. el papel del gobierno para implantar nuevas normas entorno a este tipo de soporte.

La discusión sobre esta transición informacional va de la mano con la transición de un siglo al otro, junto con el progreso tecnológico que este trae consigo. Se puede apreciar en la cita siguiente la forma como las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs), impactaron profundamente este proceso:

Se nota que la idea duradera, estática y unidimensional de la documentación (mensajes en soporte papel) comenzó a ser directamente “atacada” a partir de finales del siglo XIX con la telegrafía sin cables, la fotografía, el cine y la radiofonía, pero solo la generalización del microfilme después de la Segunda Guerra Mundial, el nacimiento y la rápida difusión de la televisión y la posterior emergencia de las Tecnologías de la Información, le daría un golpe que nos parece letal. Las nuevas tecnologías y su interacción dinámica con las tecnologías precedentes, trajeron para un primer plano un fenómeno/proceso social tan antiguo como el propio *homo sapiens sapiens* y durante siglos, “ocultado” por la envoltura o “capullo”, esto es, por el soporte material de las palabras y de las imágenes. Se dio, pues, la plena aparición de la información social fácilmente transferible de un soporte para otro y hasta simultáneamente circulable en todos ellos (Silva; Ribeiro, 2000, p. 11, traducido por los autores).

Es importante resaltar igualmente que las ventajas que ofrecía en un comienzo la información digital están empezando a ser objeto de críticas, principalmente por su incerteza de conservación a largo plazo, especialmente por: 1. su dificultad de interoperabilidad entre los sistemas; 2. por la poca confianza que suscita la información en plataformas digitales, debido a la posible alteración que puede ocurrir en cualquier momento de forma mal intencionada; 3. por la facilidad con la que se puede perder la información con solo un clic; y, 4. porque el individuo ya no aparece como el principal mediador de la información, ahora la máquina media entre el documento y el usuario.

El desafío que se está afrontando y que debe ser constante hacia el futuro es la continua preparación de los profesionales de archivística y de ciencias de la información para incorporar herramientas conceptuales y prácticas, con el objetivo de conservar adecuadamente no solo los documentos físicos (los cuales seguramente van a dejar de producirse), sino los documentos digitales. Como describimos en las anteriores líneas, su organización, conservación y recuperación es más compleja de lo que se piensa.

GESTIÓN DOCUMENTAL DIGITAL ORGANIZACIONAL

Las normas, leyes, políticas, comunicados, circulares, investigaciones en el campo archivístico, entre otras fuentes de ayuda para la organización documental, han servido notablemente para que los archivos de las empresas hayan empezado a estructurar su información de una manera adecuada. Sin embargo, aún falta mucho por hacer, ya que algunas organizaciones han adoptado este tipo de reglamentaciones de manera superficial. Se toman no como un mecanismo que pueda dar importantes ventajas y rentabilidades a corto plazo,

sino como una imposición que se da por parte de entidades públicas y privadas para auditar y controlar la información que se gestionan durante las actividades ocupacionales.

Es comprensible que las empresas, específicamente sus empleados, no apliquen estas normas de una manera adecuada. En la mayoría de las veces son contratados para actividades específicas donde no se establecen en sus descripciones de cargo la responsabilidad para llevar a cabo la gestión documental. Muchas veces también, no se capacita a los funcionarios en temas de organización documental para que ellos lo realicen durante sus procesos laborales. Por tanto, muchas veces se deja a elección personal y subjetiva la estructuración de la heterogénea información que es producida.

Los problemas se incrementan cuando se debe recuperar esa información. Toda la estructura organizacional en algún momento debe responder ante las diversas solicitudes por parte de una entidad externa o de una persona natural que precise de determinada información. Los ejemplos son variados: los departamentos de recursos humanos deben dar respuesta ante la solicitud de documentos relacionados con sus empleados, o por parte de los ministerios del trabajo; los departamentos de contabilidad, cuando son solicitados por un control interno o externo, o cuando hay una actividad contable diferenciada; las áreas de impuestos, cuando deben declarar los activos y pasivos de la empresa o deben pagar sus periódicos impuestos; las gerencias generales, cuando deben hacer un rendimiento de sus cuentas ante las entidades gubernamentales, ante sus propios empleados o incluso, ante la comunidad en ciertos casos.

La información, a pesar de ser un activo valioso, en muchas ocasiones es valorada cuando la misma sirve para dar cuenta de sus procesos o labores diarias. Lo anterior es soportado en un informe realizado en el año 2014 a empresas norteamericanas y europeas, donde el resultado no fue del todo alentador:

Sin embargo, en un panorama de la información caracterizado por un crecimiento del volumen, un incremento de la velocidad y un aumento de la variedad, gestionar bien la información supone un reto significativo y complejo para las empresas de todo el mundo, independientemente del tamaño o del sector. Teniendo en cuenta esta complejidad, no resulta sorprendente que las amenazas para la información estén aumentando. Y aquí es donde está el dilema: las empresas esperan obtener una ventaja competitiva con la explotación de su información, pero deben protegerla de las amenazas internas y externas. La información debe guardarse y protegerse para satisfacer los requisitos normativos y garantizar la ventaja competitiva, pero también debe liberarse para promover la innovación, mejorar la eficiencia de la cadena de suministro, entrar en nuevos mercados y atraer a nuevos clientes.

Nuestro reciente estudio, encargado por *Iron Mountain*, presenta el primer índice de madurez del riesgo basado en entrevistas realizadas a 1.800 directivos de empresas de Europa y Norteamérica. Con solo 58,8 sobre una puntuación máxima posible de 100, el resultado del índice combinado resulta bastante decepcionante a primera vista (*Iron Mountain*, 2014).

Contrario a lo que se pensaba, las oportunidades de mejora no solo se observan en empresas de América Latina. Compañías de países potencia también adolecen de procesos en temas de organización documental que puedan responder ante los embates de la sociedad de la información.

Es en este sentido que se establecen los procesos de la gestión documental, la cual ha desarrollado nuevos mecanismos que puedan abarcar los fenómenos de la reciente documentación digital en el dominio empresarial. Para que esos documentos digitales puedan ser tratados dentro del campo archivístico, deben ser:

- Auténticos, es decir, se puede demostrar que son lo que pretenden ser;
- Completos, es decir, no se ha añadido a, ni se ha quitado del documento original;
- Accesibles y comprensibles, es decir, existe alguna tecnología que permite reproducir el documento original, y que su contenido siga teniendo sentido para quien acceda a él;
- Procesables, es decir, se puede procesar el documento digital, aun cuando no está disponible el software original; y
- Potencialmente reutilizables, es decir, el usuario puede extraer información del documento digital, o se puede interactuar con este haciendo uso de un sistema actualizado (Delgado, 2011, p. 14-15).

Los atributos descritos anteriormente deben estar inmersos dentro de diferentes contextos para que sean entendibles y articulables. Los contextos se definen desde un ámbito global y terminan en un aspecto particular para que los mismos sean justificables. De esta manera se puede decir que estos están definidos como: jurídico-administrativo, de procedencia, procedimental, documental, y tecnológico; con lo cual se observa desde ya la diferencia con la gestión documental tradicional, principalmente con los conceptos de ciclo de vida de los documentos, su naturaleza orgánica, la jerarquía y sus descripciones, y los respetos de los principios de procedencia y orden original (Delgado, 2011, p. 18). Este cambio conceptual complejiza aún más la labor archivística de los profesionales, ya que deben aplicar dos tratamientos diferenciados en los entornos físicos y los digitales.

La producción de los documentos digitales ha modificado el orden establecido de las empresas, comprometiendo cada vez más a los gestores de estas, a revisar sus políticas para que haya:

- facilitación de la gestión de los documentos para saber qué rol debe asumir el archivo;
- valoración para determinar qué criterios seguir;
- adquisición, para adoptar las estrategias más adecuadas en cada circunstancia;
- descripción, para emplear los formatos que mejor se adaptan a la documentación y a las necesidades del archivo;
- preservación, para implantar las estrategias que mantengan mejor la integridad física e intelectual de los documentos en el tiempo; y
- difusión, el acceso y la recuperación, para adoptar las estrategias que darán mejor esos servicios (Marcos, 1999).

Los conceptos aplicados en la gestión documental de los documentos en soporte papel pueden ser, en algunas ocasiones, emulados para la organización de los documentos digitales. La información digital también posee un ciclo de vida determinado antes de su disposición final. Bien sea para su conservación como memoria de la compañía o su destrucción después de cumplir sus valores primarios y/o secundarios. Si la información cumple con atributos especiales que dan cuenta de la memoria y de la cultura organizacional de la empresa, se debe contar con herramientas tecnológicas que puedan conservar permanentemente esa información.

Los sistemas tecnológicos tienen un tiempo de caducidad muy corto a diferencia de los soportes en papel. Sin embargo, se debe tener en cuenta que no toda la información va a ser conservada por un tiempo indefinido; las empresas deben establecer herramientas tan eficientes como por ejemplo las tablas de retención documental, los planos de clasificación documental, los inventarios documentales, entre otros, para que den cuenta de la vida del documento tanto en soporte digital como físico. El concepto por ejemplo, de la interoperabilidad semántica, es una interesante propuesta, ya que brinda la posibilidad de migrar la información de un sistema a otro, en caso de que sea requerida. Por tanto el archivista debe asumir esos nuevos desafíos que genera la información digital en el presente para que la misma sea conservada de manera integral.

MEMORIA ORGANIZACIONAL BASADA EN LOS DOCUMENTOS DIGITALES: ¿SE PIERDE O SE GANA?

Como subrayamos al inicio del presente trabajo, la memoria organizacional es una actividad que se genera de forma individual para luego convertirse en una memoria colectiva. Necesita ser apoyada por la totalidad de actores que se encuentran dentro de una organización para que obtenga una identidad cultural, independientemente de su tiempo de constitución empresarial. De esta manera, los documentos se erigen como la fuente principal para que esta memoria sea destacada no solo en el ámbito empresarial sino por fuera de ella.

Por tanto, con el objetivo de que esta memoria sea recuperada y usada de forma eficaz, es preciso que los procesos de gestión documental sean aplicados de manera recomendable sin importar el soporte en el que se encuentre la información. La memoria organizacional va a contribuir en la gestión del conocimiento, permitiendo asimilar las contingencias que probablemente se van a presentar en las dinámicas empresariales:

la práctica de gestión que tiene como base la preservación y protección de la memoria es relevante para los procesos de toma de decisiones, sobre todo por contribuir con diversas áreas. Una memoria institucional efectiva necesita tener su acceso disponible para los demás colaboradores de una empresa, garantizando su protección y preservación futuras. Esa preocupación con la preservación de la memoria ya venía siendo alertada por Atkinson a finales de los años 1990: ...No es simplemente ayudar al futuro a comprender el pasado, es también proporcionar al futuro la capacidad de comprenderse –ofrecer una

base de conocimiento sobre el cual el futuro pueda construir y con el cual pueda compararse y así, identificarse y definirse. Orwell tenía razón: aquel que controla el pasado controla el futuro. En este sentido, seremos nosotros que, ciertamente, controlaremos el futuro, porque el futuro solamente será capaz de comprender e identificar, con base en aquello que le ofrecemos a él (Oliveira, 2013, p. 261, traducido por los autores).

La cita anterior es interesante porque analiza la función de la memoria organizativa como una importante fuente para el futuro empresarial. Su contribución se enfoca igualmente en rescatar aquella memoria corporativa como una base de conocimiento en el presente para controlar o asimilar el futuro, una idea igualmente compartida por el autor Armando Silva (2006), cuando habla de la relación de la memoria empresarial para el éxito operacional de la empresa:

A través de una fórmula simple – $p(\text{asado}) + p(\text{resente}) + f(\text{futuro}) = e(\text{mpresa}) f(\text{uerte})$, o sea, $p+p+f=ef$ – diseñamos como estrategia inaplazable una gestión de información que adicione en permanencia tres variables elementales – recolección prospectiva de información válida en el futuro, circulación eficiente del flujo informacional actual y recuperación ágil y exhaustiva de la información antigua – de modo a contribuir para una empresa fuerte, sólida y bien adaptada a los desafíos permanentes (Silva, 2006, p. 12, traducido por los autores).

Observamos en la inclusión del concepto información como una base para la conservación de la memoria. Complementando las ideas ofrecidas por los dos autores Silva (2006) y Oliveira (2013), en la generación de conocimiento organizacional se observa un ciclo definido como: una serie de datos que pueden ser recolectados para darles sentido y convertirlos en información, información recolectada, analizada, dotada de sentido y compartida para que genere conocimiento, conocimiento como fuente vital de memoria corporativa, y memoria como fuente de datos. En este último punto el ciclo comienza de cero.

Los autores Héctor Andrés Melgar, Fabiano Duarte y Roberto Carlos dos Santos (2011, p. 7) explican que, para el caso de la información digital en las organizaciones, la memoria organizacional se encuentra en aquellos repositorios que deben nacer de la integración de los diferentes legados, enriquecidos por las nuevas informaciones y metadatos, que permitan la recuperación de conocimientos útiles y/o documentos en una situación determinada. Estos repositorios están caracterizados por la heterogeneidad de conocimiento (proyectos, competencias, procesos) y sus formas de representación (textos, hipertexto, correos electrónicos, entre otros).

Sin embargo, las críticas siguen aumentando en este ámbito ya que hay una conducta desmesurada en dejar que los seres humanos estén al servicio de la tecnología y no la tecnología como una herramienta al servicio del ser humano. Los dispositivos tecnológicos se convirtieron en una extensión (prótesis) del cuerpo humano, donde con dificultad nos podemos desligar:

Este estudio se justifica, pues una vez que convivimos con realidades complejas, pero que tienden a la simplificación o a la banalización, en el enmarañado de signos que caracterizan nuestra época. Si por un lado es posible observar, sin grandes dificultades, la avalancha informacional que nos arrasa y deja marcas indelebles en nuestro cotidiano, por otro lado, no es difícil también la percepción de las dificultades que destruyen nuestros procesos de construcción de significados, por faltas de referenciales que permitan dar sentido a las informaciones. Así, si vivimos en un momento privilegiado desde el punto de vista de posibilidades de acceso a la información, vivimos grandes dificultades para su apropiación y significado (Paiva, 2014, p. 4997, traducido por los autores).

Lo anterior, es una discusión dada cada vez que hay un cambio de relevancia en el campo de la información, y hoy más que nunca, estamos en ese punto de inflexión donde se hace necesario la emergencia referencial que ayude a establecer los mecanismos para la conservación de la memoria.

Por el momento, podemos argumentar que los documentos digitales en las empresas pueden dar cuenta de la memoria colectiva que se precisa. Los mecanismos jurídicos, administrativos, legales, entre otros, pueden ayudar a soportar la confiabilidad del documento digital y se están aunando importantes esfuerzos para conseguir que la información se desenvuelva como la de mayor importancia en el campo organizacional.

CONCLUSIONES

En este trabajo analizamos la forma en la que la memoria empresarial hace parte fundamental para generar identidad y sentido de pertenencia dentro de las organizaciones. Para que la misma sea conservada es necesario que cuente con la debida organización de la información sin importar el soporte en la que se encuentre.

Lo que podemos analizar actualmente es la convivencia permanente por estos tiempos entre la información digital y física, ya que se está pasando por un momento en el que una está consolidándose y la otra está en su proceso final de producción. Así, la labor del profesional va a ser muy importante para apoyar los procesos documentales que van a cambiar el pensamiento y la forma de actuar en la cultura organizacional del siglo XXI.

Las informaciones de las entidades tanto privadas como públicas hacen parte de la construcción de memoria de cualquier nación. Necesitamos estudios teóricos y aplicados que puedan ofrecer metodologías de análisis para crear la mejor forma de conservar la memoria de las diversas instituciones. Sobre todo, en estos nuevos soportes que pueden ser eliminados fácilmente. Esta memoria social que necesitamos construir para el futuro necesita de estudios de los profesionales en bibliotecología, archivística, museología, entre otros profesionales, para garantizar su conservación y preservación. Una urgencia marcada incluso por la Unesco en sus diversas directrices.

Referencias

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica. Arte e política* (3ra ed.). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARR, Nicholas. ¿Será que Google nos está volviendo estoopidos? *Revista Arcadia*, 15, 2010. Disponible: <<http://www.revistaarcadia.com/periodismo-cultural-revista-arcadia/articulo/sera-google-esta-volviendo-estoopidos/21228>>.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura. La sociedad red. v. 1*. México: Alianza Editorial, 1996.
- DELGADO, Alejandro. *El documento electrónico en la sociedad de la información*. México, DF: Archivo General de la Nación, 2011. Disponible: <<http://www.himfg.edu.mx/descargas/documentos/planeacion/Documentoelectronico.pdf>>.
- DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. In: MURGIA, Eduardo Ismael (org.) *Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus*. São Paulo: Compacta, 2010.
- FRANÇA, Henrique; GALYNDO, Marcos. O lapso da memória: um estudo sobre a preservação digital e o acesso a uma hemeroteca jornalística. *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB (GT10)*. Rio de Janeiro, 2010. Disponible: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3622/2746>>.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2 ed. Traducido por L. L. Shaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- IBÁÑEZ, Oscar; RINCÓN, Erick. El acto administrativo electrónico y las nuevas tecnologías de la información. *Revista Civilizar*, n. 7, U. S. Arboleda, Ed., p. 1-36, 2004. Disponible: <http://www.usergioarboleda.edu.co/civilizar/Acto_Administrativo_Electronico_Nuevas_Tecnologias_Informacion_opiniones.htm>.
- MARCOS, Mari Carmen. Los archivos en la era digital. *El Profesional de la Información*. 1999. Disponible: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/1999/junio/los_archivos_en_la_era_digital.html>.
- MARCURSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. *Delete: the virtue of forgetting in the digital age*. United Kingdom: Princeton University Press, 2009.
- PIMENTA, Ricardo Medeiros. O dilema entre a recuperação e o apagamento da informação na era digital: perspectivas em construção. *XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB (GT10)*, p. 4776-4793. 2014. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da (Ancib) e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG). Disponible: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>>.
- MEDIAVILLA, Daniel. Olvidar es necesario para guardar los recuerdos relevantes. *El País*, 2015. Disponible: <http://elpais.com/elpais/2015/03/17/ciencia/1426594318_686244.html>.
- MELGAR-SASIETA, Héctor; BEPLER, Fabiano; PACHECO, Roberto. A Memória organizacional no contexto da engenharia do conhecimento. *DataGramaZero. Revista de Informação*, 12(3), 2011. p. 1-18. Disponible: <http://www.dgz.org.br/ago11/Art_06.htm>.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. São Paulo: Proj. História, 1993.

OLIVEIRA, Simone Rosa de. Memória institucional: um lugar de (re) construção de uma memória coletiva? In: SOUTO, Leonardo *Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. p. 312.

PAIVA, Simone. Informação e memória e a construção de sentidos na contemporaneidade. XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB (GT10). Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG). Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib), 2014. Disponível: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>>.

REID, Claire; TROMBLEY, Sue; TOON, Christian. *Más allá de las buenas intenciones*. Una introducción al índice de madurez del riesgo de la información. 2014. Disponível: <<http://www.ironmountain.es/Knowledge-Center/Reference-Library/View-by-Documents-Type/Infographics/I/Iron-Mountain-and-PWC-Information-Risk-Maturity-Index.aspx>>.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. *Das "ciências" documentais à "ciência" da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre as autonomias das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 1998. p. 1-16. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300010&script=sci_arttext>.

SILVA, Simone da; NOVY, Gabriel; CARDOSO, Ana Maria. Memória institucional e recursos digitais. XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB (GT10). Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG). Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib), 2014. p. 4.959-4.970. Disponível: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>>.

SILVA, Armando Malheiro da. O futuro das empresas com memória. Um modelo sistêmico e interativo para toda a informação empresarial. *Arqueologia Industrial*, 2 (1-2), 2006, p. 9-14. Disponível: <http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=64578>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. A avaliação em arquivística. Reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas A&B* (2), 2000, p. 57-113. Disponível: <<http://revistas.ua.pt/index.php/paginasab/issue/view/111>>.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.

VAN DIJCK, José. *Mediated memories in the digital age*. California: Stanford University Press Stanford, 2007.

Recebido em 22/3/2018

Aprovado em 31/10/2018

TRANSVERSALIDADES ENTRE O ARQUIVO E A CUSTÓDIA AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA ARQUIVOLOGIA TRANSVERSALITIES BETWEEN ARCHIVE AND CUSTODY THE CHANGES OF PARADIGMS IN ARCHIVAL SCIENCE

SILVA, Margareth da. *O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói: Eduff, 2017.

ROSALE DE MATTOS SOUZA | Doutora em Ciência da Informação (UFRJ-Ibict) e professora adjunta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

O livro *O arquivo e o lugar* é resultado da tese de doutorado da professora Margareth da Silva, defendida na Universidade de São Paulo, e tem reflexões muito oportunas a partir de sua atuação como arquivista no Arquivo Nacional, e professora e pesquisadora na Universidade Federal Fluminense. A tese preenche uma lacuna com relação às discussões epistemológicas na arquivologia, em particular sobre as questões conceituais que envolvem a custódia, o arquivo e os marcos teóricos da área.

Silva (2017) apresentou como problema as relações que envolvem o arquivo e o seu lugar de custódia. Quanto à metodologia, é uma pesquisa exploratória, em que arquivo e custódia são analisados como termos de forma interdisciplinar, envolvendo a arquivologia, o direito e as tecnologias da informação e comunicação, além do levantamento da trajetória histórica dos arquivos.

A professora participou da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), associada ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), sempre preocupada com o lugar dos documentos digitais, sua preservação, autenticidade e fidedignidade. O trabalho de pesquisa se justifica por refletir os impactos e os desafios das tecnologias da informação nos arquivos, nas instituições arquivísticas e nos arquivistas, no que dizem respeito às relações entre arquivo e custódia.

No primeiro capítulo, “A custódia como guarda e proteção aos arquivos”, a autora buscou enfatizar os aspectos etimológicos, da origem e evolução das palavras, com base em dicionários de arquivologia e jurídicos, como uma metodologia de trabalho para analisar os termos, os significados e as relações entre eles. Em dicionários e léxicos nacionais e internacionais foram analisados os termos custódia e custodiador e discutidos outros termos que orbitam em torno destes, como vigilância, proteção, guarda, cuidado, preservação e segurança. Foram produzidas nuvens de termos para dar maior visibilidade da reflexão ao leitor.

No segundo capítulo, “O arquivo como lugar e conjunto orgânico de documentos: uma abordagem etimológica”, foi abordado o termo arquivo, assim como o conceito de custódia foi analisado no capítulo anterior, baseado em léxicos e dicionários nacionais e internacionais, buscando refletir a amplitude e especificidade do termo no tempo e no espaço.

No terceiro capítulo, “O lugar e a concepção jurídica de arquivo”, a autora buscou o conceito e a trajetória dos arquivos desde a Grécia antiga, passando pelo direito romano, pelo entendimento do modelo de arquivo como um lugar – concepção adotada pelo direito medieval e moderno –, dando destaque para o Código de Justiniano, do século VI, utilizado pelos juristas medievalistas e modernos. Foram consultados autores como Brenneke (1968) e Duranti (1994). Os arquivos evoluíram na Idade Medieval e Moderna, levando em consideração as monarquias, o *Tresór de Chartres*, a centralização política e a centralização dos arquivos.

No quarto capítulo, “A formação dos arquivos centrais de Estado e a dicotomia entre arquivos administrativos e arquivos históricos”, aborda-se como os arquivos foram institucionalizados e vinculados aos soberanos nos séculos XVI e XVIII, surgindo a formulação do princípio da territorialidade e a indivisibilidade dos arquivos. De arquivos administrativos passaram a arquivos históricos no século XIX, em período pós-revolucionário. Esses fatos corroboraram para as definições de arquivos naquele século e no século XX, em particular na definição de custódia e de arquivo. Foram escolhidos pela autora os teóricos Hilary Jenkinson (1922) e Schellenberg (2006) para a análise e reflexão de pensamento quanto a esses termos.

O quinto capítulo, “Arquivos sem muros e arquivos como lugar”, analisa como a revolução e o ambiente da tecnologia vem impactando o mundo dos arquivos. Discute-se o valor de prova e o vínculo do documento arquivístico digital, quais as diferenças encontradas na realidade dos documentos digitais, como se dá o documento arquivístico digital como objeto na nossa área de conhecimento e a preservação pelo órgão produtor ainda na fase corrente.

A autora analisou as dimensões arquivísticas do pré-paradigmático, paradigmático, e pós-paradigmático. Silva (2017) se utilizou desses marcos teóricos por intermédio de Thomassen (1999) para afirmar que a arquivologia não se constituía em ciência antes do *Manual dos arquivistas holandeses*, de 1898, que se encontrava num estágio pré-paradigmático, numa ambiguidade de conceitos com a diplomática e a administração. Considerou-se que a diplomática naquela ocasião estava mais preocupada com a análise crítica do documento para os historiadores, contudo, para a administração, havia maior preocupação com a descrição das séries e itens e o objetivo era promover a consulta aos documentos.

O período paradigmático, ou da arquivologia clássica, atinge marcos teóricos, como o do *Manual dos arquivistas holandeses*, que viu no fundo documental e no conjunto documental os objetos da arquivologia; passando por Hilary Jenkinson, nos anos de 1920, com o seu *Manual de documentos administrativos*, o qual assinalou características da área como autenticidade, imparcialidade, organicidade e unicidade. Ainda no período paradigmático, destacamos Theodore Roosevelt Schellenberg, nos anos de 1940 e 1950, com as teorias das três idades documentais, do ciclo vital de documentos e da gestão de documentos.

A obra *A estrutura das revoluções científicas*, elaborada por Thomas Khun (1988), vem sendo utilizada por teóricos da arquivologia, assim como Fonseca (2005) e Silva (2017),

influenciando na ruptura de paradigma atualmente na área. No período pós-paradigmático, pós-custodial e pós-moderno representado por autores como o inglês Hugh Taylor (1987), o canadense Terry Cook (2001) e Thomassen (1999), ocorreu o questionamento do princípio da proveniência documental de forma tradicional e iniciou-se um conceito de gestão de processos ou de processos de negócios, resguardando o contexto dos metadados envolvidos em transações. As concepções canadenses e australianas de arquivologia foram revolucionárias, pois acarretaram novos olhares para os impactos das tecnologias da informação nos princípios e funções arquivísticas, tais como a classificação, a avaliação, a destinação, a descrição e a difusão de informações. Derrida (2001) relacionou os arquivos ao poder e à sociedade. Na Antiguidade clássica, somente os arcontes dominavam a linguagem, a interpretação e a guarda dos documentos nos arquivos.

Nas considerações finais, a autora retoma os pontos que inspiraram sua pesquisa, ou seja, o impacto da revolução tecnológica, a crítica dos autores da corrente de pensamento pós-custodial com relação à custódia para garantir a preservação dos documentos digitais, e as mudanças ocorridas no registro e na documentação produzidas por indivíduos e organizações. Houve uma grande mudança, pois do foco nas instituições arquivísticas, passou-se para uma atenção aos produtores que estão se utilizando das ferramentas tecnológicas e, conseqüentemente, aos usuários. O arquivista passou a ser um mediador entre os produtores e os usuários, que devem ser familiarizados em sistemas de informação mais complexos. Silva (2017) ficou preocupada em definir a custódia e os arquivos, considerando que a maioria dos dicionários e léxicos utilizados na pesquisa revelou maior definição para lugar do que para conjunto de documentos, e os dicionários jurídicos enfatizaram o local de conservação como essencial. Constatou-se uma polissemia nos estudos etimológicos ligados ao termo arquivo, com as definições de instituição, móvel ou fundo documental, a trajetória dos arquivos, suas diversas formas, aspectos materiais, o lugar de conservação e custódia nos arquivos.

Na Antiguidade clássica o termo arquivo era *Archeion*, mas o que deu o sentido de lugar público de conservação e acesso foi a definição de arquivo oriunda do direito romano, que presumia que eram autênticos os documentos ali conservados. Os arquivos centrais surgiram na Grécia e em Roma, e não na Revolução Francesa, relacionados a regimes democráticos que davam acesso aos documentos. O sistema de registro de documentos surgiu na Roma antiga e se disseminou pelo mundo, influenciando o conceito de protocolo para conceito de arquivo e, ainda, o de vínculo arquivístico na Itália. O direito romano fixou a definição de arquivo como lugar público de conservação, agregando a instituição da fé pública e o *Tabularium*, que significa que pertencia ao povo romano.

No período da Idade Moderna, observou-se a centralidade das monarquias absolutas e conseqüentemente dos arquivos para servirem administrativamente aos soberanos. Dessa forma, vimos os efeitos da centralização de documentos em arquivos, com alguém de confiança do monarca tomando conta dos depósitos. A autora aborda a transversalidade do conceito de custódia e a concepção do arquivo como lugar, levando a reflexões sobre princípios como o da territorialidade, sistemas de registro e de arquivo, com a observa-

ção sobre os níveis de custódia, chegando até os arquivistas do século XX da Europa e da América.

Houve a mudança na dimensão dos arquivos, em função de órgãos extintos e fundos fechados nos arquivos centrais do Estado, após o período revolucionário do século XVIII e início do XIX. No século XX, Jenkinson (1922) se preocupou com o foco no órgão produtor após o uso primário dos documentos, com o risco de se perderem ou serem desmembrados do conjunto documental, e com a fixação de conceitos que impedissem a mistura dos fundos custodiados.

A visão dos teóricos pós-custodiais posicionou-se contra a visão de Jenkinson (1922), por ser considerada obsoleta, em função das particularidades dos documentos digitais. Características dos documentos de arquivos como imparcialidade e autenticidade tornaram-se irrelevantes. Os arquivistas passaram a ter uma intervenção controlada no nível da produção documental, fazendo com que os documentos não fossem para a custódia arquivística tradicional nas instituições públicas. Para os pós-custodialistas, a preservação é contínua, pois começa no produtor. A segurança do preservador não reside somente nas instituições arquivísticas públicas, ainda que os pós-custodialistas considerem os valores culturais.

Na pesquisa de Silva (2017) constatou-se que ao lado das questões jurídicas encontram-se as questões tecnológicas em diversos autores, como se o conhecimento arquivístico dependesse do suporte físico do documento e de sua dimensão material. A autora continuou suas reflexões finais na direção de reiterar o foco no núcleo teórico sobre os conceitos, princípios, características e métodos arquivísticos, que não podem ficar submetidos às questões momentâneas das tecnologias e de suas soluções; envolvendo metadados em planos de classificação, tabelas de temporalidade, prazos de guarda, e requisitos que mantenham o vínculo arquivístico no ciclo de vida dos documentos e a sua autenticidade documental. Conforme Silva (2017, p. 267) “[...] a preservação e o acesso se entrecruzam com várias questões, como a revolução tecnológica, a ampliação das reivindicações democráticas por transparência do Estado e, portanto, uma maior exigência de acesso e uso dos documentos”. Finalmente, a autora afirma que os arquivos estão inseridos no presente, e não no passado e nem no futuro. A dimensão do presente não é somente para atender às necessidades burocráticas, mas os arquivos são voltados para a cidadania através do acesso à informação.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136 p.

BRENNEKE, Adolf. *Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea*. Traduzione italiana de Renato Perrela. Milano: Antonio Guifrè, 1968. 665 p.

COOK, Terry. Archival Science and Posmodernism: New Formulations for old Concepts. *Archival Science*, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 130 p.

DURANTI, Luciana. *Registros documentais contemporâneos: como provas de ação*. Trad. Adelina Novaes Cruz. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124 p.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making*. Oxford: Oxford University, 1922. 243 p.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 257 p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 380 p.

TAYLOR, Hugh. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift. *Archivaria*, n. 25, p. 12-28, Winter, 1987-1988.

THOMASSEN, Theo. *The Development of Archival Science and its European Dimension*. In: Seminar for Anna Christina Ulfsparré. Stockolm: Swedish National Archives, February 1999.

Recebido em 5/6/2018

Aprovado em 16/8/2018

FOCO E ESCOPO

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, com periodicidade quadrimestral, publicada desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista é composta pelas seções:

Dossiê Temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos Livres – textos resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao foco e ao escopo da publicação. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Documento – textos técnicos sobre o acervo do Arquivo Nacional, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas: documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório e reproduzidos em fac-símiles; obras raras, coleções, bibliotecas e arquivos descritos e analisados. Os autores são convidados pelos editores de cada dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra – livro ou filme – lançada até dois anos antes da chamada para o número da revista. Até cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços).

Os originais apresentados para publicação nas seções Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenhas serão submetidos ao processo de avaliação por pares.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Normas para apresentação dos originais

A revista *Acervo* publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês, assinados por autores com doutorado ou que tenham doutores como coautores, e submetidos por meio do sistema Open Journal Systems (OJS). Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista, por um ano, a partir da data de submissão. Não nos comprometemos com a devolução das colaborações recebidas.

Os textos em língua estrangeira – tanto os artigos como as citações – serão traduzidos para o português, salvo aqueles em espanhol e inglês.

Para preservar o sigilo na avaliação cega por pares, os dados sobre a autoria devem ser indicados nos metadados, no passo 3 da submissão pelo OJS, e não devem constar no corpo do texto. Da mesma forma, as informações sobre autoria que constam nas propriedades dos arquivos devem ser apagadas.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deve ser acompanhado de até quatro palavras-chave e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaços). As palavras-chave e o resumo devem ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol, e os títulos dos artigos, com uma versão em inglês.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4.

Imagens – Cada artigo pode conter até cinco imagens, com as respectivas legendas e referências, e a indicação de sua localização no texto. As imagens devem ter resolução mínima de 300dpi no formato .tif e ser submetidas como documento suplementar, no passo 4 da submissão pelo OJS.

Tabelas, quadros e gráficos – Tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas devem constar no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula do ano de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data, sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). Para obras com dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Se possuir mais de dois autores, indica-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Devem constituir lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, cabe ao autor obter as autorizações e direitos de reprodução. É igualmente do autor a responsabilidade pelos danos decorrentes da ausência dessa medida.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
- O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- O texto está em espaço 1,5; com fonte corpo 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Diretrizes para autores”.
- Para seções com avaliação por pares (artigos e resenhas), as instruções disponíveis em “Assegurando a avaliação pelos pares cega” foram seguidas.

NESTE NÚMERO

Mercedes de Vega
Angelica Alves da Cunha Marques
José Maria Jardim
Johanna Wilhelmina Smit
Renato Pinto Venancio
Lidiany Silva Barbosa
Sérgio Matias da Silva
Aline Lopes de Lacerda
Janete Leiko Tanno
Juan Bernardo Montoya-Mogollón
Telma Campanha de Carvalho Madio
Rosale de Mattos Souza



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

